



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia em comemoração ao Dia Internacional do Idoso**

Palácio do Planalto, 01 de outubro de 2003

Meu querido companheiro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu caro companheiro Ricardo Berzoini, ministro da Previdência Social,
Minha querida companheira Benedita da Silva, ministra de Assistência e Promoção Social,

Meu querido companheiro Humberto Costa, ministro da Saúde,
Meu companheiro ministro-chefe da Secretaria-Geral, Luiz Dulci,
Meu amigo Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional,

Companheiro Nilmário Miranda, secretário especial de Direitos Humanos,

Querida companheira Emília Fernandes, secretária especial de Políticas para as Mulheres,

Minha querida companheira, cara-metade, Marisa Letícia Lula da Silva,

Meu querido companheiro Paulo Paim, que durante todo o seu mandato se dedicou tanto, como deputado e como senador, para que os idosos conquistassem este estatuto, que agora foi aprovado e sancionado,

Querida companheira senadora Ideli Salvatti,

Meu amigo senador Maguito Vilela,

Senador Romeu Tuma, senador Sérgio Cabral Filho, senador Demóstenes Torres, senadora Fátima Cleide, senador Sérgio Zambiasi,

Meu querido deputado Silas Brasileiro,

Dom Raimundo Damasceno,

Minha querida Maria José, presidente do Conselho Nacional dos Direitos



dos Idosos,

Meus companheiros e companheiras membros do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos,

Representantes de outras entidades, e aqui eu quero homenagear a todos citando o nome do meu companheiro Benedito Marcílio, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André; juntos, travamos grandes e boas batalhas neste país,

Meu companheiro que não está presente aqui, mas, certamente, espiritualmente está, Manoel Carlos, autor da novela,

Minha querida Carmem e meu querido Leopoldo. Vou chamá-los com os nomes com que todo o Brasil conhece vocês.

Houve um tempo em que os aposentados eram chamados de velhos. Eu acho que a palavra velho deveria ser abolida, ser trocada por “experiente”, como era na Antiguidade. Ou seja, as pessoas serem tratadas com um pouco mais de respeito.

A gente fica olhando as pessoas e se pergunta o seguinte: quem é velho? Sabe por quê? Porque o que torna uma pessoa velha, na verdade, são os maus tratos; é, às vezes, a doença. Mas hoje encontramos, por este país afora e aqui dentro, pessoas com 80, 85 anos, que a gente percebe que vão viver mais uns 30 anos, pelo menos, porque houve uma evolução na qualidade dos alimentos, na qualidade da saúde, na qualidade de vida. E as pessoas estão se tratando melhor.

Não é a idade que torna uma pessoa velha, são os maus tratos que tornam uma pessoa velha. Às vezes, andando pelo Brasil, encontramos pessoas com 40 anos de idade, mulheres com 35 anos de idade que já tiveram 9, 10 filhos, que não comem as calorias e as proteínas necessárias. E essas pessoas então ficam, precocemente, velhas. Mas eu estou olhando para vocês aqui e o que a gente poderia dizer? O que vemos, na verdade, é um bando de



meninas e meninos com o rosto enrugado. Alguns e algumas ainda participando de bailes. Tem até quem está na expectativa de arrumar namorado.

Porque a verdade é essa: não é a idade que envelhece as pessoas. Mais ainda, a gente não mede a nossa passagem pela Terra pela quantidade de anos que vive, apenas, mas pela qualidade dos prazeres que a gente teve enquanto viveu. Isso, eu acho que ninguém pode esquecer. Eu, pelo menos tenho a minha sogra, que mora comigo e com a Marisa. Não é mãe da Marisa, mas é minha sogra. Ela tem 75 anos. É de uma disposição que, se falar para ela que tem um passeio a pé daqui para a China, ela topa ir. Não tem nada que ela não esteja disposta a fazer. Eu acho que é isso que faz a gente viver um pouco mais. Por isso é que, meus amigos e minhas amigas, quando se aposentarem, por favor, não fiquem em casa atrapalhando a família. Tem que procurar alguma coisa para fazer. Vá a um clube, faça alguma coisa que possa tornar o seu dia prazeroso. Porque se você ficar disputando o espaço do sofá com o neto para ver um desenho animado ou um futebol, a sua vida vai ficar chata.

Quando completei 50 anos de idade, tomei uma decisão na minha vida. Eu sabia que eu tinha menos tempo pela frente do que eu já tinha vivido. Então, resolvi tornar o tempo que eu tinha pela frente mais prazeroso. Passei a falar: bom, se eu tenho menos tempo, eu tenho que vivê-lo de forma mais gostosa, mais saborosa e mais motivadora. Às vezes, uma dorzinha que se sente é porque a gente está sem ter o que fazer, e o ser humano precisa estar sempre em movimento.

Então, eu quero dizer para vocês que estou feliz que o Brasil tenha chegado ao ponto que chegou. Vocês sabem que aprovar uma lei neste país é fácil, é só ter maioria no Senado e na Câmara e a gente aprova. E, muitas vezes, faz-se uma lei que se debate com a disponibilidade de recursos e as coisas não acontecem como a gente gostaria e como está na própria lei. Então,



é preciso que todos nós tenhamos consciência – os senadores, os deputados, os aposentados e os jovens de cara enrugada deste país – de que o fato de ser aprovada uma lei não significa que amanhã tenha comida para todo mundo no prato. Significa que nós temos a responsabilidade de cumprir a lei e de criar as condições, quando começarmos a discutir o Orçamento da União, para que o dinheiro vá para o lugar certo, para atender à lei que nós próprios criamos.

Isso é muito importante, porque no Brasil tem-se o hábito de dizer que tem lei que pega e lei que não pega. A lei que não pega é a lei real. Eu me lembro de uma lei famosa no Brasil, quando – não sei se no governo Geisel – foram estendidos aos trabalhadores rurais os direitos previdenciários. O que aconteceu foi que os fazendeiros acabaram com as colônias, então ninguém tinha mais casa para morar na fazenda; ou seja, é preciso tomar todo cuidado para fazer as coisas com carinho, mas, ao mesmo tempo, com a responsabilidade de não permitir que a lei termine virando contra a pessoa que a gente pensou que iria beneficiar.

Nós estamos felizes. Felizes por vocês, felizes pelo Brasil, felizes pelo grau de responsabilidade da nossa Câmara dos Deputados e do Senado. Com muita competência, a Câmara já aprovou a reforma da Previdência Social e vai aprovar a reforma tributária, que nós estamos fazendo. O tempo, vocês sabem.

Falar com vocês é mais fácil porque todos têm muita experiência de vida e sabem que as coisas não são fáceis. Quando eu vejo a novela e vejo aquela netinha da Carmem e do Leopoldo falar com eles do jeito que fala, em casa, a gente tem vontade de dar umas palmadas nela. Eu, quando tinha 20 anos, nunca pensei em ter 50. Parecia tão longe, eu achava tão difícil chegar aos 50 anos e já vou completar 58 este mês. Eu quero chegar aos 80, aos 90. E se Deus for generoso comigo e me fizer chegar aos 100, será muito bom.

Acho que vocês representam o que nós temos de experiência acumulada. O que nós precisamos é saber aproveitar o que vocês acumularam.



Mas uma das coisas mais difíceis em política é a unanimidade. Aliás, a política existe justamente para exprimir as diferenças nas formas de agir e de pensar. E é bom que seja assim, porque essa diversidade nos enriquece. Mas há casos excepcionais. A política fez com que este projeto demorasse 7 anos de debate. Talvez o fato de ter demorado 7 anos fez com que as pessoas fossem aperfeiçoando mais, e nós chegamos a fazer algo melhor.

Muitas vezes, isso acontece na casa da gente. Quantas vezes passamos o ano inteiro pensando em comprar um presente para o neto, não dá para comprar, e a gente tem que deixar para o ano seguinte? Na política também é assim, as coisas nunca acontecem como a gente deseja, acontecem sempre como é possível acontecer.

Mas há casos, eu diria, muito excepcionais. São aqueles que unem as mais distintas correntes de pensamento em defesa de uma causa maior, um valor da civilização, um bem comum da humanidade. São momentos como este que engrandecem uma sociedade, definem um povo e marcam uma época. É quando a gente deixa de pensar pequeno e vai além das circunstâncias – o piso da história então range e a humanidade avança. Não é sempre que isso acontece. Mas hoje, sinceramente, penso que estamos dando um passo histórico.

O Estatuto do Idoso, que tenho a honra de sancionar nesta quarta-feira, modifica o rosto e a alma do Brasil. E muda ali onde mais precisamos mudar: fixando direitos que reforçam a precedência da vida sobre todas as coisas e a supremacia do bem comum sobre qualquer privilégio.

Mais importante ainda: o Estatuto tornou-se uma causa unânime entre as mais diversas correntes políticas do país – o que, sem dúvida nos torna, hoje, uma sociedade melhor que ontem. Seus 119 artigos formam um guarda-chuva de garantias legais que a sociedade devia a seus idosos. A partir de agora eles terão uma ampla proteção jurídica para usufruir direitos da civilização. Sem depender de favores, sem amargar humilhações e sem pedir



para existir. Simplesmente viver como deve ser a vida numa sociedade civilizada: com muita dignidade.

O Estatuto do Idoso reforça os laços de solidariedade do Brasil consigo mesmo – por isso é um marco republicano na nossa história. Hoje esse Estatuto abriga 20 milhões de cidadãos e cidadãs – aqueles que vieram à nossa frente e nos ensinaram a andar.

A trajetória desses brasileiros é um pedaço do nosso futuro; o seu futuro antecipa o nosso destino e o seu destino define a nossa sociedade. Para que esse gesto de solidariedade entre o presente, o passado e o futuro pudesse se consolidar, foram anos de luta do meu companheiro e querido amigo, senador Paulo Paim, da nossa querida cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul.

Ele iniciou essa jornada em 1997. Mas só agora, com o apoio do Senado, da Câmara, do governo, e graças a um consenso republicano que envolveu os mais diferentes partidos da Câmara e do Senado – do PMDB ao PFL, passando pelo PSDB – foi possível fazer em 6 meses aquilo que há 6 anos vinha sendo adiado: registrar em lei que, a partir deste Dia Internacional do Idoso de 2003, envelhecer neste país é mais do que sobreviver, é mais do que resistir, é mais do que ficar olhando a porta à espera de visitas que não vêm.

A partir de hoje, a dignidade do idoso passa a ser um compromisso civilizatório do povo brasileiro e isso eu vejo estampado na cara de cada um de vocês. Meus queridos companheiros e companheiras, não é a idade que impõe barreiras entre a felicidade e a velhice. Assim como não é ela que separa a infância da alegria; a juventude, da esperança; a maturidade, da auto-estima.

É possível, sim, viver, amar, sorrir e criar com dez, vinte, cinqüenta, oitenta, cem anos. Porque o que nos separa da felicidade não é o tempo vivido, mas justamente o oposto: a espoliação do tempo de viver.

Esse é o desafio de todas as idades, portanto, um desafio de todos nós.



A espoliação mais perversa de um ser humano é aquela que subtrai da infância o tempo de aprender a brincar. Rouba do adulto o tempo de usufruir do seu trabalho com justiça e subtrai do idoso o tempo da serenidade e da fruição da experiência acumulada, na convivência com os seus. Quando não o relega ao abandono e ao esquecimento.

É justamente por isso que eu encaro esse Estatuto do Idoso como uma conquista de dignidade; uma celebração do respeito à vida; um elogio, enfim, à solidariedade humana.

Mas para que tudo isso se materialize, é preciso que esse instrumento de cidadania tenha a adesão de toda a sociedade, porque só assim as inovações que ele traz – e as leis que ele regulamenta – irão se transformar, de fato, em direitos na vida dos nossos idosos.

Hoje, cerca de 9% dos brasileiros têm mais de 60 anos. Esse contingente cresce num ritmo duas vezes superior à média da nossa população. Significa, portanto, que teremos cada vez mais experiência e serenidade para orientar os rumos do nosso desenvolvimento e decidir o futuro da nossa sociedade. Um povo que vive apenas do presente pode ficar girando em falso sem sair do lugar – e aí, sim, certamente vai comprometer seu futuro.

Não comungo com o pessimismo demográfico. Ninguém deve enxergar no aumento da esperança de vida uma ameaça ao futuro da sociedade.

Nós sabemos que o prolongamento da existência resulta em novos desafios, mas a humanidade já acumulou saber e conquistas suficientes para garantir vida digna a todo o ser humano na face da Terra.

Dia desses li um discurso do meu amigo e vice-presidente José Alencar, no qual ele lembrava como Juscelino Kubitschek ficou abalado com a derrota do Brasil no final da Copa de 1950 – eu acho que muitos aqui também ficaram abalados.

Ao sair do Maracanã – contava Alencar –, JK estava convencido de que o Brasil precisava de um projeto político arrojado, uma nova referência



histórica, um novo marco para devolver ao povo a auto-estima ferida naquela derrota. Anos depois – contrariando o pessimismo de muitos – Juscelino fez tudo aquilo que nós sabemos que fez inclusive este palácio, esta cidade, as estradas que rasgam o Brasil. E isso mudou o rosto e a alma do nosso país.

Tenho certeza de que esse Estatuto do Idoso também vai mudar a face do Brasil e vai tornar este país mais parecido com a sociedade que acalentamos desde a nossa juventude.

Como vocês vêem, envelhecer tem essas vantagens: nossos cabelos ficam mais brancos e ralos. Nossos sonhos vão se tornando cada vez mais fortes e coloridos. E, pouco a pouco, acabam por tomar conta da própria realidade. Eu quero dizer a todos vocês que, neste dia extraordinário em que se comemora o Dia Internacional do Idoso, o que nós estamos fazendo hoje é apenas constatando o avanço que a sociedade brasileira está tendo e que foi visualizado pela Câmara e pelo Senado – que conseguiram aprovar este Estatuto.

Eu quero terminar, olhando para a Clara Sharf, essa menina de 79 anos de idade, e dizer: Clara, minha querida, a velhice enruga apenas o nosso rosto; a negação e a traição dos nossos ideais termina por enrugar a nossa alma e eu não tenho dúvida de que vocês são idosos de alma limpa, que estão com o rosto com um pouquinho de rugas, mas a alma de vocês está límpida porque vocês ainda continuam acreditando que nós vamos fazer deste país uma nação onde todos, das crianças aos mais idosos, possam conquistar a sua cidadania real.

Muito obrigado e boa sorte para vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação do programa Segundo Tempo e seus parceiros

Palácio do Planalto, 02 de outubro de 2003

O problema de convocar pessoas para um ato à tarde é que tem sempre alguém cochilando. Apenas as crianças estão bem acordadas e animadas. Mas é assim mesmo.

Primeiro, eu quero cumprimentar o Agnelo pelo trabalho extraordinário que ele está fazendo, num Ministério que, possivelmente, seja um dos Ministérios com menos dinheiro. E você resolveu aceitar o desafio de provar que ter dinheiro é importante para fazer as coisas, mas ter criatividade e vontade de fazer, muitas vezes, vale mais do que dinheiro, que muitos não sabem utilizar corretamente.

Eu sou testemunha viva do trabalho, mas muito mais do que o trabalho, do otimismo do Agnelo. Ou seja, em nenhum momento o Agnelo reclamou, mesmo quando houve contingenciamento no orçamento, quando todos os ministros ficaram reclamando do corte do dinheiro.

Na primeira conversa que tive com o Agnelo, falei: Agnelo, você tem que fazer o que puder, com o dinheiro que você tem. E o Agnelo saiu à luta. E, se você não tivesse feito mais nada, Agnelo, se você tivesse feito apenas a parceria que fez em Feira de Santana, já teria valido a pena.

Quero agradecer a presença da Ádria Rocha, nossa medalha de ouro dos 200 metros,

Meu querido Júnior, o maior presente que você pode dar às crianças do Brasil é tentar tirar o meu time da enrascada em que ele está. Sei que a tarefa é difícil, mas estarei torcendo, porque a sua alegria será a minha alegria, o seu sofrimento será o meu.



Nosso querido prefeito Pedro Wilson,
O nosso judoca Aurélio Miguel,
A companheira Hortência,
A nossa querida companheira Paula,
Nosso companheiro Netinho,
Nosso querido Luciano Szafir. Se baterem mais palmas para ele do que
bateram para mim, vocês vão ser castigados na escola,
A companheira Luiza Parente,

Agradeço a todos vocês que vieram aqui dar a sua contribuição e
mostrar que estão fazendo alguma coisa pelas crianças brasileiras,

Eu quero dizer para vocês que não estou nem com vontade de ler isto
aqui, porque, se eu estiver lendo e olhar para vocês e alguém estiver
cochilando, vou ficar nervoso.

Mas quero dizer para vocês que toda vez que vejo uma criança, nos dias
de hoje, eu me lembro que, quando eu e muitos de vocês éramos crianças,
embora fôssemos tão pobres quanto as crianças de hoje, naquele tempo a
gente não tinha a violência que temos hoje. A rua era nossa. Ou seja, ir para a
rua era quase como conquistar a liberdade. A gente podia jogar bola na rua,
bastavam duas pedras e já se fazia o gol; uma bola de meia, e já valia a pena
jogar. A gente não tinha medo de trânsito, porque não havia muitos carros. A
gente não tinha medo de bandido, porque não havia tanto bandido, gangue; a
gente voltava da escola e ia para a rua, para o campo de futebol; e voltava para
casa às seis ou sete horas da noite, inteiro, sem ter acontecido nada.

Hoje, as nossas crianças não têm essa oportunidade, seja porque todas
as casas são feitas com grades, pois o medo toma conta das pessoas, seja
porque não há mais o espaço nas ruas. Não temos a tranquilidade que
tínhamos antes. Então, muitas crianças, aquelas que ainda podem, ficam na
frente da televisão, vendo desenho animado, ou ficam na rua, sem ter muito o



que fazer.

Eu digo sempre que, naquele tempo, a gente era muito pobre, mas tinha mais liberdade. Eu, por exemplo, acho que era mais feliz do que meus filhos são hoje ou quando eram crianças, porque eu tinha o mundo aos meus pés. Eu morava na Vila Carioca. Havia tantos campos de futebol na Vila Carioca que a gente podia escolher o campo que queria jogar, a hora que queria jogar. Meus filhos não têm. Se quiserem jogar têm que ficar sócios de um clube e pagar uma mensalidade ou alugar uma quadra de futebol “society” para poder jogar uma hora.

Então, fico pensando nos milhões de crianças que não podem pagar, dos pais que têm vontade de colocar os filhos para praticar algum esporte e não podem. E, às vezes, próximo à casa da pessoa tem um belo clube que fica fechado de segunda à sexta. E as crianças, do lado de fora, sem ter onde brincar.

Mais tarde, fui diretor do sindicato de São Bernardo, que era uma cidade mais evoluída, rica, e tinha muito campo de várzea. Eu sempre me questionava porque aqueles campos ficavam fechados de segunda à sexta, com cadeado. Só abriam no domingo para um jogo pela manhã ou à tarde ou, às vezes, quando jogava um veterano, no sábado à tarde. E, do lado de fora, centenas de pessoas querendo um espaço para brincar, um espaço para fazer ginástica, um espaço para praticar um esporte. As crianças jogando na rua e o campo fechado. Eu nunca consegui entender porque que esses lugares não eram abertos para que as pessoas pudessem utilizar. E que se formasse mais professores de educação física, que se contratasse, que se colocasse esses professores para tomar conta dessa meninada e, como disse o nosso querido Zeca Pagodinho: “deixar a vida rolar, deixar a vida levar as pessoas.”

Eu acho que muitas vezes a institucionalidade dificulta a vida das pessoas. Eu me convenci, antes e depois das eleições, que os graves problemas que o Brasil tem na área da cultura, do esporte, da educação, não



serão resolvidos pelo institucional. Se a gente for esperar que no orçamento da União, do estado ou do município sobre o dinheiro que precisamos para fazer os investimentos nesta área, eu não acredito que a gente resolva isto em 40 ou 50 anos. Eu acredito que se nós tivermos competência de mexer com a mente e com os corações de mulheres e homens deste país, de empresários e empresárias para que entrem nessa jogada e participem dando aquilo que podem dar, nós poderemos, com muito mais rapidez, resolver esses problemas: o problema da fome, da educação, o problema do esporte, do lazer, da cultura.

Eu, muitas vezes, para não atrapalhar o trânsito de Brasília, vou para o aeroporto de helicóptero. Eu nunca vi tanta piscina na minha vida como em Brasília, sem nenhuma pessoa, porque aqui quando faz 20 graus as pessoas já acham que está frio. Nós, lá em Garanhuns, quando faz três graus abaixo de zero, a gente acha que ainda está calor. Então, eu fico pensando: meu Deus do céu, não é possível tanta gente com espaço e tantas crianças sem ter o que fazer. Crianças que nascem, ficam adolescentes, adultos, e nunca entraram numa piscina. Às vezes, nunca entraram num clube, porque o poder público não lhes deu essa oportunidade. E a sociedade pode dar.

Certo dia, eu conversei com o meu companheiro Agnelo: Agnelo, aqui, em Brasília, nós temos o Clube do Congresso Nacional – um grande clube; temos o clube do Banco do Brasil, também um grande clube; temos o clube da Caixa Econômica Federal, dois clubes do Exército, dois clubes da Marinha, dois clubes da Aeronáutica, o clube do Itamaraty; e deve haver muitos outros clubes espalhados por esta cidade. Eu falei para o Agnelo: não é possível que a gente não consiga sensibilizar as pessoas para que esses espaços possam ser abertos para a comunidade, durante a semana.

Conversei com o companheiro Viegas, ministro da Defesa. O Agnelo conversou com o Viegas e as Forças Armadas não vacilaram um minuto: ao serem contactados, não apenas os clubes de Brasília, mas todos os espaços



que eles têm no Brasil inteiro estão colocados à disposição para serem utilizados pelas crianças brasileiras, no tempo disponível.

E outras instituições como o Sesi, o Sesc, em nenhum momento se recusaram a participar. Vamos abrir e criar um espaço para essa meninada ter uma oportunidade. Vamos tirá-los da rua. Vamos competir com o narcotráfico, com o crime organizado e vamos ganhar esse jogo. Vamos dar a essas crianças uma oportunidade.

A gente percebe que existem pessoas que estão dispostas a fazer isso.

Vejam como são construídas as escolas no Brasil. As escolas no Brasil são como uma caixa de fósforos. É um quadrado de cimento armado onde, quando muito, tem uma quadra de basquete ou futebol de salão, mas sem rede ou cesta. Então, é preciso mudar conceitualmente o tipo de escola que fazemos, o tipo de espaço, para dar a essas crianças a oportunidade que somente a sociedade pode garantir.

O Estado pode ser o indutor, mas a sociedade tem que chamar para si a responsabilidade de ajudar, de fazer as coisas acontecerem. Temos clubes fantásticos – Corinthians, Palmeiras, Flamengo, Botafogo, Vasco da Gama, Fluminense, Cruzeiro, Atlético Mineiro, Bahia, Vitória, e todos esses times têm praça de esporte, campos, um lugar de treinamento. Não é possível que essas pessoas não cedam isso durante dois ou três dias por semana, para a gente encher aquilo de menino, para eles poderem correr até se cansarem e, depois, dormirem tranquilos, sem vontade de ficar na rua, fazendo qualquer peraltice.

Isso é possível. É plenamente possível.

Nós temos prefeituras por este país afora que têm ginásios extraordinários de basquete, quadras de futebol de salão, e não são utilizados por ninguém. Ficam fechados com um cadeado e um guarda para tomar conta, quando deveriam estar abertos.

E essas crianças não vão estragar absolutamente nada. E nós nos comprometemos a dar a bola e o uniforme para as crianças, para que ninguém



gaste nada.

É possível fazer isso. E você, Agnelo, está dando a demonstração de que a falta de dinheiro é apenas um problema, mas que pode ser superado, quando a sociedade se engaja.

E não queremos dar essa oportunidade para as crianças pensando numa medalha de ouro. Obviamente, Deus queira que todo mundo tenha a oportunidade de disputar e ganhar uma medalha de ouro, uma Copa do Mundo. É maravilhoso. Isso pode acontecer. Mas o ideal, o objetivo principal é pensar na qualidade de vida dessas crianças, na qualidade da educação dessas crianças e na oportunidade que essas crianças estão tendo.

Uma vez, Marisa e eu estávamos fazendo uma caravana na Amazônia. Nós estávamos no rio Amazonas e paramos numa comunidade. Naquela comunidade, um menino disse que queria tocar rebeca – que é o violino para nós – uma rebequinha, acho que construída de mogno, bem feita. E ele tocou tão bonito! Eu saí e falei com a Marisa: será que um Beethoven não nasceu assim?. Se essa criança tivesse a oportunidade de ir para uma escola, será que essa criança não poderia se tornar um músico extraordinário, um artista fantástico? Mas, se não tiver oportunidade, vai terminar sendo um pescador. Não que a função de pescador seja menor, mas é porque ele não teve a oportunidade. E essas crianças precisam apenas disso. Essas crianças precisam, desde pequenas, saber que têm um enorme espaço para que possam descobrir a atividade que elas quiserem. Porque se elas praticarem esporte, elas vão estudar mais. Elas vão levantar de manhã com vontade de ir para a escola, com vontade de fazer as suas tarefas. Serão mais obedientes dentro de casa com a família.

E o que nós precisamos fazer? Apenas dizer para vocês: meus amigos e minhas amigas, eu acho que nós temos a oportunidade de fazer uma revolução silenciosa neste país. A revolução da oportunidade. Temos que parar de reclamar: “não, mas o prefeito não faz, o governador não faz, o Presidente não



faz, o ministro não faz”. Nós fomos transformados numa sociedade de dependentes. Nós temos um mundo para dar, mas achamos que não é conosco, que é com o outro e não fazemos nada.

Eu quero utilizar o meu tempo de mandato para provocar a sociedade brasileira a se transformar na sociedade mais solidária do planeta Terra, mais solidária da história da humanidade. Nós temos vocação para isso, nós temos alma para isso, a nossa gente é de uma grandeza extraordinária, as pessoas só precisam ser provocadas, animadas. Imaginem se todo mundo neste país fizesse como faz uma Viviane Senna, de dedicar parte da sua vida a procurar parceiros para fazer coisas boas para os outros, como muitos de vocês aqui. Eu acho que nós poderemos mudar a história do país sem dinheiro. Porque tem muita gente que fala tanto de dinheiro que, às vezes, eu fico pensando que tem gente que só ficaria bem governando um país com o PIB dos Estados Unidos e do tamanho da Ilha de Marajó. Ou seja, se você tem mais dinheiro do que precisa, é fácil fazer as coisas. Duro é uma mulher e três filhos mais o marido sobreviverem com 240 reais por mês. E sobrevivem. Eu sei que esta gente aqui nasceu numa situação de pobreza muito grande, e depois ficou importante, ganhou dinheiro. Uns se perdem pelo mundo e acham que as conquistas materiais são tudo na vida. Outros fazem como vocês, ficam famosos, alguns ficam ricos. Mas nem todos, porque não é todo esporte que permite que se ganhe dinheiro. Certamente, o Júnior ganhou mais do que eu, que não saí da várzea. Mas o que é importante é que vocês cresceram não apenas profissionalmente, financeiramente, também cresceram a alma e o coração de vocês.

Eu acho que é disso que o Brasil precisa e é o que estas crianças estão aqui hoje para dizer: obrigado Brasil solidário, porque nós vamos provar que o que faltava no Brasil não era dinheiro, faltava compromisso político de fazer as coisas que vocês estão fazendo hoje.

Muito obrigado, meus amigos e minhas amigas.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
solenidade de inauguração do Conjunto Habitacional Itoupava Garten**

Blumenau – SC, 03 de outubro de 2003

Eu vou ser breve. Quero cumprimentar o nosso querido governador Luiz Henrique,

O nosso querido prefeito de Blumenau, companheiro Décio, e, cumprimentando o Décio, quero cumprimentar todos os prefeitos de outras cidades de Santa Catarina.

Quero cumprimentar os ministros,

O Presidente da Caixa Econômica Federal,

O povo desta cidade e os que conseguiram ter acesso a uma casa, neste conjunto.

Uma das coisas que me fez vir aqui, visitar este conjunto habitacional, foi uma provocação que o prefeito Décio me fez, em Brasília. Eu tinha combinado com o governador Luiz Henrique que queria conhecer a festa da cerveja, da qual eu ouço falar há tantos anos e nunca vim. E não vinha por preconceito. Não vinha porque eu dizia: bom, se eu for à festa vão dizer que estou indo porque eu quero o voto do povo para ser Presidente da República. Mas, agora, já sou Presidente, ninguém pode dizer mais nada. Eu vim à festa da cerveja num momento em que, certamente, não poderei beber o que eu gostaria de beber, porque a imprensa vai estar de olho e dizem que o Presidente não pode tomar cerveja.

Mas eu quero dizer para vocês que o Décio me provocou, também, com o seguinte discurso: “Olha, Lula, é importante que, quando for a Blumenau, vá visitar o conjunto habitacional que eu vou inaugurar, para você ver casas de primeiro mundo sendo financiadas para pessoas que ganham de 3 a 6 salários



mínimos”.

O companheiro Wellington, que está aqui, é governador de um dos estados mais pobres do nosso país. E foi o primeiro estado que nós visitamos depois da posse. Eu levei todos os meus ministros para conhecer um lugar chamado Vila Irmã Dulce, no estado do Piauí, que era uma região muito, muito pobre, onde as pessoas moravam em habitações realmente degradantes.

Foi lá que nós assumimos o compromisso de começar a fazer os primeiros reparos nas casas das pessoas mais pobres, fazer o saneamento básico. E eu espero que, no mais tardar quando completar 12 meses que eu estive lá, a gente possa voltar e inaugurar aquela obra.

Mas eu chamei você aqui, Wellington, para que você veja a qualidade deste conjunto habitacional. Eu viajo muito o Brasil e posso dizer para vocês, de Blumenau, que conjunto habitacional como este, em outros estados do Brasil, equivale a um apartamento de classe média, não um apartamento para pessoas que ganham de 3 a 6 salários mínimos. Quem tem acesso a um apartamento desses, em muitas regiões do Nordeste, é de classe média.

Normalmente, as casas feitas para a parte mais pobre da população, que não pode pagar, são casinhas muito humildes, parecidas com caixotes, porque eu acho que não se respeita muito mais a dignidade humana.

Eu até brincava com o Presidente da Caixa: eu acho que é preciso fazermos um concurso nacional com todos os arquitetos, para criar projetos de casas mais bonitas do que os projetos das “casinhas” que a gente vê, espalhadas por este país afora. Eu acho que é possível, com pouco dinheiro, fazer uma casa mais bonita, mais ajeitada, algo que dê um pouco mais de orgulho para as pessoas, porque a casa significa auto-estima.

Eu fico imaginando o companheiro Adélio: tem 37 anos e é a primeira vez que tem acesso a uma casa. Quem, aqui, não teve a oportunidade – alguns não tiveram ainda – de ter a sua primeira casa? A gente não quer saber se ela é velha, a gente não quer saber se ela é nova, se é grande ou se é



pequena. O orgulho é saber que é da gente.

E quando a gente está dentro da casa, aí, a gente vai utilizar cada centavo para ir fazendo uma melhora aqui, outra ali. Às vezes, a gente passa 20 anos para deixar a casa do jeito que gostaria.

E aqui, neste conjunto, Prefeito, Governador, o que a gente percebe é que as pessoas vão entrar num conjunto que já é decente por fora e por dentro.

Eu tive a oportunidade de visitar um apartamento que está mobiliado. E posso dizer a vocês que a pessoa que mora aí tem um apartamento para cuidar de sua família com a maior dignidade e com o maior respeito possível.

Nem no Palácio da Alvorada eu tenho um salão de festas como aquele que vocês vão ter aqui. Isso aqui está muito chique, meu caro. Acho que o povo de Blumenau merece isso. É por isso que vocês trabalham, que vocês acreditam e gostam da cidade de vocês.

Quero dizer, meu caro Décio, meu caro governador Luiz Henrique, meu companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades, que o Brasil, de vez em quando, nos prega peças boas e nos prega frustrações. O presidente da Caixa Econômica, Jorge Mattoso, me dizia: “Nós temos um déficit habitacional de aproximadamente 6 milhões e meio de casas.” É muito, mas seria pouco se lembrássemos o que o Jorge Mattoso me disse que, nos grandes centros urbanos, sobretudo em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, nós temos 4 milhões e meio de residências desocupadas, de prédios e apartamentos que não estão sendo utilizados nos centros das cidades. Vamos ter que encontrar um jeito de transformar esses prédios desocupados em habitações para pessoas pobres. Não precisa mais fazer saneamento, a energia elétrica já está lá e a água já está lá. Portanto, as pessoas poderiam morar no centro da cidade a um preço compatível com o salário que ganham.

Acho que isso só pode ser feito se tivermos critério e determinação política de transformar essa realidade num sonho para o povo trabalhador deste país.



O Presidente da Caixa Econômica Federal me dizia também que, até o dia 1º de outubro, a Caixa Econômica já contratou três vezes mais dinheiro para saneamento básico do que no ano passado. E, no Brasil, nós tivemos 3 anos seguidos em que não se gastou um centavo em saneamento básico. Ou seja, na verdade, durante muito tempo, esqueceu-se que uma nação não é construída de prédios, de máquinas. Uma nação é construída de homens, mulheres e crianças. E, muitas vezes, esqueceram-se de cuidar dessa coisa mais extraordinária, que é a gente que compõe a nação brasileira.

Quero dar os parabéns ao Olívio Dutra, ao Jorge Mattoso, ao Governador, ao Décio. E, sobretudo, quero desejar ao povo de Blumenau, que nessa primeira fase tem acesso a estes apartamentos, que Deus abençoe vocês, e boa sorte.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos nós.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
solenidade comemorativa dos 50 anos da Petrobrás**

Edifício Sede da Petrobrás

Rio de Janeiro - RJ, 03 de outubro de 2003

Quero saber do Presidente da Petrobrás se com esse crachá eu já posso passar no caixa para receber o salário.

Meu querido companheiro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás,
Minha companheira Rosinha Garotinho, governadora do estado do Rio de Janeiro,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Minha querida companheira Marisa,

Meus amigos ministros e ministras,

Meus amigos e amigas senadores e senadoras,

Deputados e deputadas,

Diretores e diretoras da Petrobrás, gerentes, meus amigos petroleiros e minhas amigas petroleiras,

Meu caro companheiro funcionário número 1 da Petrobrás,

Hoje, comemorando os 50 anos da Petrobrás, vendo este monumento de empresa, motivo de orgulho para todos nós, em qualquer parte do planeta Terra, fico imaginando o que foi a luta de meia dúzia de abnegados há 50 anos.

Eu fico imaginando quantas vezes aqueles que ousaram fazer a campanha “O Petróleo é Nosso” foram chamados de malucos, de comunistas, de pessoas que pensavam pequeno, que não tinham dimensão de que o Brasil não tinha petróleo.



E hoje, passados 50 anos, estamos aqui para ter, mais uma vez, a capacidade de afirmar diante de nós, dos nossos filhos, dos nossos netos: não há nenhuma possibilidade de construirmos alguma coisa se não acreditarmos naquilo que estamos fazendo. Na história da humanidade todas as grandes descobertas e todos os grandes feitos ocorreram porque alguém ousou, porque uma minoria ousou, porque alguns foram chamados de loucos, porque alguns foram presos, porque alguns morreram, e depois nós colhemos os frutos da grande conquista.

No Brasil, foi assim a nossa Independência. Foi preciso que muitos morressem para que um dia descobríssemos que era preciso ter independência. Também foi assim em todos os países. A Petrobrás é motivo de orgulho, e eu, que nesses últimos 9 meses tenho viajado muito pelo mundo, sei o que representa a Petrobrás. Eu sei como é que as pessoas de fora se dirigem a nós quando falam sobre a Petrobrás. E, obviamente, isso se deve à capacidade humana do nosso país.

Um país que produz um Presidente da Petrobrás que vem aqui e, ao fazer um discurso, fica fazendo política com uma música, mostra que é um país diferente, é um país mais criativo, é um país onde, mesmo na adversidade, o povo consegue dar um salto de qualidade fantástico.

Eu quero então, antes de ler o meu pronunciamento, que normalmente é a parte mais chata de tudo que a gente faz, homenagear aqueles que lutaram antes de nós, muito antes de nós, porque eu tinha apenas 5 anos em 1950.

Portanto, quero homenagear aqueles que vieram muito antes de nós, que ousaram levantar a cabeça e acreditar neste país, que ousaram desafiar a lógica dos países ricos do mundo, que teimaram em dizer que nós não tínhamos nascido para ser pobres. E que ousaram, um dia, sair pelas ruas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Salvador, de Recife, como se fossem um bando de meninos e meninas, dizendo: “O Petróleo é Nosso”. Meus parabéns a vocês porque, certamente, a minha geração, a nossa geração será



eternamente grata à coragem que um dia vocês ousaram ter. Espero que outras gerações, como vocês, surjam a cada década, para que possamos descobrir novas coisas para o nosso país.

A Petrobrás nasceu de uma vontade nacional, é uma causa pública que se tornou sinônimo de eficiência e soberania, ao provar na prática que o petróleo, que era um sonho, agora é nosso.

Hoje, ela garante mais de 85% da demanda e ocupa um espaço destacado na identidade brasileira. É uma das principais alavancas e orgulho do desenvolvimento nacional.

Há 50 anos, uma geração de homens e mulheres apostou que seria assim. A Petrobrás ganhou essa aposta ao entregar ao país aquele que talvez seja o poço mais valioso já descoberto em toda a sua história: o poço de onde jorram o orgulho e a confiança no trabalho da nação.

Não foi uma prospecção fácil, quando essa bandeira foi erguida há meio século. Muitos acharam que ela se destinava ao fracasso. Como um país pobre iria concorrer com gigantescos grupos de países estrangeiros? Por que ousar, competir num setor que pressupunha alta tecnologia, administração sofisticada, investimentos tão vultosos?

De fato, parecia irreal, mais uma teimosia do que uma estratégia de desenvolvimento. Nossa esperança colidia com a palavra do especialista Walter Link, geólogo norte-americano contratado pelo Conselho Nacional do Petróleo. Emitia sinais taxativos.

O famoso Relatório Link descartava todas as possibilidades, exceto uma: o petróleo brasileiro se escondia na plataforma marítima, mas em profundezas tecnologicamente inacessíveis, a custos economicamente inviáveis.

Um sonho, porém, nem sempre é uma miragem, especialmente quando é sonhado por milhões de pessoas, onde une a vontade nacional, constrói um projeto, define um rumo. Quando isso acontece, a política cumpre seu papel



maiusculo de servir como ponte entre duas épocas. Ontem, como hoje, é assim que a história se renova.

Significa dizer que o desenvolvimento não é um automatismo na vida das nações, mas uma combinação delicada de necessidades e possibilidades. A economia é a máquina, produz riquezas para o ser humano, condiciona o campo de ação, mas não decide o nosso destino.

Se dependesse somente da lógica fria, dos condicionantes da época, certamente Getúlio Vargas não teria criado a Petrobrás, Juscelino não teria feito Brasília, nem tampouco Celso Furtado teria feito a Sudene.

Hoje, talvez, nem tivéssemos o direito de ostentar a palavra nação.

Em 3 de outubro de 1953, o Brasil decidiu construir seu caminho, fazendo o próprio caminhar, como disse o poeta, e criou uma empresa nacional estratégica para ampliar as bases de nosso projeto de desenvolvimento. Assim, nasceu a Petróleo Brasileiro S/A. Quando a Lei 2.004 foi assinada por Getúlio Vargas, nossa produção era inferior a 3 mil barris/dia. A dependência externa chegava a 80%.

Foi preciso criar uma subscrição compulsória sobre a venda de combustíveis, porque não havia recursos nem para financiar os primeiros passos dessa empreitada. Hoje, a Petrobrás é a maior empresa brasileira e uma das maiores do mundo.

Tornou-se uma verdadeira âncora de estabilidade da nossa economia. Mesmo nas mais severas crises mundiais, quando capitais refluem e a volatilidade impera, jamais faltou petróleo ao Brasil. O sonho da nação, alimentado nas ruas, acrescentou ao mercado uma dinâmica própria, que poupa bilhões de dólares em divisas, gera 120 mil empregos, alimenta a indústria naval, garante encomendas a 2 mil empresas fornecedoras e protege a produção da instabilidade inerente ao cenário político internacional.

As maiores reservas, de fato, repousam no fundo do mar. Mas lá estariam até hoje, se, ao invés de abdicar, uma geração de brasileiros não



tivesse lutado pela exploração dessa riqueza, sem delegar o futuro à competência alheia, sem desperdiçar uma janela multiplicadora de oportunidades.

A luta pelo petróleo desencadeou o processo de industrialização que levou o Brasil a crescer às maiores taxas do Planeta, durante cerca de 30 anos. Hoje, o país produz mais de 1 milhão de barris/dia. É o maior produtor mundial em águas marítimas, com poços a 1.800 metros de profundidade e com competência para exploração a 3 mil metros de profundidade.

A empresa que nasceu sem recursos investirá 34 bilhões e 300 milhões de dólares até 2007. Quase 60% de caixa próprio, que redundarão em encomenda de navios, refinarias, dutos, novas petroquímicas, tecnologia de ponta e oportunidades de emprego e de negócios.

Abdicar da geração de empregos nesta área seria um equívoco quase tão grande quanto abrir mão do petróleo nacional nos anos 50. Ainda mais com trabalhadores tão qualificados e dedicados como nós temos no Brasil e como estamos vendo aqui na Petrobrás. Por isso, mudamos as regras para licitação nas plataformas P51 e P52.

Vocês estão lembrados que, durante a campanha eleitoral, a Petrobrás afirmava, através da Direção da época, que o Brasil não tinha condições de produzir aqui. Foram muitas reuniões. Os companheiro da COP, o Pinguelli se lembra disso, os companheiros dos estaleiros do Rio de Janeiro se lembram disso, os trabalhadores da indústria naval e os petroleiros se lembram disso. Depois de muitos debates com trabalhadores, empresários, engenheiros, ficou provado que os nossos estaleiros tinham condições de fazer as plataformas no Brasil.

Passaram-se vários meses. Eleito Presidente da República, fui a Minas Gerais participar de um encontro com o primeiro-ministro da Noruega e, pasmem, ele me disse: “Presidente, eu sei que o senhor não permitiu que a P51 e a P52 fossem feitas na Noruega. Pois bem, nós compramos um estaleiro



no Brasil e vamos partir para construir as plataformas da Petrobrás aqui no Brasil". Era exatamente isso que nós queríamos. Nós não queríamos evitar que empresas estrangeiras produzissem os nossos navios ou a nossa plataforma. O que nós queríamos era que o nosso dinheiro fosse gasto dentro do Brasil, para gerar empregos para homens e mulheres brasileiros. E vamos manter a exigência mínima de 65% de conteúdo nacional nos equipamentos destinados à prospecção marítima do petróleo brasileiro.

Meus companheiros e minhas companheiras, não se ergue uma catedral sem ter fé. Não se constrói um país sem grandeza política. Se Deus quiser, até o final do meu mandato, atingiremos o objetivo que mobilizou essa geração visionária de homens e mulheres: a auto-suficiência com 100% de petróleo nacional.

Agora, uma nova causa se impõe, tão desafiadora quanto a campanha dos anos 50 e tenho certeza, tão decisiva quanto ela para o nosso futuro. Falo da luta por um desenvolvimento que faça da inclusão social o novo motor da economia brasileira. Esse é o caminho de um futuro encabeçado por um imperativo ético, econômico e político. Mais desumana que a sociedade pobre é a economia rica, que nunca reparte.

A Petrobrás é uma gigantesca prova da viabilidade do desenvolvimento brasileiro. Ela demonstra que, quando a vontade nacional se junta à determinação de um governo, o país supera seus limites e renova suas possibilidades. Por isso, eu estou convencido de que um povo que fez a Petrobrás há meio século, que fez Brasília há mais de 40 anos, pode acabar com a fome e com a miséria no século XXI, pode erradicar o analfabetismo, pode unir-se aos demais países em desenvolvimento e ajudar a construir uma nova ordem internacional, mais justa na repartição dos recursos, mais equilibrada na divisão do comércio mundial e, sobretudo, propiciadora de paz.

Nos anos 50, quem disse que o Brasil não devia fazer, porque não sabia nem podia fazer, cometeu, talvez, um dos maiores equívocos da nossa história.



A luta pela justiça social é o divisor de águas do desenvolvimento brasileiro do século XXI, é a “campanha do petróleo” da nossa geração. Cabe-nos provar, também dessa vez, que quando o Brasil quer, o Brasil pode.

Parabéns, Petrobrás, parabéns, petroleiros e petroleiras de todo o Brasil.

rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da 4ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul**

Santander Cultural

Porto Alegre - RS, 05 de outubro de 2003

Eu quero começar cumprimentando o nosso amigo, companheiro, governador Rigotto, que nesses 9 meses de governo, na sua relação com o governo federal, tem dado a mais viva demonstração do que é possível acontecer quando duas pessoas civilizadas resolvem exercitar a democracia até as últimas conseqüências. Nós estamos provando ao Brasil e ao mundo que é possível que pessoas que pensam politicamente diferente sobre várias coisas, que torcem para times de futebol diferentes, que crêm ou praticam religiões diferentes, podem ser civilizadas e viver democraticamente nessa adversidade. E é essa a lição que a relação do governador Rigotto e a minha têm tentado dar ao nosso país. Sejam democráticos e não perderemos nada.

Quero cumprimentar o senhor Luis Hierro López, vice-presidente da República do Uruguai,

Quero cumprimentar o senhor José Weinstein, ministro da Cultura da República do Chile,

Minha querida companheira Marisa,

Quero cumprimentar o senhor Porfírio Munhoz Ledo, representante do nosso querido país-irmão, México.

Quero cumprimentar os embaixadores acreditados no Brasil,

Quero cumprimentar as embaixadoras do México e da Argentina, que estão participando desta Bienal,

Quero cumprimentar meus companheiros e companheiras ministros de Estado, Tarso Genro e sua esposa; Olívio Dutra e sua esposa; Miguel



Rossetto; companheiro Fritsch, que está com a sua esposa; e a companheira Emília Fernandes, que está aqui.

Vejam vocês a importância que os gaúchos têm no governo federal: além de vários ministros, o presidente da Caixa Econômica Federal é gaúcho; mora em São Paulo, mas não deixou de ser gaúcho, o nosso querido Jorge Mattoso, que está aqui presente,

Quero cumprimentar os 76 artistas que estão expondo suas obras nesta Bienal,

Quero cumprimentar o meu querido prefeito desta cidade, João Verle,

O presidente da Assembleia Legislativa, Vilson Covatti,

Quero cumprimentar o Renato Malcom, que é o presidente desta 4ª Bienal,

Quero cumprimentar todos os coordenadores, sobretudo, o Gerdau e o Banco Santander,

Quero cumprimentar meus amigos e minhas amigas que estão aqui presentes,

Quero cumprimentar os artistas, os colecionadores, as mulheres, os homens, os vereadores,

Enfim, eu quero dizer para vocês da alegria de estar participando desta 4ª Bienal. E espero que, na 5ª Bienal, consigamos trazer aqui os Presidentes dos países que compõem o Mercosul e, quem sabe, os Presidentes de outros países. Até porque o Mercosul que nós acreditamos não é o Mercosul eminentemente comercial. O Mercosul que nós queremos tem que ser comercial, político, econômico, social e cultural, porque somente assim ele se tornará forte e competitivo com outros blocos econômicos criados no mundo.

A Bienal do Mercosul já faz parte do calendário das artes brasileiras, do Mercosul e da América Latina. Uma exposição como esta proporciona ao visitante um painel das respostas encontradas pelos artistas latino-americanos



para as questões estéticas, contemporâneas. Pela arte, afirmamos nossas personalidades individuais e fortalecemos nossa identidade coletiva. O conjunto acaba sendo maior do que as partes.

A ação conjunta dos governos federal e estadual, em parceria com o setor privado, é exemplo de como os recursos podem ser maximizados para se tornar possível uma exposição desta qualidade. A cultura não deve nem pode estar longe da sociedade. A arte é um poderoso veículo para a expressão de nossos desejos e aspirações; sem arte, a vida seria sempre incompleta. Não há nada mais estéril e sem esperança do que os ambientes em que a criatividade humana é cerceada ou onde o produto dos artistas é tratado com desconfiança ou indiferença. Valorizar a arte significa, também, trabalhar por sua disseminação.

Tenho, ao logo desses 9 meses de governo, buscado ampliar o acesso à cultura brasileira e aos bens culturais em geral. O grande desafio que apresentei ao ministro Gilberto Gil é o de idealizar uma política cultural inclusiva. E falo de inclusão a partir de dois pontos de vista: de um lado, promover a concretização da enorme criatividade do povo brasileiro; de outro, oferecer ao conjunto da população amplo acesso aos bens culturais.

A democratização das oportunidades culturais constitui uma das bases da cidadania plena. As artes contribuem para revelar e consolidar a identidade nacional. No plano regional não poderia ser diferente. As obras aqui expostas representam a pluralidade cultural do Mercosul e da América Latina. A participação do México nesta bienal amplia e consolida um diálogo entre nossas culturas. Ao construirmos pontes entre nossas artes, beneficiam-se nossos artistas, em nossas sociedades, e abre-se novas possibilidades de comunicação com outras culturas. Nossa capacidade de nos afirmarmos como bloco coeso no cenário internacional passa pelo fortalecimento das agendas política, econômica, social e, sobretudo, cultural.

A cultura é, sem dúvida, um elo imprescindível de aproximação humana



e espiritual. Nenhum processo de integração pode prescindir do engajamento da população. Para caminharmos de mãos dadas, é preciso que nos conheçamos melhor. As artes são as mais belas janelas sobre a alma do ser humano e o seu contexto social. É pela mistura única de razão e emoção que a arte elimina as barreiras e as defesas. Esta Bienal deve constituir, também, um encontro sobre os caminhos das artes visuais produzidas no Mercosul e na América Latina.

Não podemos nos esquecer, finalmente, da dimensão econômica do evento artístico. O comércio internacional de bens culturais movimenta hoje cerca de 2 trilhões de dólares por ano. Mas é um comércio desigual. Segundo a Unesco, um grupo de 5 países é responsável por mais de 50% do intercâmbio internacional de bens culturais. Não esqueçamos que a cultura é também atividade econômica, geradora de emprego e riqueza.

Quero parabenizar a todos os que contribuíram – aprumando quadro, montando instalações, buscando patrocínios, selecionando as obras e, também, aos que vão seguir trabalhando, guiando visitantes, garantindo a integridade das obras, fazendo a limpeza das instalações –, aqueles que não são artistas, que não estão fazendo exposição, mas que sem eles nós não estaríamos aqui, neste ambiente tão extraordinário.

Vejo esse exemplo como um tributo à qualidade dos artistas latino-americanos, uma recompensa ao empenho dos organizadores e, acima de tudo, uma homenagem ao talento dos povos aqui representados.

Antes de terminar eu me lembro que, muitas vezes, prefiro falar mais com o coração do que só com a razão – até porque eu não acredito que um país do tamanho do nosso, com os problemas que o nosso país tem, possa ter seus problemas solucionados apenas pela razão. Eu dizia há muito tempo, que este país só vai dar certo no dia em que tiver um presidente capaz de governá-lo com a cabeça e com o coração, porque senão este país não dá o salto de qualidade que precisa dar para recuperar a auto-estima da nossa gente.



Mas quero dizer uma palavra aos artistas. Muitas vezes nós ouvimos, pelos cantos deste país, que o povo brasileiro não gosta de arte, não gosta de música clássica, não gosta de pintores, não gosta de escultores; há quem diga que o Brasil é vocacionado apenas para o samba ou para o carnaval. Eu quero chamar a atenção dos artistas, porque o povo gosta, o povo adora, mas é humanamente impossível as pessoas gostarem do que não vêem. É humanamente impossível as pessoas gostarem se não tiverem acesso à capacidade genial de criatividade que os artistas do mundo inteiro têm.

Nesta Bienal, neste salão extraordinário, se o povo pobre do estado do Rio Grande do Sul passar por aqui, certamente vai dizer para vocês: “nós queremos apenas a oportunidade de dizer: deixe-nos conhecer, para depois julgarem se gostamos ou não da arte que vocês fazem”. Essa é a oportunidade que nós temos que dar a esse povo. Eles podem e devem aprender o que vocês sabem fazer de forma magistral. Mas, certamente, com um pouco de humildade, se os artistas tiverem paciência para ouvir, aprenderão muito da cultura que esse povo tem para exteriorizar, mas que nem sempre tem a oportunidade de dizer: eu também sou um artista, só quero um lugar para me apresentar.

Muito obrigado e boa sorte a todos que estão fazendo esta Bienal.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura do III Fórum Internacional de Microcréditos**

Hotel Blue Tree, Brasília-DF, 06 de outubro de 2003

Quero agradecer a presença de Sua Majestade, a rainha Sofia, por ter aceito o convite e estar participando deste seminário.

E, sobretudo, quero aproveitar a oportunidade para agradecer o tratamento carinhoso, afetuoso, que Sua Majestade e o rei Juan Carlos nos deram na nossa passagem pela Espanha.

Quero agradecer às pessoas que vieram da Espanha, que vieram de Portugal, aos brasileiros e às brasileiras que têm preocupação com o microcrédito, aos bancos que aqui estão participando e fazendo parcerias com o governo e com a sociedade brasileira.

Como eu não recebi a relação, não vou citar os senadores. Estou vendo Aloízio Mercadante, que é o líder do governo, estou vendo Eduardo Suplicy e a companheira Serys, que é nossa senadora do estado do Mato Grosso.

Quero agradecer a presença de todos os deputados e dizer que, desde que tomamos posse no governo, temos tentado chamar a sociedade brasileira a assumir um outro tipo de comportamento. Ou seja, na medida em que o dinheiro disponível para os investimentos – que, todos sabemos, é necessário para o crescimento de um país –, está muito pouco, eu tenho chamado a atenção para a criatividade. E a criatividade é uma coisa que tem sido colocada em prática em todas as oportunidades. Nós, há algum tempo, criamos os chamados bancos populares; várias prefeituras, de vários partidos políticos, criaram, e têm funcionado, na medida do possível, atendendo às pessoas que precisam do microcrédito. Mas, agora, a novidade que nós temos é que o sistema financeiro brasileiro, tanto o público quanto o privado, resolveu assumir a responsabilidade do financiamento para as pessoas de baixa renda.



Esses dias aconteceu uma novidade. Eu não sei se no século passado houve no Brasil: o movimento sindical fez licitações para saber quais bancos ofereciam as taxas de juros mais baratas para financiar os trabalhadores. E a garantia que os trabalhadores estão oferecendo aos bancos é o seu contracheque, ou seja, é a sua folha de pagamento.

Eu penso que isso é extremamente novo para nós, aqui, no Brasil. Nós temos uma experiência no setor do funcionalismo público. Mas não tínhamos no setor privado. E se Deus quiser, num curto espaço de tempo, iremos estender essa linha de financiamento para os aposentados brasileiros. Vamos fazer com que as pessoas tenham acesso ao dinheiro para pagar pequenas prestações que não as sufoquem e, ao mesmo tempo, isso lhes garanta a possibilidade de consumirem as coisas que entendam que devam consumir naquele momento. Acho que essa é que é a novidade.

E, quem sabe, depois de um seminário como este, nós iremos aprender muito mais, até porque um seminário desta envergadura, com as experiências de outros países do mundo pode, efetivamente, nos ajudar para que no Brasil encontremos outras fórmulas para criar microcrédito, para criar créditos capazes de incentivar um segmento da sociedade que não tem acesso ao sistema financeiro.

Nós produzimos um programa chamado Caixa Aqui, e esperávamos chegar ao final do ano com 1 milhão de clientes; esses clientes são pessoas que não têm conta em banco, que nunca tiveram acesso a um banco, que têm renda, eu diria, muito diversa – um exemplo vivo são os catadores de papel. Nós abrimos a conta na Caixa Econômica Federal e estávamos imaginando que íamos chegar a 1 milhão de pessoas no final do ano; nós já chegamos, até agora, a 700 mil pessoas que foram abrir a sua conta na Caixa.

Isso é numa demonstração de que as pessoas estão precisando muito mais de uma oportunidade, de uma porta aberta, sem os critérios rígidos de que as pessoas vão tomar dinheiro emprestado e não vão pagar. Muitas vezes



as pessoas não têm sequer acesso fácil a um banco. Na hora em que se abre a oportunidade, as pessoas percebem que o banco pode se transformar num parceiro para atender a necessidades emergentes de um pequeno empresário, de um pequeno investidor.

Eu afirmo, sempre, que o pequeno paga, e por que ele paga? Porque o seu nome é o seu patrimônio. Ele sabe que, se não pagar, vai ficar com o nome sujo na praça. Ao contrário de alguns que tomam, não pagam e ainda vão para a Justiça para dizer que não pagam, o pobre paga, porque ele quer olhar na cara do seu filho de cabeça erguida, ele quer olhar para os seus parentes, para a sua mulher, com o orgulho de quem está cumprindo o seu dever.

Só quero dizer a todos aqueles que trabalham com microcrédito: não tenham nenhuma preocupação em emprestar dinheiro a pobre, porque pobre não dá calote, pobre paga, paga em dia e, quando não puder pagar, vai comunicar a vocês que não pode pagar; não vai fugir, não, até porque não tem para onde fugir. Ele passou a vida inteira querendo um lugarzinho para poder dizer que tem residência fixa; portanto, ele não vai fugir, e isso eu acho extremamente importante. Nós temos claro que o dinheiro que existe precisa entrar em circulação, e ele entra em circulação pelas mãos daqueles que podem ter acesso ao sistema financeiro, dos empresários, mas também precisa entrar pela mão da parte mais humilde da população, principalmente no mundo excludente como o que nós estamos vivendo hoje.

Eu penso que nós temos que aprender com outras experiências e espero que, a partir da experiência brasileira, possamos ensinar a muita gente que é possível, e plenamente possível, fazermos com que aquele dinheiro que está guardado naqueles cofres imensos de aço – eu entrei, lá na exposição da Bienal, no cofre do Santander, que era o antigo Banco Meridional, é um cofre quase do tamanho disso aqui, eu não sei como vai ter dinheiro para encher aquilo – então, ao invés daquele dinheiro ficar dentro de um cofre, é melhor



colocar esse dinheiro circulando, porque ele vai virar consumo, o consumo vai gerar emprego no comércio, que vai gerar emprego na indústria, que vai gerar mais consumo, e nós vamos fazer a roda da sociedade funcionar, fazendo com que todos possam ter o direito de consumir aquilo que precisam.

Por isso eu quero dizer à rainha Sofia do meu agradecimento pela sua presença. Eu sei que não é fácil vir da Espanha para o Brasil e voltar rapidamente porque eu já fiz isso e vou fazer outra vez agora – no dia 24 eu vou a Oviedo para receber o Prêmio Príncipe de Astúrias; vou sair daqui no dia 23 e pretendo voltar no dia 24 à noite mesmo. Ou seja, eu sei que é cansativo, mas a presença de Sua Majestade aqui significa o compromisso que o povo espanhol tem de ajudar outros povos que ainda não tiveram a chance que ele já teve de conquistar sua cidadania.

E o mesmo vale para os portugueses que estão acreditando e apostando nisso. E o mesmo vale para os brasileiros que estão aqui, trabalhando há alguns anos com microcrédito, sempre numa briga medonha, porque o dinheiro é sempre menos do que aquilo que é preciso, que a demanda exige.

De qualquer forma, eu quero dar os parabéns a vocês e, sobretudo, agradecer à Sua Majestade, a rainha Sofia, pelo sacrifício, mas, ao mesmo tempo, pelo grandioso gesto de solidariedade que ela faz ao visitar o Brasil para participar deste Seminário.

Muito obrigado e boa sorte a todos.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil dos reis da Noruega

Palácio Itamaraty, 07 de outubro de 2003

É com grande honra que o Brasil recebe a visita de Vossas Majestades. Apreciamos o empenho da Casa Real às causas que tão bem simbolizam os valores humanistas que tanto admiramos no povo norueguês. Essa visita de Estado – a primeira que realizam ao Brasil – ocorre em um momento de dinamismo nas relações entre nossos países.

O primeiro-ministro Bondevik inaugurou recentemente, em minha companhia, o seminário sobre “Ética, Empresa e Sociedade Civil”, em Belo Horizonte. Participei, também a convite do Primeiro-Ministro, da conferência sobre o combate às causas do terrorismo, co-patrocinada pelo governo norueguês, em Nova Iorque, durante a Assembléia Geral. Com a presença de líderes de muitos países, buscamos formas de tratar esse grave problema, de acordo com o direito internacional e os princípios do multilateralismo. Esses encontros de alto nível colocam em evidência nossas afinidades, a força e o potencial de nosso relacionamento.

Estamos comprometidos com os valores democráticos, os direitos humanos, a justiça social, a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Trabalhando junto com a comunidade internacional nestes temas, vamos poder responder ao maior desafio de nosso tempo: o combate à fome e à pobreza. Vejo com grande satisfação que esses problemas figuram em destaque na atuação externa de nossos países.

Sabemos que a Noruega tem contribuído, junto com o Brasil, para o esforço mundial de combate à fome e à pobreza. Tenho levado essa mensagem de solidariedade à comunidade internacional. Precisamos de aliados nessa campanha. Por suas melhores tradições, vemos a Noruega



como parceira natural nessa luta. Luta que não é apenas do Brasil, mas de toda a humanidade.

A promoção da paz também é uma prioridade que compartilhamos. Admiramos, no Brasil, a contribuição valiosa que a diplomacia da Noruega tem prestado à causa da solução pacífica dos conflitos. No atual cenário de instabilidade no mundo, o seminário brasileiro-norueguês sobre paz, mediação e reconciliação que o rei Harald inaugurará, ainda hoje, reflete nosso compromisso conjunto com a manutenção da paz e da segurança internacional.

Majestades,

O crescimento das relações econômicas entre nossos países, em anos recentes, é motivo de satisfação e otimismo. Desejamos ampliar ainda mais o comércio e os investimentos entre Brasil e Noruega. Precisamos explorar as amplas oportunidades de complementaridade entre nossas economias. No campo econômico, avanços importantes estão sendo alcançados na exploração petrolífera, na pesca e na aqüicultura, nos transportes marítimos e na energia hidrelétrica, entre outros. Esperamos, assim, que nossa pauta comercial venha a se diversificar e enriquecer mais ainda.

Majestades,

Talentos brasileiros e noruegueses estarão unidos no “Concerto de Solidariedade Noruega-Brasil”, esta noite, no Teatro Nacional Cláudio Santoro. Esta é uma iniciativa também simbólica do nosso compromisso de trabalharmos juntos e solidariamente contra a exclusão social, pois a renda deste evento será destinada ao programa Fome Zero.

É com esse espírito que convido a todos aqui presentes a se unirem para brindar à saúde de Suas Majestades, o rei Harald Quinto e a rainha Sônia, e à felicidade e prosperidade do nobre povo norueguês.

Muito obrigado.



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na saída do velório do Presidente do PTB, deputado José Carlos Martinez

Assembléia Legislativa do Paraná – Curitiba/PR, 08 de outubro de 2003

Eu acredito que o povo do Paraná, que acompanha a política brasileira, sabe da importância excepcional que o Martinez tem para o governo e para a política nacional.

O seu partido vinha crescendo. Ele vinha dando uma demonstração de lealdade e companheirismo extraordinária nesses nove meses de governo. Ele trabalhou como ninguém para unir o PTB e para convencer outros partidos políticos a votarem nas reformas tão necessárias para o Brasil.

Eu acho que quando morre um homem público, perde a sua cidade, perde a família, perde o estado e perde o Brasil. Só posso desejar que Deus o tenha e o guarde para sempre.

Ele não foi meu adversário. O Martinez foi um parceiro excepcional nestes nove meses de Governo. E não tenho dúvida de que os companheiros do PTB continuarão sendo.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia comemorativa do alcance da meta de implantação do Programa Mesa Brasil SESC, em todo o Brasil

Confederação Nacional do Comércio - Brasília-DF, 10 de outubro de 2003

Meu caro Antonio Oliveira dos Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio e do Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio,

Meu caro companheiro José Graziano, ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome,

Meu caro companheiro Miro Teixeira, ministro das Comunicações,

Minha querida companheira Marisa,

Meus companheiros, minhas companheiras,

Meu caro amigo Oded Grajew, assessor especial da Presidência da República,

Deputado Paulo Delgado,

Deputado Paes Landim,

O senador Paulo Octávio já foi embora; eu fico atento; mas só o fato de ele ter vindo já foi extraordinário.

Meus amigos e minhas amigas,

O nosso grande problema é convencer a sociedade de que a solidariedade não pode acontecer de quando em quando na nossa passagem pela Terra. A solidariedade tem que se tornar uma prática cotidiana da sociedade brasileira e do ser humano como um todo. Sem ela sobreviveremos pouco. E sem ela não seremos os seres racionais que Deus quis que nós fôssemos.

Certas palavras circulam entre nós apenas com meia-vida, meio-sentido – desprovidas de seu significado pleno e profundo. Solidariedade é uma delas.



A maior parte do tempo nós só reconhecemos o seu conteúdo imediato, como se fosse mero sinônimo de ajuda emergencial. É muito mais que isso. A solidariedade é um pilar da civilização humana. É uma condição de vida em sociedade.

E esta cerimônia – que marca a conclusão da primeira fase do programa Mesa Brasil –, conduzida pela Confederação Nacional do Comércio através do SESC, ilustra bem o significado afirmativo e transformador contido na palavra solidariedade. Somente nesta etapa, o Mesa Brasil já implantou bancos de alimentos em todos os estados do país.

A verdade é que não é possível construir uma sociedade justa, solidária e republicana como o Brasil quer ser, se não abdicarmos pelo menos do desperdício. O desperdício é o escárnio da desigualdade: é o privilégio que vai para o lixo. Combatê-lo, portanto, é um compromisso ético e prático com a mudança. É um aprendizado indispensável, uma demonstração de que a sociedade brasileira avança para colocar a solidariedade como um valor que renova o presente e redefine o futuro.

Mais que um gesto individual de generosidade, a solidariedade é a defesa coletiva de um povo contra as forças que ameaçam romper seus laços sociais – e a miséria e a fome são as mais perversas formas de desintegração de um agrupamento humano.

O Estado não pode nem deve obrigar uma sociedade a ser de um jeito que ela não queira. Mas deve criar as condições para que o individualismo ceda lugar à lógica do consenso, como temos feito nas negociações das reformas e na criação de novas instâncias democráticas de discussão do país.

Não se trata de passar por cima dos conflitos de interesses, porque a política existe justamente para legitimar o diálogo entre as diferenças. Mas se trata, sim, de reforçar convergências que nos permitam reconhecer no interesse do outro uma parte do nosso próprio interesse – sem o quê fica muito



difícil construir um projeto democrático de desenvolvimento nacional. A Previdência Social é um bom exemplo dessa convergência solidária.

Por isso fizemos a sua reforma, para que ela se mantenha como uma ponte sólida entre gerações, na qual os jovens pagam hoje para sustentar os que pagaram ontem, porque também serão beneficiados pelos que virão amanhã.

A legislação tributária é outra ferramenta de solidariedade porque permite redistribuir a riqueza e evitar a guerra fiscal que desarmoniza a Federação e aprofunda os desequilíbrios regionais. É o que faz dela outra prioridade de nossa agenda. O mesmo acontece com a luta contra a fome e o desperdício.

Quando nos preocupamos com a desumanização do outro, estamos respeitando a nossa própria humanidade. E é isso que eleva a sociedade humana além de um mero destino biológico, para credenciá-la como protagonista do futuro e sujeito da sua própria história.

Por isso é que nós damos enorme valor a iniciativas como esta, do Mesa Brasil, e às políticas do programa Fome Zero. Há nelas uma transição de uma velha cultura para outra, mais justa e generosa – e sem a qual, insisto, é muito difícil aprofundar uma trajetória democrática que faça do futuro um destino melhor para todos. Estou convencido de que não existe nada mais estrutural na construção de um país do que a argamassa da solidariedade. E o Mesa Brasil demonstra que os setores expressivos da sociedade brasileira já tomaram consciência disso. Mais que uma opção, a solidariedade é um imperativo de transformação pacífica de uma sociedade.

A maior prova desse engajamento são os números alcançados na primeira fase do Mesa Brasil. O SESC já implantou bancos de alimentos, como foi dito aqui, em 30 cidades, incluindo-se aí todas as capitais, como já foi ressaltado. Agora, deve iniciar o processo de interiorização do Programa, que já arrecada mais de 570 toneladas de alimentos por mês, tem cerca de 750



empresas parceiras, envolve oito mil voluntários e beneficia quase 115 mil pessoas diariamente: 60% delas, jovens e crianças.

Quem subestima a relevância dos bancos de alimentos desconhece as grandezas em jogo. O desperdício na sociedade brasileira é uma fotografia escandalosa dos nossos desequilíbrios de renda. Excesso e escassez convivem lado a lado.

A ONU calcula que cerca de um quarto de todo alimento produzido no país é desperdiçado. Significa que 23% das frutas, verduras e legumes, ou 13 milhões de toneladas/ano, não são aproveitados. Mais de 20% da colheita de grãos – algo como 20 milhões de toneladas por safra, ficam perdidos entre o campo e a cidade.

Sem falar do descarte anual de treze milhões de toneladas de alimentos nos supermercados, além de mil toneladas sacrificadas diariamente nas feiras-livres. A mesma distorção se reproduz em ponto menor na vida de cada um de nós: 60% do lixo recolhido na área urbana é formado por alimentos não aproveitados. O resultado dessa absurda matemática da subtração é que o fosso do desperdício guarda comida suficiente para alimentar mais de trinta milhões de brasileiros famintos.

A mão invisível da solidariedade não pode tudo. Mas pode estabelecer uma ponte para estreitar as duas margens desse abismo – e transferir de onde sobra para onde falta. É isso que o Mesa Brasil tem feito em todo o país. E quem pensa que é uma simples fuga para a frente num país de desequilíbrios extremados, engana-se.

O Canadá é um dos países mais ricos do mundo. Mesmo assim, não descuida da ação solidária contra o desperdício e a favor dos excluídos: é uma opção humanista da sociedade. O Canadá possui uma central de bancos de alimentos informatizada, conduzida exclusivamente pela sociedade civil. Atende 800 mil pessoas por dia e – graças a uma experiência de vinte anos –



consegue redistribuir cargas e doações com a máxima eficiência, num território maior que o Brasil.

Se a solidariedade é importante no país que tem o melhor índice de desenvolvimento humano do Planeta, não podemos subestimar seu papel entre nós.

Meus amigos e minhas amigas, o governo está fazendo a sua parte. O programa Fome Zero já está presente em 1.277 municípios e cresce multiplicando ações e parcerias em várias frentes. Neste início de outubro, o Cartão-Alimentação foi pago a um milhão e setenta mil famílias. Trata-se de um salto de 43% em relação aos números de setembro. Mais de 174 mil famílias de sem-terra; quase quinze mil de quilombolas e cerca de onze mil e quinhentas famílias indígenas também receberam cestas de alimentos.

Dobramos o valor da merenda na pré-escola para beneficiar 4,3 milhões de crianças de quatro a seis anos. Iniciamos a construção de vinte e duas mil cisternas no Nordeste e, pasmem, em parceria com a Febraban. Exemplo de solidariedade. Até setembro, oitenta e duas grandes empresas credenciaram-se como parceiras do Fome Zero e quase seis milhões de reais foram doados ao combate à fome. Iniciamos aquisições de alimentos da agricultura familiar com recursos de R\$ 400 milhões de reais para compra inicial de 150 mil toneladas.

Vamos comprar cerca de um milhão de litros de leite por dia, de pequenos produtores, para redistribuí-los às populações carentes através das prefeituras. Uma rede de restaurantes populares está em implantação nas capitais brasileiras. É enorme o impacto transformador de ações como essas, que estão sendo semeadas em várias partes do Brasil.

Outro dia li num jornal que o dono de um salão de beleza, em Guaribas, no Piauí – onde foi iniciado o Fome Zero – quer entrar para o livro dos recordes. E com razão: ele passou vinte e cinco horas, seguidas, penteando os cabelos e fazendo maquiagem nas moças do lugar.



Pode parecer um detalhe, mas quem já sofreu privação na vida sabe que a auto-estima só rebrota assim quando o futuro reaparece na linha do horizonte. Ninguém se cuida, penteia cabelo, troca de roupa, faz a barba, faz a unha, vai passear, dançar ou namorar se tudo em volta soa falso, triste e feio como uma roda gigante parada e sem luz. Esse tipo de coisa não acontece por acaso: o salão de beleza de Guaribas é um termômetro de um Brasil em ponto de mutação.

Nos municípios onde o Fome Zero já se consolidou uma vida nova está despontando. E as pessoas do lugar já estão usufruindo dos frutos da solidariedade e da mudança. Esse é um broto verde de esperança que nós vamos continuar regando e cuidando com carinho, para que ele se multiplique e anuncie aquilo que o Brasil tanto espera: a chegada da primavera social na vida da nossa gente.

Meus amigos e minhas amigas, não é fácil despertar a solidariedade na sociedade brasileira, um país onde, durante muitos anos, fomos educados a achar que a solução dos nossos problemas dependia da nossa individualidade. É muito mais difícil ter um programa de combate à fome num país onde, mesmo as pessoas que estão com fome, não têm coragem de dizer que estão com fome.

Não é fácil, meu caro Antonio, presidente da Confederação, a gente fazer uma pessoa dizer que está com fome. Porque estar com fome não é não ter comido nada. Estar com fome é não ter comido as calorias e as proteínas necessárias à sobrevivência humana. Muitas vezes a gente vê as pessoas comendo palmas, como no Nordeste, e a gente fala: essas pessoas estão comendo. Mas quantas calorias e proteínas têm aquela comida que a pessoa está ingerindo? Às vezes, nenhuma. E nós sabemos perfeitamente bem que incentivar as pessoas a comerem adequadamente significa deixar de investir dinheiro na área da saúde, para investir em outras coisas, porque quem come tem menos possibilidade de ficar doente do que quem não come.



Guaribas é um exemplo e nós citamos sempre Guaribas, porque foi a primeira cidade. Guaribas tinha praticamente 250 crianças que procuravam mensalmente os médicos, com diarreia. Isso baixou para 30 e poucas crianças. Guaribas tinha 35 crianças que morriam, para cada mil que nascia. Este ano, graças a Deus, não morreu nenhuma. E quem conhece as regiões mais pobres do país sabe o que é a desnutrição; sabe o que é criança mal alimentada; sabe o que é criança em idade escolar que não conseguem aprender, porque não se alimentaram e, portanto, vão perdendo a sua visão.

Cuidar deste país não é se preocupar com as estatísticas, é se preocupar com o ser humano. Imaginem se todos os brasileiros e brasileiras tivessem a sensibilidade que vocês tiveram, construindo esse extraordinário programa chamado Mesa Brasil. É pouco ainda, Antonio, eu sei que vocês podem muito mais. Todos nós podemos, sempre, fazer mais do que fazemos. É apenas querer, é apenas ter vontade de fazer e as coisas acontecem. E eu acho que, sobretudo vocês, da área do comércio, têm muita clareza.

Eu, de vez em quando, perguntava para o meu amigo Oded, quando nós conversávamos, ainda no tempo que ele estava dirigindo a sua empresa, que tipo de freguês vocês querem que entre na loja de vocês: aquele que só entra para olhar e sai do jeito que entrou, ou aquele que vai ao supermercado e fica tentando comprar apenas produtos de segunda e terceira, sem ter o privilégio de colocar a mão num produto de primeira. Obviamente que, como comerciantes que são, todos gostariam que as pessoas comprassem tudo do bom e do melhor, porque é no bom e no melhor que a gente pode obter um preço mais compatível com a nossa sobrevivência. E esse é o desejo final.

Nós dizemos sempre sobre o programa Fome Zero e o programa que vocês criaram, o Mesa Brasil: nós sonhamos que um dia não precisemos mais deles. Nós sonhamos que um dia o povo possa trabalhar, ganhar o seu salário, comprar sua comida e levar para casa, sem precisar que a gente faça isso. Mas o que está acontecendo? Na verdade, nenhum país, por mais rico que



seja, pode prescindir de um Programa desses, porque se até no Canadá, que tem uma das maiores rendas *per capita* do mundo, tem gente que passa fome, imaginem o nosso querido Brasil.

Então eu quero, meu caro Antonio, parabenizar a Confederação Nacional do Comércio, parabenizar as federações estaduais, parabenizar o SESC, com a esperança de que o gesto que vocês estão fazendo possa se multiplicar o mais rapidamente possível. Porque todos nós podemos esperar alguma coisa, mas quem está com fome não pode esperar.

Meus parabéns. Que Deus abençoe vocês, e que eu possa voltar aqui o ano que vem e receber números muito mais auspiciosos do que os de hoje. E que eu possa retribuir dando números muito mais auspiciosos do que os de hoje. E assim, quem sabe, todos nós serviremos de exemplo para aqueles que ainda são descrentes com a palavra chamada solidariedade.

Muito obrigado.



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da ponte sobre o rio Paranaíba**

Porto Alencastro-MG, 11 de outubro de 2003

Excelentíssimo senhor governador do estado de Minas Gerais, Aécio
Neves,

Excelentíssimo governador do estado do Mato Grosso do Sul, Zeca do
PT,

Meu caro companheiro Anderson Adauto, ministro de Estado dos
Transportes,

Meu caro João Tiago de Queiroz, prefeito de Carneirinho,

Meu caro Diogo Tito, prefeito de Paranaíba,

Meu caro senador Eduardo Azeredo que, quando governador de Minas
Gerais, aportou a maior parte do dinheiro que Minas aportou nesta ponte,

Meu caro senador Aelton Freitas, que era suplente do nosso querido
vice José Alencar,

Meus companheiros deputados federais,

Deputados estaduais,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Meu caro João Antônio Queiroz Galvão, vice-presidente do Grupo
Queiroz Galvão e sua família, aqui presentes.

Quando nós nos mudamos para uma casa, mesmo que seja velha,
costumamos fazer uma vistoria para saber o que precisa ser feito e, se não
temos dinheiro para fazer tudo o que precisa ser feito ou para comprar uma
nova, fazemos os reparos necessários para que possamos entrar na casa. No
governo é mais ou menos a mesma coisa.



No Brasil há uma cultura, em muitas prefeituras, em muitos estados e mesmo no governo federal, de um governante não fazer uma obra porque foi contratada por outro governante. E cada governante quer deixar a sua marca, quer deixar a sua ponte, quer deixar a sua estrada, quer deixar o seu viaduto, sem, muitas vezes, levar em conta que o dinheiro que estamos gastando não é nosso, é da sociedade e, portanto, um bom governante não tem que ficar preocupado com quem é o autor do início de uma obra.

O que nós precisamos para definir a continuidade ou não de uma obra é saber se essa obra será útil ou não para a comunidade e para o desenvolvimento do país e da região.

Quando eu tomei posse, na primeira conversa que tive com o ministro Anderson Adauto, nós vimos que tínhamos duas coisas importantes. A primeira era que as estradas brasileiras, em sua grande maioria, estavam todas esburacadas. Não tinha um lugar deste país que a gente visitasse e que as pessoas não reclamassem da qualidade das estradas. Então, a primeira tarefa, já que não se pode fazer uma estrada nova porque não se tem recurso, é dar possibilidade daquelas estradas se tornarem, outra vez, compatíveis com a necessidade do transporte rodoviário brasileiro.

Por isso, priorizamos uma operação tapa-buraco, para ver se os nossos caminhoneiros quebravam menos eixos e estouravam menos os pneus do seu caminhão. Parece pouco, mas o frete de um caminhoneiro está tão barato que, se ele estourar um pneu, ele vai gastar o dinheiro que ganhou no frete para comprar outro pneu. Então, consertar estradas, tapar buracos e dar a elas condições de funcionar corretamente era a primeira prioridade.

Depois definimos a segunda prioridade: nós vamos pegar todas as obras deste país, as que faltam 5%, as que faltam 10%, as que faltam 15%, numa escala de prioridade, em função do custo que falta para terminar, e ir terminando uma por uma.

A mim não importa se ela começou no governo Fernando Henrique



Cardoso, no governo Sarney, no governo Itamar, ou no governo Collor. O que importa é que tem dinheiro público investido ali e se nós não dermos continuidade, aquele dinheiro público vai simplesmente desaparecer. Porque se o dinheiro voltasse para se fazer outra obra, muitas vezes até compensaria não fazer, mas o dinheiro não volta e o material que se gastou também se deteriora. Então, são esses passos que nós começamos a dar para colocar o Brasil nos eixos, no que diz respeito aos transportes.

Não sei se vocês viram, esta semana, o Tribunal de Contas da União anunciar na imprensa que 88 obras estão com problemas. Ora, não é possível que uma prefeitura, um governo de estado ou o governo federal comece uma obra e quando ela já tem 40, 50 ou 60% de construção o Tribunal diga: “Olha, tem erros no projeto, tem erros nos contratos”. Então, é muito melhor mudarmos a metodologia.

Ou seja, ao invés de começar a fazer para depois mandar o Tribunal de Contas investigar, é melhor começar a participar junto, desde a elaboração do projeto, para que a gente não tenha as obras truncadas.

Eu vou dar um exemplo. Quinze dias atrás o ministro dos Transportes e eu nos sentamos em torno de uma mesa para discutir sobre sete grandes estradas em que nós queríamos fazer concessões. Isso vem rolando há pelo menos cinco anos. Nos últimos dois anos de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Tribunal de Contas teve uma decisão, empatou 4 a 4, o Presidente do Tribunal utilizou o direito do voto de minerva, desempatou, mas aí o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso não quis continuar a obra, porque se ela estava polêmica dentro do Tribunal de Contas, imagine como ela poderia ser polêmica no Ministério Público, por exemplo.

Mas decidimos, então, que iríamos começar a fazer concorrência e licitações para concessões em dois trechos, apenas para testar o comportamento das empresas que iriam entrar nas licitações.

Na semana desta decisão, o Tribunal de Contas tinha uma votação de



empate. O Tribunal de Contas se reuniu e simplesmente vetou toda e qualquer concessão. Vamos ter que começar do zero agora, publicando novos editais. E as obras que poderiam ser iniciadas para daqui a quatro meses, seis meses ou um ano, nós agora vamos ter que esperar mais seis ou sete meses, só para terminar o processo de preparação dos editais para fazer nova concessão.

Bom, a mesma coisa acontece no meio ambiente. Muitas vezes, andando pelo Brasil, vocês percebem obras paralisadas há 15, 18, 17, 10 anos. Por quê? Porque a obra está sendo feita e muitas vezes, na elaboração do projeto dessa obra, não se discutiu quem iria dar a licença para que essa obra pudesse funcionar. Muitas vezes um governante, seja ele municipal, estadual ou federal, começa a obra e só depois que começa é que vai ao Ibama pedir para licenciar. Aí, o Ibama não licencia porque tem problemas.

Muitas vezes o licenciamento pode até ter a boa vontade do Ibama, porque hoje 70% dos licenciamentos são estaduais mas, muitas vezes, o Ministério Público municipal e o Ministério Público estadual embargam obras por 15 ou 20 anos.

Então, que medida estamos tomando? Na hora que decidirmos fazer uma obra, temos que colocar juntos, para discutir o projeto, o Ministério Público, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério que vai participar – seja o de Minas e Energia ou dos Transportes –, para quando chegarmos à conclusão e formos fazer a contratação, a licitação, tudo o que for necessário legalizar já esteja legalizado, para a gente não fazer uma obra que poderia ser terminada em 30 meses como esta ponte, demorar 10 anos.

Na verdade, ela começou a ser construída no dia 4 de novembro de 1993. Uma obra que, se fosse contínua, poderia ter demorado 30 meses. Ou seja, demorou 10 anos, demorou 120 meses. Não é possível que isso continue acontecendo no nosso país.

Eu comecei o governo dizendo para vocês que nós iríamos fazer, primeiro, o que era possível, depois iríamos fazer o que fosse necessário para,



depois, criar as condições de fazermos até o impossível.

E isso vai ser feito com um cuidado muito grande, porque não teremos obras eleitorais. Ou seja, eu não quero uma estrada que seja a minha marca. Eu quero uma estrada porque essa estrada vai significar o desenvolvimento de uma cidade, de um estado, de uma região ou do nosso país.

Imagine uma obra paralisada cinco vezes. Alguns dizem que foram oito vezes. Mas, sejam oito, cinco, quatro, por falta de dinheiro, significa que houve falta de planejamento no início, porque não é possível, se a obra foi pensada é porque ela era necessária para a região. E, se era necessária, ela não deveria ter passado pelo processo de ficar dez anos parada. E dez anos, no Brasil, ainda é um tempo pequeno, porque onde eu moro, em São Bernardo, tem trecho de obra parada desde 1983. Conheço pontes, no Brasil, paradas desde 1985. Portanto, dez anos é até pouco tempo diante do tempo que se perde para fazer as obras no nosso país.

E isso, gente, é muito difícil. Os prefeitos sabem que isso implica um custo maior. Implica, muitas vezes, ter que desempregar trabalhador e, depois, contratar outra vez. Implica as incertezas das empresas em fazer o contrato. Implica a elaboração do Orçamento, pois nunca se sabe se haverá o dinheiro no Orçamento ou não. Muitas vezes, os deputados federais aprovam emendas e, depois, essas emendas são contingenciadas, porque não existe dinheiro no Orçamento.

Então, o que nós precisamos, na verdade, desde uma bancada que apresente a emenda ao ministro do Planejamento, que faz o Orçamento, é trabalhar conjuntamente, para que a gente faça somente aquilo que vai poder fazer.

Porque, senão, fica muita promessa, fica muita coisa na cabeça do povo e as coisas não acontecem. E a classe política vai ficando desacreditada, vai ficando desmoralizada. E não é possível, se nós quisermos consertar o nosso país, não agirmos com muito mais seriedade nessa questão das obras públicas



que temos que fazer.

Nós estamos com 62 hidrelétricas no Brasil, pequenas e médias, que estavam em construção, quase todas paralisadas por algum problema que não foi cumprido. Começa-se uma obra e, depois, ela fica paralisada por dois ou três anos. Toma prejuízo o país, o empresário que investiu, a prefeitura, o Estado e, muito mais, o resultado é prejuízo nas costas do povo.

Então, nós vamos trabalhar com a maior serenidade, com o maior cuidado, tirando ensinamento daquilo que outros governos fizeram de certo e de importante para fazermos as coisas corretas. E aquilo que foi errado, nós vamos ter que tirar do cenário da administração.

Além da importância econômica para o Triângulo Mineiro e para o estado do Mato Grosso do Sul, essa obra tem uma importância vital para facilitar o escoamento de boa parte da produção de toda a região do Centro-Oeste – embora Goiás não esteja aqui na divisa do Rio, a verdade é que Goiás também será beneficiado com essa estrada.

O mais importante: a comunicação entre esses dois estados importantes, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, é fundamental para o agronegócio brasileiro, que tem sido motivo de orgulho para o povo brasileiro e muito mais motivo de orgulho para a balança comercial brasileira, porque estamos num momento auspicioso e, se tudo der certo como estamos imaginando, este ano bateremos novo recorde da produção de grãos no nosso país, chegando a 122 milhões de toneladas. Concomitantemente, estaremos brigando com os nossos amigos da União Européia e dos Estados Unidos para tirarem os seus subsídios, para que o Brasil possa vender mais produtos brasileiros lá, e fazer com que o agronegócio fortaleça ainda mais a nossa balança comercial.

Está aqui o prefeito Eli Araújo, da cidade de Rio Preto, em São Paulo. Esta ponte vai encurtar em 80 km a distância entre Paranaíba e São José do Rio Preto, que é uma bela cidade, um centro consumidor extraordinário.



Portanto, o povo de Minas Gerais, o povo do Mato Grosso do Sul está agora muito mais próximo da nossa querida São José do Rio Preto.

Além disso, companheiro Zeca e governador Aécio, não são poucos os 300 km que ela vai encurtar, levando os nossos produtos para os portos. Trezentos quilômetros para um motorista é quase um dia, dependendo da estrada, e aquele que produziu sabe o quanto isso economiza de gasto e o quanto lhe permite ter lucro.

Portanto, se justificou a gente priorizar esta ponte, acabando os 5% que faltavam ser construídos para que ela pudesse ser inaugurada, eu acho que não cabe ficar procurando quem é o pai da ponte, eu acho que o pai da ponte são os 176 milhões de brasileiros que pagaram os seus impostos e possibilitaram que nós pudéssemos ter o dinheiro para concluí-la.

Esta ponte sólida une Minas Gerais ao Mato Grosso do Sul, mas faz muito mais, ela aproxima, meu caro Zeca, o Brasil do seu futuro. O futuro do Brasil, efetivamente, vai se consolidando na medida em que a gente tem a clareza de que obra de infra-estrutura traz a riqueza imediatamente para a região e é por isso que nós vamos priorizar as obras de infra-estrutura.

Sinto-me orgulhoso por estar aqui concluindo o que parecia se perder no tempo, para que estes dois grandes estados fiquem para sempre unidos, engrandecendo ainda mais o nosso país.

Eu acho que um estado que completa 26 anos de idade e consegue ter a pujança que hoje tem o estado do Mato Grosso do Sul, demonstra o potencial do nosso país.

Juntando um estado adolescente como o Mato Grosso do Sul a um estado mais antigo e historicamente importante para o Brasil, como Minas Gerais, eu acho que isso vai fazer com que esta região possa, daqui a alguns anos, dobrar a sua capacidade produtiva e melhorar a qualidade de vida do povo.

Por último, quero dizer, meu caro Zeca, meu caro Aécio, que nós



estamos construindo uma ponte muito maior, a que liga o Brasil de hoje ao Brasil que sonhamos para todos nós, que sonhamos para os nossos filhos e para as futuras gerações.

Acredito que se todos nós, que temos a honra de governar o Brasil, um estado ou uma cidade, tivermos como filosofia de procedimento olhar o que o povo precisa e o que é necessário, ao invés de olharmos apenas a próxima eleição, nós estaremos fazendo um bem incomensurável para o nosso país.

Muito obrigado e meus parabéns.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do “Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual”

Palácio do Planalto, 13 de outubro de 2003

Minha querida companheira Marisa,
Meu caro companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,
Meu companheiro Gilberto Gil, ministro da Cultura,
Meu companheiro Miguel Rossetto,
Walfrido Mares Guia,
Ciro Gomes,
Miro Teixeira,
Celso Amorim,
Meus companheiros e companheiras do Ministério da Cultura,
Produtores,
Artistas,
Meus amigos e minhas amigas,

Eu volto sempre a lembrar a frase inicial na minha posse como Presidente da República: primeiro a gente vai fazer o que é possível; depois, a gente vai fazer o que é necessário e, quando menos se esperar, estaremos fazendo o impossível.

Não pensem que é fácil fazer transferência de um órgão importante de um Ministério para outro Ministério; existe sempre a idéia de que esse ou aquele Ministério é o lugar ideal para determinada atividade.

Eu penso que, em se tratando de cinema e audiovisual, nós temos que fazer a experiência que tínhamos que fazer, que era vincular a Ancine – Agência Nacional de Cinema, ao Ministério da Cultura, um Ministério



historicamente tão esvaziado, política e financeiramente. Nós estamos dando um passo para recuperá-lo política e, financeiramente, vamos ver se a gente consegue, se Deus quiser, recuperá-lo num futuro muito próximo.

Posso dizer a vocês, com absoluta tranqüilidade, que é outra – e que é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental, mas como a base da construção e da preservação de nossa identidade; como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social, tanto pelo fortalecimento da auto-estima do nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica.

Vem daí o nosso entendimento da cultura como uma das preocupações centrais do Estado. Nos últimos 10 ou 15 anos, no entanto, o que vinha acontecendo era justamente o contrário. Os governos foram se afastando cada vez mais de sua missão nesse campo. E assim o Ministério da Cultura se viu esvaziado, diminuído, omissos. Para dizer de modo breve, chegamos a um verdadeiro paradoxo. O paradoxo do governo brasileiro não ter uma política cultural para o país.

Quando convoquei o companheiro Gilberto Gil para assumir o Ministério da Cultura, confiei-lhe, também, a tarefa de reverter esse quadro absurdo. No momento em que o Estado brasileiro se preparava para assumir o seu verdadeiro lugar e a sua verdadeira função em nossa sociedade, o Ministério da Cultura deveria também retomar o seu verdadeiro papel no horizonte da produção cultural brasileira, o seu papel constitucional de formular e executar uma política cultural para o país. E, assim, incentivar o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira, como, aliás, está sendo feito, num trabalho que



já começa a dar os seus primeiros resultados.

A partir dessa compreensão ampla do fazer cultural e do seu significado para a vida de todos nós, não poderíamos, de modo algum, passar ao largo da criação audiovisual e cinematográfica brasileiras. Também aqui, a situação não era apenas confusa, mas paradoxal e lamentável.

Apesar de movimentar riquezas consideráveis e de criar empregos em todo o país – além de nos ajudar a conhecer a nós mesmos, de influenciar poderosamente na disseminação de práticas e estilos de vida e na formação da consciência nacional – essa produção não foi considerada digna de atenção por parte do Estado.

O Brasil é um país com uma cinematografia rica e variada, com uma economia audiovisual forte e consolidada e, por isso mesmo, cabe ao governo valorizá-la e estimulá-la. Ao não fazer isso, entre outras coisas, os filmes brasileiros foram como que expulsos de nossos cinemas. Foram tratados como presenças incômodas e descartáveis, batendo inconvenientemente na porta das distribuidoras e das salas de exibição, quase todas já ocupadas por produtos estrangeiros.

Não se trata de uma invasão propriamente física, mas de uma influência simbólica, que passa a modelar a sensibilidade, os projetos de vida, as visões de mundo da nossa comunidade. É evidente que a alternativa a essa situação não é o fechamento para o mundo, não é a opção pelo enclausuramento cultural. De modo nenhum. A cultura brasileira sempre se alimentou do diálogo, com informações produzidas nos mais diversos pontos do Planeta. Mas diálogo é uma coisa e monólogo é outra. Com o diálogo temos, de fato, a possibilidade do enriquecimento cultural. Com o monólogo, com o fluxo de mão única, o que temos é a capitulação. Deixamos de olhar para nós mesmos e passamos a nos espelhar no que nos é dado ou imposto de fora.

Como todos vocês sabem, a troca é uma relação necessária e saudável. A dominação, não. E o que veio acontecendo, até aqui, foi que abrimos mão de



nossas próprias criações. Bloqueamos o caminho de nossos produtores e de nossos produtos. Demos de presente os nossos mercados. Como se o mercado de bens culturais – onde se movem o audiovisual e a cinematografia, com todo o seu poder de sedução – não fosse também um mercado onde se formam consciências.

E, o que é curioso, estávamos fazendo isso na contramão da história. Estávamos renunciando às nossas criações, com todas as suas implicações de perda de identidade e econômicas, no momento mesmo em que os países desenvolvidos mais protegiam as suas. E protegiam não só porque a produção audiovisual e cinematográfica é um dos setores mais rentáveis e mais dinâmicos da economia mundial, mas também – e, quem sabe, sobretudo – porque ela é essencial para que um povo reconheça a si mesmo, garantindo a sua autodeterminação espiritual, e para que uma nação afirme o seu caráter, os seus valores, os seus projetos e as suas aspirações no cenário internacional.

Foi nesse contexto que nos voltamos para pensar uma política para o cinema e o audiovisual no Brasil e para repensar o lugar da Ancine no nosso governo. Na verdade, quando foi criada, a Ancine ficou numa espécie de orfandade reivindicada por muitos pais. Não sabiam em que berço colocá-la. Pensou-se numa conexão direta com a Presidência da República ou numa vinculação direta à Casa Civil. E, na última hora, ela acabou vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Bem, não há dúvida de que um produto audiovisual é um produto econômico – um produto que aponta para escalas industriais, que implica emprego e renda e que se integra no jogo de forças do comércio internacional. Mas dizer isso ainda não é dizer tudo, por um motivo muito simples: comprar uma fita de vídeo ou um DVD não é o mesmo que comprar um refrigerante ou um sofá. Todo filme, todo produto audiovisual, tem uma dupla face. De uma parte, é mercadoria, é objeto de compra e venda. De outra, é um bem



simbólico.

Mas, como o que está inscrito nessa mercadoria não é fundamentalmente o seu valor de uso, como no caso do sofá, mas o seu valor simbólico – a sua expressão concentrada da vida e do espírito de um povo –, então a sua dimensão essencial é a da cultura.

Foi o que disseram os cineastas e produtores do audiovisual brasileiro. E tenho plena convicção de que eles estavam e estão certos. Daí a nossa decisão de vincular a Ancine ao Ministério da Cultura. É certo que a nossa política vai exigir ações interministeriais, mas o centro, o pólo irradiador, vai ser, meu caro Gilberto Gil, o Ministério da Cultura, que você dirige.

O que distingue a economia do cinema e do audiovisual de outras mercadorias de nossa economia é, sem dúvida, o seu caráter cultural. Daí que eu hoje tenho a mais viva alegria em repetir aqui com vocês, já em plano oficial, que a casa do cinema, a casa do audiovisual brasileiro é o Ministério da Cultura.

Hoje, aqui, com esse conjunto de editais e decisões, atingimos cerca de 90 milhões de reais de investimentos – do Ministério da Cultura, da Ancine e de empresas estatais – destinados à cinematografia e às atividades audiovisuais brasileiras. Tratemos agora de incentivar e fortalecer a criação brasileira. Tratemos de multiplicar as possibilidades de expressão de nossa gente, de ampliar e popularizar as salas de exibição de filmes, de favorecer a formação de distribuidoras de nossos produtos, de lutar para garantir o acesso de todos à produção e ao consumo desses bens culturais.

A nossa obrigação mais elementar, o nosso compromisso mínimo deve ser o da conquista de nosso direito de produzir. Mas produzir não basta. Temos de conquistar, também, os nossos próprios mercados, de modo que nossos produtos circulem amplamente, afirmando-se das praias do Amapá aos campos do Rio Grande do Sul. E que, além disso, possamos exportar.



O Brasil já é, na verdade, um país exportador de bens culturais. Nossos filmes, vídeos, telenovelas e canções conhecem hoje um circuito que podemos chamar de planetário. E isso tem que ser incrementado. O Planeta não pode ser submetido a um rolo compressor unilateral que ameace a integridade, o caráter e a criatividade dos países não-hegemônicos.

Este é o motivo pelo qual insistimos, sempre, na defesa do pluralismo cultural, que é vital para a própria democracia. E o nosso respeito ao pluralismo e à diversidade tem que correr paralelamente à recusa de qualquer dominação política ou cultural, seja ela imposta por que meios for.

A questão da nação, a questão da identidade e a questão da cultura não podem ser dissociadas. Elas formam uma coisa só. E é por esta razão que dizemos que a cultura está inscrita no cerne, no coração mesmo, de um novo projeto nacional brasileiro. Por tudo isso, podemos ficar certos de uma coisa: a questão do cinema e do audiovisual para nós, é uma questão fundamental, porque ela é uma das linhas básicas do desenho da cara e do futuro que queremos para nós mesmos e, conseqüentemente, para o mundo.

Meus amigos e minhas amigas,

Quero terminar este ato dizendo para vocês que o governo não conhece tudo e não pode tudo. Para que a gente possa conhecer melhor e para que a gente possa fazer melhor é preciso que cada um de vocês assuma o compromisso e assuma a responsabilidade. O governo é passageiro. O cinema, o audiovisual e a cultura são, eu diria, eternos.

Portanto, ao invés de ficarem lamentando aquilo que o governo ainda não pôde fazer, por favor, imaginem-se governo e ajudem-nos a fazer o que falta fazer neste país.

Muito obrigado.



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos

Palácio Itamaraty, 14 de outubro de 2003

Excelentíssimo senhor Nicanor Duarte Frutos, presidente da República do Paraguai,

Senhores ministros e ministras do Paraguai,

Senhores ministros do Brasil,

É com grande alegria que mais uma vez recebo em nosso país o presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos.

Em maio último, antes mesmo que ele tomasse posse, convidei o presidente Duarte Frutos para vir a Brasília, para que pudéssemos nos conhecer melhor. Na verdade, as relações entre o Brasil e o Paraguai são tão importantes, e os temas que nos ocupam tão relevantes, que quis encontrá-lo quando ainda era Presidente eleito.

Avistamo-nos também em Assunção, por ocasião da Cúpula do Mercosul e fizemos, juntos, uma visita a Itaipu para ver de perto os grandes benefícios e realizações dessa histórica parceria entre nossos dois países. A conversa de hoje serviu para aprofundar o franco diálogo que havíamos começado e que já se tornou tradição no relacionamento entre nossos países.

Não há dúvida de que o grande desafio que os nossos países hoje enfrentam é o do crescimento econômico. O crescimento com geração de empregos e de oportunidades para as pessoas melhorarem suas condições de vida. Sabemos que o elemento-chave para isso é melhorar a capacitação da nossa mão-de-obra, dando educação básica e formação técnica para que nossos trabalhadores possam competir em uma economia internacional cada



vez mais globalizada.

Por isso, estamos envolvendo vários projetos de treinamento de técnicos paraguaios em ciência e tecnologia, gestão de políticas públicas, capacitação profissional, agricultura e sanidade animal, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Neste momento, talvez o exemplo mais concreto do nosso empenho em nos aproximar cada vez mais, intercambiar experiências e cooperar seja o memorando que acabamos de assinar para a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná. Essa ponte, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, é o mais importante projeto de integração física entre os nossos países. Além de estimular o comércio, a ponte facilitará o controle do tráfego e do fluxo de mercadorias na região de Ciudad del Este, que hoje sobrecarrega a Ponte da Amizade.

Com o envolvimento do BNDES, estamos empenhados em mobilizar os recursos necessários para a construção da ponte. Estamos empenhados também em levar adiante outras iniciativas para que o comércio bilateral e fronteiriço possa fluir. Tratamos de vários projetos de infra-estrutura, sobretudo construção e asfaltamento de estradas.

Vamos pôr em prática uma série de medidas para estimular investimentos no Paraguai. Vamos também desenvolver ações coordenadas para evitar a dupla tributação e, como resultado, a evasão fiscal. Ao mesmo tempo, vamos ampliar o regime de depósito franco-aduaneiro usado pelo Paraguai, atualmente restrito aos portos de Santos e Paranaguá.

Conversamos igualmente sobre a importante contribuição da comunidade brasileira, residente no Paraguai, para o crescimento e o desenvolvimento econômico do país irmão. Desejamos que esse grupo possa integrar-se plenamente à sociedade paraguaia, de maneira segura e harmoniosa, em respeito à sua Constituição e às suas leis. Com esse objetivo,



nossos dois governos estão colaborando para sistematizar e informatizar os serviços de documentação dos imigrantes do Paraguai. Isso permitirá regularizar rapidamente a situação jurídica dos imigrantes brasileiros, assegurando que possam continuar a contribuir, de forma construtiva e pacífica, para a revolução agrícola que está ocorrendo no Paraguai.

Estamos convencidos de que os processos de integração regional devem harmonizar os interesses de todos os envolvidos, aliando crescimento e justiça social. É preciso que os fluxos de comércio em nossa região contribuam para extinguir o flagelo da fome, da pobreza, da ignorância e do crime organizado.

Reafirmamos nossos compromissos em fortalecer institucionalmente o Mercosul, contribuindo para aprofundar a integração econômica, política e social entre seus sócios. Nesse espírito, favorecemos a instalação da Secretaria de Apoio do Tribunal Permanente do Mercosul, em Assunção. Mais do que isso: confiamos que, por meio dos projetos de integração física, atualmente em estudos, e da aproximação com a comunidade andina, poderemos tornar o Mercosul a pedra angular de uma verdadeira comunidade de países sul-americanos, como parte da família de nações latino-americanas.

Estaremos, assim, caminhando para realizar nosso ideal comum de uma América do Sul integrada, próspera e democrática.

Ressaltamos a importância de mantermos coordenação estreita nas importantes negociações comerciais em curso, como da OMC e na Alca. Concordamos, por fim, que a atual conjuntura internacional apresenta desafios que exigem, cada vez mais, maior cooperação e fortalecimento dos instrumentos multilaterais.

O terrorismo internacional e a espiral de violência no Oriente Médio reforçam a necessidade de a comunidade internacional dispor de mecanismos representativos, eficazes e de ação. Dentro desta perspectiva, quero manifestar o reconhecimento do Brasil pelo apoio do Paraguai à candidatura do



Brasil para integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na qualidade de membro permanente. Este gesto confirma os laços de amizade, cooperação e apoio recíproco que unem nossos governos e nossos povos.

Eu quero dizer ao presidente Nicanor Duarte Frutos que o protocolo que assinamos hoje é apenas mais uma etapa na boa e eficiente relação que Paraguai e Brasil precisam construir. O Brasil tem todo interesse em dar toda a sua contribuição para que possamos, concomitantemente com o desenvolvimento brasileiro, ajudar o Paraguai a se desenvolver. E como a integração física é, na verdade, o eixo principal da nossa relação sul-americana, nós iremos fazer todo o esforço que estiver ao nosso alcance para que possamos não apenas construir a ponte, as estradas que o Paraguai tanto precisa, mas também a estrada que, começando no Mato Grosso do Sul, pode levar o Brasil ao Pacífico, passando pelo Paraguai e outros países.

E isso não fazemos, presidente Nicanor, apenas pensando no Brasil. Até porque Brasil e Paraguai estão tão próximos, têm tantos brasileiros morando no Paraguai, e temos tantos quilômetros de fronteira, que tudo que o Brasil fizer para contribuir com o Paraguai – seja na formação científico-tecnológica, na agricultura, na indústria, nas telecomunicações, nas estradas que precisam ser construídas –, nós não estaremos fazendo mais do que a nossa obrigação. Porque contribuindo com o Paraguai, no fundo, no fundo, nós estaremos contribuindo com o próprio Brasil, porque a democracia exige que tenhamos tranquilidade no nosso continente e, sobretudo, na nossa fronteira.

Quero, presidente Nicanor, que ao regressar ao Paraguai, regresse com a certeza absoluta de que o que nós fizemos hoje não é apenas um cumprimento de uma relação formal entre dois países e dois Presidentes. Quero que leve para o Paraguai a certeza de que a nossa relação é a mais sincera possível, que o Brasil não quer ter nenhuma vocação hegemônica sobre qualquer país da América do Sul. O que nós queremos é construir uma parceria em que todos tenham igualdade de oportunidades para crescer, se



desenvolver e distribuir renda. Leve a certeza de que aqui no Brasil Vossa Excelência tem mais que um Presidente amigo do Paraguai. Tenha a certeza de que aqui no Brasil Vossa Excelência tem um Presidente que, além de ser seu companheiro, é companheiro e admirador do povo do Paraguai.

Muito obrigado



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção a docentes representantes dos estados pelo Dia dos Professores

Palácio do Planalto, 15 de outubro de 2003

Neste dia em que os professores estão em festa, porque é o Dia dos Professores e das Professoras brasileiras, eu tenho um encontro, em casa, com todos os líderes do Senado, para discutir reforma tributária. Eles já estão em casa desde a uma hora e eu ainda estou aqui.

Encontrei uma professora minha, da Vila Carioca. Vou dizer para vocês só duas palavrinhas: mais do que ninguém, neste país, vocês sabem o carinho que o nosso ministro da Educação tem pela educação e pelos professores. Vocês sabem o carinho que eu tenho pelas professoras e, também, pelos professores.

E neste dia em que os educadores brasileiros estão em festa, eu confesso a vocês que nós ainda temos uma dívida muito grande com a educação neste país.

Ninguém mais do que o nosso companheiro Cristovam tem dedicação com a educação, sobretudo com a educação da parte mais pobre da população. E nós sabemos que, no Brasil, o salário dos professores são baixos; nós sabemos que, no Brasil, muitas de vocês dão aulas em condições totalmente precárias; nós sabemos que na sala de aula que vocês trabalham, muitas vezes as crianças são desnutridas, as crianças muitas vezes vão, em alguns estados, até com fome para a escola. E nós sabemos que não temos o direito de ficar reclamando com mais ninguém, porque o povo nos elegeu para cuidar disso.

O que eu quero é que vocês tenham certeza que no Ministério da Educação tem um agrupamento de companheiros e companheiras, muitos que



eu conheço há 20 ou 30 anos, pessoas que têm dedicado a sua vida em defesa de uma boa educação neste país.

E, como vocês sabem, nós não conseguimos fazer, ainda, 10% daquilo que sonhamos fazer. Nós sonhamos grande, nós pensamos grande. Mas damos apenas o passo do tamanho que a nossa perna pode dar. Não vamos fazer e prometer nada que nós não possamos cumprir.

O documento que eu recebi, da Confederação Nacional de Educação, eu já tinha tido a oportunidade de ter acesso a ele. Noventa e nove por cento das coisas que estão contidas aí, estão contidas no meu Programa de Governo, porque muitos de vocês participaram da elaboração do programa do nosso governo.

Portanto, nós sabemos o que fazer. Mais do que ninguém, o Cristovam tem o compromisso de, em nome do governo, tentar mudar a realidade da educação neste país. Não é bom para o país, não é bom para o Presidente da República, não é bom para o educador que uma criança fique na escola e, depois de 4 anos, a gente constate que essa criança aprendeu muito pouco.

Esses dias, a televisão mostrou, num programa especial, a situação dos professores e das professoras. Eu vi uma cena, Cristovam, inusitada: uma professora dava aula para três turmas na mesma sala de aula.

É humanamente impossível imaginar uma professora dentro da sala de aula, com 20 crianças viradas para lá, 20 para cá, e mais 20 para lá e ter que dar aula para séries diferentes, matérias diferentes. Por isso, muitas vezes o que recompensa o educador não é apenas o salário que ele ganha – se bem que o salário é peça importante na vida de qualquer profissional – muitas vezes o que falta, e que dá prazer, é o reconhecimento.

Mas muito mais prazer dá a um educador saber que as crianças estão indo para a escola alimentadas, que as crianças estão aprendendo e que essas crianças estão indo à escola por prazer e não por obrigação.

Eu tenho um compromisso com a educação no Brasil que é histórico,



tenho nove meses de mandato, portanto, eu ainda tenho muito mais tempo para a frente, e vocês podem ficar certos de que a cada dia, a cada mês, a cada ano, nós, enquanto governo, enquanto Presidente da República e ministro da Educação, estaremos dispostos a cumprir com os compromissos que assumimos.

Sabe porque nós temos que cumprir com os compromissos? Porque o mandato é muito passageiro, um Presidente da República passa – o mandato é só de quatro anos –, mas vocês continuam, muitas vezes trabalhando mais 30, 40 anos dentro de uma sala de aula.

Eu quero terminar o meu mandato e poder viajar por este país afora fazendo caravana e, em cada lugar que eu chegar, eu quero poder olhar na cara de um professor, de uma professora e dizer: eu dei a minha pequena contribuição para melhorar a educação no nosso país.

Por isso, feliz Dia dos Professores para vocês, e que vocês conversem bastante com o Cristovam, apertem, porque todos nós precisamos ser cobrados sistematicamente. Mas eu posso assegurar a vocês que a gente pode ter igual no Brasil, mas eu duvido que tenhamos alguém mais sensibilizado, mais afinado e mais comprometido com a educação no Brasil do que o nosso querido companheiro Cristovam, nosso ministro da Educação.

Muito obrigado a vocês. Parabéns. E os professores e as professoras que vieram de fora para visitar Brasília, aproveitem porque Brasília é uma cidade bonita.

Muito obrigado, gente.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encontro com o Presidente Néstor Kirchner

Palácio do Governo – Buenos Aires - Argentina, 16 de outubro de 2003

Meu caro irmão, companheiro e presidente Nestor Kirchner, Presidente da nação argentina,

Meu caro dr. Rafael Bielsa, ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto,

Meu caro amigo Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Meus amigos e amigas, ministros e ministras do Brasil,

Meus amigos ministros e ministras da nação argentina.

Eu já vim muitas vezes a Buenos Aires – cinco vezes. Três como Presidente, porque, quando eu vim aqui no dia 10, logo depois das eleições, já estava eleito, e duas como sindicalista.

Fiquei pensando porque hoje eu estou mais emocionado do que as outras vezes que eu vim à Argentina. Porque duas vezes, como sindicalista, fiz passeata junto com as mães da Praça de Maio, exigindo justiça, num tempo em que as mães da Praça de Maio não eram nem recebidas.

Eu ficava lá de fora, olhando para este Palácio e ficava pensando: será que um dia eu vou conseguir entrar aí dentro? E consigo, hoje, vir ao Palácio do Governo argentino, para respirar um pouco o ar da democracia que toma conta deste país; para poder sentir nos olhos de homens e mulheres a alegria pela conquista da esperança, da auto-estima e pela conquista de ter o direito de sonhar com uma Argentina livre, democrática, soberana, uma Argentina com muita paz e com muitas conquistas no campo social. E, mais ainda: sonhar com a integração política, econômica, comercial, cultural, científica entre nossos dois países.



Eu, na verdade, nunca entendi porque em alguns momentos históricos as relações entre Brasil e Argentina estremeceram. Se fosse apenas no futebol, eu entenderia. Mas na política, na economia e no comércio não há nenhuma razão para que Argentina e Brasil não sejam um modelo de sucesso para o resto do mundo.

Além de termos fronteira, além de termos recebido de Deus o privilégio de sermos parceiros lá em Foz do Iguaçu, nas cataratas divididas pela natureza entre Brasil e Argentina e, se recebemos da natureza aquela dádiva dada por Deus, isso significa que, do ponto de vista político, os homens e as mulheres da Argentina terão menos sacrifício e menos esforço de fazer a integração que a natureza já fez entre os dois países.

Os documentos que assinamos hoje são a mais viva demonstração da disposição do presidente Kirchner e da minha disposição de dizermos, de uma vez por todas, que os interesses estratégicos dos dois países e o futuro das novas gerações merecem de nós todo e qualquer sacrifício para que possamos plantar, hoje, a árvore que dará os frutos que eles colherão num futuro muito próximo.

Quero dizer ao presidente Kirchner que essa integração de corpo e alma, respeitando a soberania de cada país, é vista por mim como uma das principais coisas que podem acontecer nos meus quatro anos de mandato. Mais feliz eu fico quando sei que não é uma posição pessoal. É uma posição de cada ministro que aqui está e de cada ministro que aqui não veio. É uma posição de cada brasileiro e brasileira que tem dimensão da importância da geopolítica para o desenvolvimento que nós queremos para o nosso continente.

Graças a Deus, a América do Sul tem eleito alguns dirigentes que podem contribuir de forma decisiva para que – sem deixar de ter as nossas relações habituais com todos os países do mundo – possamos criar entre nós uma relação muito mais forte, porque, com os outros, nós temos relações



comerciais, relações culturais mas, entre nós, estamos ligados como uma criança está ligada à mãe pelo cordão umbilical.

A natureza nos uniu, permitiu que estivéssemos muito próximos um do outro. E, agora, a nossa tarefa, presidente Kirchner, é muito mais fácil. É ter a compreensão do que é importante para a Argentina e do que é importante para o Brasil, o que os dois países ganharão com cada passo que dermos daqui para a frente.

Por isso, os acordos firmados aqui, hoje, demonstram que a integração da Argentina e do Brasil, a integração da América do Sul, a integração da América Latina e a nossa participação conjunta em todos os fóruns multilaterais não é mais uma promessa, não é mais um discurso retórico, mas será uma ação cotidiana de cada argentino e de cada brasileiro, de cada argentina e de cada brasileira, porque, se nós não enxergarmos assim as nossas relações, estaremos muito mais fragilizados nas relações com outras forças políticas do mundo.

Certamente, haverá sempre alguém que entende que não é bom para o Brasil essa relação com a Argentina ou que não será boa para a Argentina essa relação com o Brasil. Mas o presidente Kirchner e eu não temos que nos preocupar com coisas menores. Temos que nos preocupar com a tarefa incomensurável de recuperar a cidadania para milhões e milhões de homens, mulheres e crianças do Brasil e da Argentina que, hoje, passam fome. Nós temos que nos preocupar com milhões de argentinos e argentinas, e com homens e mulheres brasileiros aos milhões que precisam de um emprego que não têm.

Nós precisamos convencer os nossos empresários de que os empresários brasileiros podem e devem investir mais na Argentina, e que os empresários argentinos podem e devem investir mais no Brasil. A troca que possamos fazer de conhecimento científico e tecnológico entre nós, entre as nossas universidades, poderá ir consolidando uma relação que jamais existiu



entre Argentina e Brasil.

Eu, particularmente, acredito que Argentina e Brasil têm um papel de tamanha responsabilidade no sucesso do Mercosul, de tamanha responsabilidade na integração da América do Sul e têm um papel tão importante nas futuras conquistas junto aos organismos multilaterais, sobretudo na Alca e na OMC, que não nos será dado o direito de estarmos separados nesta caminhada que temos que fazer.

Eu quero dizer ao presidente Kirchner que venho à Argentina, com parte dos meus ministros, para dizer a Vossa Excelência que aprendi, na minha vida política, a utilizar uma frase com alguns companheiros, porque nem todos nós utilizamos essa frase. Quando queria afirmar a minha relação com uma pessoa de quem eu gostava e confiava, eu costumava dizer nas minhas assembleias: nem todo irmão é um companheiro, mas todo companheiro será um grande irmão.

Quero que você saiba, presidente Kirchner, que tenho em você um parceiro e, mais do que parceiro, um irmão e, mais do que um irmão, um companheiro, para que possamos fazer o nosso povo andar de cabeça erguida e merecer do restante do mundo o respeito a que temos direito.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da homenagem ao general José de San Martín

Praça San Martín – Buenos Aires - Argentina, 16 de outubro de 2003

Com profunda emoção e respeito presto homenagem, em nome do povo brasileiro, ao general José de San Martín.

Por sua grandeza histórica e pela abnegação com que lutou pela liberdade em nosso continente, José de San Martín é uma referência não só argentina, mas de todas as nações americanas.

Somos inspirados pela memória desse patriota. Ao sentir o chamado que vinha do Novo Mundo, abandonou a Europa para lutar por uma causa que falava mais ao seu coração: a independência de seu povo.

Admiramos a firmeza desse soldado. Terminada a batalha pelos nossos direitos, recusou-se a derramar o sangue americano em lutas fratricidas.

Guiados por homens como San Martín, nossos países construíram seu próprio destino. Inspirados por seu patriotismo, vamos fortalecer a independência que conquistamos, levando a todos nossos compatriotas a solidariedade e a justiça social.

Pela liberdade da Argentina, San Martín atravessou oceanos e cordilheiras. Pela unidade de nossa América, enfrentou a incompreensão e a adversidade.

Em San Martín, o sonho da liberdade e da unidade se encontram. Que seu exemplo nos guie, hoje, quando embarcamos no ambicioso projeto de constituir uma comunidade sul-americana de nações fortes, unidas e solidárias.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da Argentina, Néstor Kirchner

Palácio San Martín – Buenos Aires – Argentina, 16 de outubro de 2003

Companheiro e presidente da nação argentina, Néstor Kirchner, e sua senhora, Maria Cristina Fernández de Kirchner, também extraordinária senadora da nação argentina,

Minha querida esposa,

Excelentíssimo senhor Rafael Bielsa, ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto,

Meu companheiro Celso Amorim,

Senhor embaixador Pablo Lohlé, embaixador da Argentina no Brasil,

Embaixador José Botafogo Gonçalves, embaixador do Brasil na Argentina,

Meus amigos ministros do meu país,

Deputados e deputadas do Brasil, que vieram nesta delegação,

Empresários brasileiros e argentinos,

Deputados e senadores da Argentina e do Brasil,

Meus companheiros sindicalistas,

Estou vendo o Vitor de gravata, está mui elegante.

Andando pelas ruas de Buenos Aires e chegando a este majestoso prédio, andando também pelas ruas de algumas cidades brasileiras e analisando os números históricos da economia da Argentina e da economia brasileira, de vez em quando me pergunto: onde nós erramos? Em que época, em que dia, em que hora apertamos um botão que fez com que a pujança dos nossos países não tivesse garantido aos nossos povos o direito de ter tido a oportunidade de aproveitar as potencialidades da Argentina e do Brasil?



Certamente, qualquer ser humano do planeta Terra que vier a Buenos Aires e andar pelas ruas do centro da cidade vai notar que um dia este país já foi economicamente muito forte e muito importante. Da mesma forma o Brasil, que de 1950 a 1980, cresceu acima de 7% ao ano, foi um dos países que mais cresceu no mundo. E essa riqueza produzida se concentrou na mão de poucos ou evaporou-se num processo nem sempre honesto, de muita corrupção praticada ao longo da história, nos nossos países e no nosso Continente. Porque não é possível que dois países, com a benção de Deus pela fertilidade de sua terra; com a benção de Deus pela inteligência e pela criatividade do seu povo, não tivessem acompanhado, na década de 50, a chance que lhes foi dada.

Saio de Buenos Aires com a certeza de que respirei aqui o ar mais puro da lealdade na relação com o Brasil. Saio daqui convencido, presidente Kirchner, de que quis Deus que Vossa Excelência e eu tomássemos posse como Presidentes no mesmo ano, com alguns meses de diferença. Isso vai possibilitar a nós dois provarmos ao povo argentino e ao povo brasileiro se seremos ou não dignos da extraordinária confiança que o povo argentino e o povo brasileiro depositaram nas nossas eleições.

E estou mais do que certo de que temos importante oportunidade histórica de construir a mais forte parceria entre a Argentina e o Brasil já construída desde a nossa existência. Primeiro porque percebemos, num determinado momento, que somos pobres, que não temos o PIB que gostaríamos de ter, que não temos a distribuição de renda que gostaríamos de ter. E também porque descobrimos que um povo não pode ser levado a coisas que não são verdadeiras durante muito tempo, a promessas falsas, a crescimentos sem sustentabilidade, a uma riqueza que não chega à casa do povo pobre.

Tanto na Argentina quanto no Brasil, durante muito e muito tempo, a notícia era de que estávamos chegando ao paraíso. As promessas aconteciam



24 horas por dia na televisão. Éramos modernos, estávamos caminhando para o Primeiro Mundo, estávamos entregando todo o nosso patrimônio em benefício do nosso crescimento. E como eu aprendi, desde pequeno, que mentira tem perna curta, o que aconteceu é que em pouco tempo descobrimos que tinham nos enganado, que nem a Argentina e nem o Brasil estavam na situação confortável que queriam fazer crer que estavam.

Agora, nós dois, os nossos deputados e senadores, os nossos empresários, os nossos intelectuais precisam nos ajudar a construir esse novo caminho, o caminho da verdade, porque a verdade, muitas vezes, é muito dura. É por isso que muita gente prefere contar uma inverdade, porque é mais fácil acreditar numa leviandade do que numa verdade dura.

Nós dois temos a chance de, com muita humildade mas, ao mesmo tempo, com muito compromisso, mexermos com as mentes e com os corações dos nossos trabalhadores, dos nossos empresários, das nossas empresárias, dos nossos governadores, dos nossos deputados, dos nossos senadores, para que todos assumam o compromisso de que consertar a economia argentina, consertar a economia brasileira não é uma tarefa apenas de responsabilidade do presidente Kirchner e do presidente Lula, do ministro Lavagna ou do ministro Palocci, do ministro Amorim ou do ministro Bielsa. Consertar nossas economias, fazer a economia crescer e fazer a distribuição de riqueza – que precisa ser feita, porque, sem a distribuição de riquezas, não haverá paz eterna em nenhum país do mundo – é obrigação de cada homem e de cada mulher que habitam os nossos países.

Por isso, quero dizer ao presidente Kirchner que, certamente, o seu comportamento nesses poucos meses de governo mexeu com mentes e corações do povo argentino. E certamente fizemos o mesmo no Brasil.

Diziam que nós não íamos conseguir governar porque não tínhamos maioria no Congresso. Eu não tenho maioria, mas não perdemos, até agora, nenhuma votação importante, porque os deputados e senadores,



independentemente de quem seja Presidente, estão pensando no Brasil, estão pensando nas futuras gerações.

Diziam que a economia não ia ser recuperada. Estamos recuperando. Tanto o presidente Kirchner como eu teremos que provar, todo santo dia, as razões pelas quais nós fomos eleitos. E estou certo de que não quero passar para a história do meu país apenas por ter na parede do salão de honra do Palácio do Planalto uma fotografia de Presidente. E tenho a convicção de que Vossa Excelência também não quer passar para a história por isso.

Nós queremos, sem querer ser melhor do que ninguém, passar para a história porque tivemos a coragem, tivemos o compromisso de dizer, em alto e bom som, a quem quisesse ouvir: não se constrói uma nação com meia dúzia de pessoas ricas e milhares de pessoas pobres; não se constrói uma nação com meia dúzia de pessoas morando bem e a grande maioria morando mal; não se constrói uma nação com poucos tendo acesso a uma universidade e a um diploma de pós-graduação e a maioria não podendo freqüentar o ensino fundamental.

E nós – eu não tenho dúvida nenhuma, presidente Kirchner – fomos eleitos para dar demonstração, a quem queira saber, que é possível fazer política diferente, é possível ser honesto e é possível olhar para a cara de cada criança, de cada mulher e de cada homem pobre do nosso continente, mesmo quando não conseguimos fazer aquilo que eles esperavam, e dizer: não fizemos porque não pudemos, mas não mentimos, não traímos e não roubamos. Isso, por si só, fala mais alto do que qualquer grande mentira que se conte para o nosso povo.

Sinto no olhar do povo argentino a recuperação da auto-estima, a volta do orgulho de ser argentino, a volta do orgulho de ser portenho, a volta do orgulho de dizer: eu sou de uma nação que já foi rica e que pode voltar a ser. O mesmo acontece com a minha gente, no Brasil.

Por isso, nós dois estamos predestinados a não errar. Estamos



predestinados a dar todo o tempo da nossa vida – e que as nossas mulheres nos perdoem – para que possamos construir uma nação argentina efetivamente rica, uma nação argentina onde as pessoas conquistem a cidadania. E que no Brasil também a gente possa construir um país socialmente mais justo e que o resultado da riqueza seja distribuído, em igualdade de condições, por todos que produziram a riqueza.

Quero, com essas palavras, pedir a todos que façamos um brinde a este encontro e ao presidente Kirchner, Presidente da nação argentina.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão do Parlamento argentino em homenagem ao Brasil

Congresso da Nação Argentina – Buenos Aires - Argentina, 16 de outubro de 2003

Senhor Presidente,

Senhoras congressistas, senhores congressistas,

É, para mim, uma grande honra dirigir-me ao Congresso da Nação: a Casa que reúne os legítimos representantes do povo argentino; a Casa que encarna a soberania popular deste país.

Conheço, por experiência própria, o papel fundamental que o poder legislativo tem como instituição democrática.

Meu respeito pelo parlamento que se fortaleceu quando, em 1986, fui eleito deputado com a missão de elaborar a Constituição que deveria assegurar a transição para a democracia no Brasil.

Hoje, como Presidente da República, tenho mantido uma sólida e respeitosa relação com o Legislativo do meu país.

O Congresso Nacional brasileiro tem sido fundamental, nestes 10 primeiros meses de meu governo, para a implementação das profundas reformas de que tanto necessitamos. Tem exercido, ao mesmo tempo, vigilante fiscalização sobre a ação do Executivo, conforme prescreve a Constituição.

Como observador da cena política argentina, não posso deixar de evocar, nesta ocasião, o papel decisivo que teve o Congresso argentino na grave conjuntura dos anos de 2001 e 2002. A serenidade e o espírito patriótico que esta Casa soube manter foram decisivos para que o país pudesse superar aquele momento difícil.

Pela terceira vez, em menos de um ano, venho a Buenos Aires. Aqui



estive, em dezembro do ano passado, ainda na condição de Presidente eleito.

Nesse mesmo período tive a satisfação, também, de receber em Brasília o ex-presidente Duhalde e, por duas vezes, Néstor Kirchner, com quem conversei igualmente em Londres e em Nova Iorque. Essa série de encontros reflete o estágio superior em que se encontram as relações de nossos dois países.

Senhor Presidente,
Congressistas,

Estamos, no Brasil, confrontados com o desafio de dinamizar a economia de nosso país, depois de duas décadas de estagnação ou crescimento medíocre.

Para vencer o pesado legado que recebemos de pobreza e exclusão social necessitamos mais do que um grande esforço de mobilização nacional. É preciso, igualmente, nos associarmos a outros povos para mudar a relação de forças em direção a um mundo mais justo e democrático.

Para tanto, é necessário revigorar espaços regionais, como o Mercosul. O fortalecimento do eixo Brasil-Argentina é a pedra de toque dessa política.

É sempre bom lembrar que o Mercosul surgiu da aliança que nossos países souberam construir depois de prolongado período de autoritarismo. Na origem desse projeto estavam a profunda preocupação democrática e a aspiração de retomar o desenvolvimento com justiça social.

Hoje, vivemos uma situação especialmente favorável. A vontade política de nossos povos expressou recentemente – e continua expressando - um claro sinal de mudança. Temos que estar à altura dessa nova conjuntura e tirar as conseqüências desse mandato.

Senhor Presidente,
Congressistas,

Em todas as ocasiões em que me dirigi ao povo argentino expressei com clareza a disposição de estabelecer com o seu país uma “aliança estratégica”,



fundamental para levar adiante, exitosamente, o projeto do Mercosul e para construir uma comunidade sul-americana de nações. Reiterei essa disposição em meu recente discurso à Assembléia Geral das Nações Unidas.

Hoje, no entanto, me dou conta de que a expressão “aliança estratégica” – por mais forte que possa parecer – talvez não revele toda a intensidade que deve ter o relacionamento entre nossos dois países. Melhor, seguramente, falar de uma parceria onde não haja lugar para disputas por liderança.

Brasil e Argentina são dois grandes países. Estamos sendo chamados a desempenhar um papel decisivo na construção de um continente livre, justo e solidário. De nossa ação coordenada dependerá o futuro de nossos povos. Mais ainda: ela contribuirá para a construção de uma ordem mundial politicamente democrática e socialmente equilibrada, no quadro do multilateralismo.

Tenho afirmado – e reiterei ao presidente Néstor Kirchner – que nada nos afastará dessa perspectiva. Sabemos que uma associação tão profunda, como a que estamos construindo, enfrenta dificuldades e desperta reações. Temos consciência que os processos de mudança, como os que estamos realizando em nossos países, devem superar muitos obstáculos.

Estamos totalmente solidários com a ação corajosa do governo argentino no enfrentamento das grandes questões econômicas e sociais, nas grandes opções políticas que adotou, especialmente aquelas que envolvem o restabelecimento da ética no trato da coisa pública e o respeito estrito dos Direitos Humanos. Expressamos diretamente nos organismos multilaterais nossa total solidariedade com a nação argentina.

Senhor Presidente,
Congressistas,

Para levar adiante este grande projeto de integração de nossos países temos de estar unidos de sabedoria, paciência e generosidade.

Fazemos parte de gerações que lutaram por grandes ideais de



transformação social e política. Temos como paradigmas éticos e morais, homens e mulheres que não hesitaram em dar suas vidas para alcançar a justiça social e a liberdade. Não chegamos sozinhos aos governos de nossos países, mas em meio a vigorosos movimentos sociais, com décadas de lutas.

Senhor Presidente,

Congressistas,

Sempre apostamos no Mercosul. Entendemos que seu êxito implica a realização plena de sua vocação de união aduaneira.

Mas o Mercosul deve se constituir em um espaço de articulação de políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, que assuma também uma dimensão social e que garanta a livre circulação de pessoas. Devemos propiciar uma profunda integração de nossas universidades e instituições científicas e estimular contatos culturais entre nossos povos. Devemos perseguir a articulação de nossos sistemas produtivos.

Da mesma forma que queremos, em nossos países um desenvolvimento regional equilibrado, defendemos um Mercosul harmônico. Queremos um Mercosul solidário. Por isso, estamos criando mecanismos para impedir desequilíbrios conjunturais em nosso comércio regional, evitando perdas desnecessárias e tentações protecionistas entre nós.

Mais importante é nossa firme disposição de enfrentarmos unidos os grandes desafios impostos pela globalização e, particularmente, a onda protecionista patrocinada pelos países ricos.

É fundamental a aliança que estabelecemos, junto com outros países, a partir da reunião da Organização Mundial do Comércio, em Cancún. É fundamental, igualmente, a ação coordenada que estamos desenvolvendo nas negociações para a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, bem como nas negociações com a União Européia.

Em todos esses casos, nossos negociadores têm defendido com firmeza nossos interesses, de forma construtiva e planejada, sem espírito de



confrontação. Essas práticas antecipam a necessidade de uma crescente coordenação de nossas políticas externas.

É de grande importância a cooperação que iremos desenvolver nos próximos anos no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Também no nosso continente queremos, crescentemente, compartilhar com a Argentina responsabilidades em incentivos de alcance político e econômico.

Estou convencido, senhor Presidente, que poderemos dar um impulso significativo na construção de uma grande infra-estrutura física na América do Sul. Necessitamos de mecanismos financeiros capazes de obter os recursos para realizar esse ambicioso programa de integração física.

O Brasil cumprirá sua parte nesse projeto com os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. Um esforço suplementar deverá ser feito também para agilizar as trocas comerciais entre os países do Mercosul e os demais da América do Sul.

Para isso, estamos avançando na ampliação dos mecanismos que ajudem a fomentar o comércio, ao mesmo tempo em que estudamos outras iniciativas que ampliem as trocas regionais.

Devemos estimular nossas empresas – públicas ou privadas – a aumentar seus investimentos na região.

Penso que Brasil e Argentina, como economias mais avançadas da América do Sul, podem contribuir para que se desenvolvam em nossa região processos de substituição competitiva de importações. Sem atitudes paternalistas ou vocação intervencionista, Argentina e Brasil podem viabilizar a criação de uma América do Sul mais equilibrada social e economicamente.

Dentro desta mesma perspectiva, e respeitando a soberania dos estados da região, Brasil e Argentina podem contribuir – desde que convocados – para a solução pacífica de conflitos que ameaçam a estabilidade social e política de alguns países amigos.



Senhor Presidente,

Congressistas,

Temos pela frente uma grande obra econômica, social e política. A integração de nossos países exigirá, no momento devido – que, espero, não esteja muito longe – a criação de um Parlamento do Mercosul. Com isso estaremos dando ao Mercosul a legitimidade que decorre do exercício da soberania popular. Queremos que o Parlamento possa ser – dentro das atribuições que lhe forem sendo atribuídas – um instrumento fundamental para dar consistência e profundidade a nosso processo de integração.

Senhor Presidente e congressistas,

A verdadeira sociedade que iremos construir entre Brasil e Argentina dependerá, em última análise, da capacidade que tivermos de mobilizar corações e mentes – sobretudo os jovens – convocando todos para construir uma grande comunidade que tem como principal trunfo a extraordinária qualidade de nossa gente.

Somos uma área de paz e de tolerância em um mundo cada vez mais marcado pelo conflito e pela intransigência. Cabe-nos agora realizar a grande obra de pôr fim à exclusão social e à pobreza, de construir uma sociedade mais igualitária, que abra amplas possibilidades para milhões de homens e mulheres, hoje vivendo na desesperança.

A democracia política que queremos consolidar e aprofundar dependerá, em muito, de nossa capacidade de construir uma sólida democracia econômica e social.

Brasil e Argentina possuem potencial econômico, história, reservas intelectuais, éticas e morais para levar adiante um grande projeto de integração que preserve nossas identidades e a elas acrescente uma nova e luminosa dimensão.

Fomos quase ao fundo do poço e descobrimos que somos pobres. Mas também descobrimos que, sozinhos, não vamos a lugar nenhum. Unidos, nos



tornaremos uma potência capaz de disputar no mundo comercial e no mundo econômico o lugar de destaque que merecemos ter.

Com essa lógica da globalização, não existe por parte de nenhum país concessão ou dádiva a outro país. A disputa do mercado é uma disputa muito competitiva, muito difícil e muito dura. Nós não podemos ficar de braços cruzados, esperando que alguém descubra que temos crianças de rua, que temos pobreza e que temos desemprego. Esse é um problema nosso.

Portanto, temos que assumir a responsabilidade de construir um Mercosul forte, de começarmos a construir o embrião de uma nação sul-americana e começarmos a atuar, como nunca atuamos, em todas as frentes de batalha, para que, em um dia que está muito próximo, as nossas crianças, as nossas mulheres e os nossos homens possam conquistar a cidadania plena.

Quero dizer aos congressistas e ao senhor Presidente que muitas vezes, das ruas da Argentina e do Brasil, o povo tem pouca compreensão sobre o papel do Legislativo. Portanto, muitas vezes somos cobrados por coisas que não fizemos ou por coisas que faltam fazer. O que é importante é que, gostemos ou não, acreditemos ou não, esse espaço onde se reúnem as lideranças, homens e mulheres da Argentina, homens e mulheres do Brasil, nosso Congresso Nacional, que muitas vezes é tão atacado, é um espaço que, mesmo que não funcione como todos gostariam que funcionasse, sem ele não haveria democracia em nenhum país.

É esta Casa, cheia de contradições, cheia de adversidades, que dá a certeza de que dormiremos toda noite e levantaremos toda manhã sem ter um policial para nos prender.

Muito obrigado e boa sorte.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita ao Governo Autônomo da cidade de Buenos Aires e solenidade de entrega da chave da cidade e do título de Cidadão de Honra

Palácio Municipal – Buenos Aires - Argentina, 16 de outubro de 2003

Senhor chefe de governo e querido amigo, Aníbal Ibarra,
Autoridades presentes,
Senhoras e senhores,

É para mim motivo de grande satisfação a homenagem que recebo das mãos do chefe de governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, dr. Aníbal Ibarra.

Satisfação não só pelo fato de a iniciativa ter partido do dr. Ibarra, um amigo do Brasil de longa data, mas também pelo carinho especial que todos nós, brasileiros, sentimos por esta cidade.

Admiramos a criatividade e o engenho de seu povo, a luta histórica de seus cidadãos em defesa das liberdades e da justiça, a vocação artística e científica que fez desta cidade o centro cultural da América Hispânica.

Acima de tudo, Buenos Aires é uma síntese da Argentina, de sua história e da prosperidade gerada pelo trabalho dos imigrantes que aqui aportaram em busca de novas oportunidades. Gente vinda de toda parte, gente lutando pelo direito de sonhar com uma vida melhor.

É esse o sonho que nos une, brasileiros e argentinos, hoje. Esse é o sonho que me levou, um menino pobre do Nordeste, a deixar seu lar e buscar seu destino em São Paulo, a grande “Buenos Aires brasileira”.

Por tudo isso, sinto-me especialmente próximo ao povo portenho e tocado pelo título de visitante ilustre com que sou agraciado por Vossa Excelência.



Mas há outras razões para apreciar esta distinção que recebo hoje. Nós, brasileiros, aprendemos a admirar o dinamismo empreendedor e a diversidade cosmopolita do povo portenho. Vemos a capital argentina como importante centro irradiador de cultura e das artes. Por tudo isso, Buenos Aires tornou-se um dos destinos preferidos para o turista brasileiro.

Somos gratos também a Buenos Aires pelo papel que desempenha na aproximação entre o Brasil e a Argentina. Aqui, trabalha-se pela construção e fortalecimento do Mercosul. São os homens de negócios que vão, dia a dia, tornando nossas economias cada vez mais integradas; os trabalhadores que constroem a riqueza deste país, contribuindo para o desenvolvimento de toda nossa região.

São esforços que partem, também, dos homens públicos que conduzem os destinos de Buenos Aires. Homens que acreditam que a amizade entre nossos povos é a chave para um destino de paz e prosperidade no Continente. Homens como o dr. Ibarra, de quem recebo este título de visitante ilustre da cidade de Buenos Aires.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão inaugural do Encontro Parlamentar sobre a ALCA – O Papel dos Legisladores na ALCA

Câmara dos Deputados, 20 de outubro de 2003

Excelentíssimo senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional,

Excelentíssimo deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo Raul Alfonsín, ex-presidente da nação argentina e, hoje, senador da República,

Senhoras e senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Meus caros companheiros ministros de Estado do meu governo,

Roberto Rodrigues, da Agricultura,

Luiz Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Samuel Pinheiro, ministro interino das Relações Exteriores,

Meu companheiro José Dirceu, da Casa Civil,

Miro Teixeira, das Comunicações,

E companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu caro deputado Ney Lopes, presidente do Parlamento Latino-Americano,

Deputados e deputadas das Américas, que estão participando deste seminário,

Senadores e deputados brasileiros,

Meus amigos e minhas amigas,

A negociação da Área de Livre Comércio das Américas é hoje um dos temas mais debatidos no Brasil. O Congresso Nacional, a imprensa, o meio



acadêmico e a sociedade civil acompanham de perto e com crescente interesse, a evolução das negociações. Trata-se de um tema de política externa que repercute intensamente no plano interno.

E, na realidade, há boas razões para isto. Afinal, a ALCA não envolve apenas a liberalização comercial e a abertura de mercados. Está em jogo, também, segundo as fórmulas que vinham sendo propostas, o tratamento de temas complexos e sensíveis, de grande relevância para o desenvolvimento do Brasil, como serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual.

Sob o aspecto estritamente comercial, já nos foi claramente indicado que temas de fundamental interesse para o Brasil como subsídios agrícolas e normas *antidumping* não serão objeto de negociações na ALCA. Isto cria evidentes limitações. Ainda assim, estamos dispostos a negociar de forma construtiva e pragmática, sem perder de vista interesses essenciais e o indeclinável dever de zelar pela nossa soberania.

Desejamos uma participação maior no comércio internacional. Obviamente nos atrai a possibilidade de acesso preferencial ao mercado mais dinâmico do mundo, que é o dos Estados Unidos. Como é normal em qualquer negociação, devemos estar dispostos a fazer concessões recíprocas, orientadas pela lógica dos benefícios mútuos.

Mas a lucidez política nos obriga a não nos impressionarmos só com o varejo – em detrimento da visão de conjunto. Não seria sábio, tampouco, nos concentrarmos no lucro imediato e perder de vista o médio e o longo prazo.

Como maior economia da América do Sul o Brasil tem, não só o direito, mas a obrigação de ajudar a definir um projeto de ALCA que seja favorável a todos os países e, sobretudo, aos países mais pobres. Foi o que fizemos com os nossos sócios do Mercosul.

Acabo de regressar da Argentina, onde o presidente Kirchner e eu concordamos plenamente com a necessidade de que a proposta do Mercosul



seja uma referência básica para as negociações. Quero que fique claro para todos, de uma vez por todas, para o Brasil, para o Mercosul, que o foco da questão não é dizer “sim” ou “não” à ALCA, mas definir qual a ALCA que nos interessa.

O que não faz sentido é conceder acesso preferencial ao nosso mercado sem uma contrapartida em áreas onde somos mais competitivos, como a agricultura, em que além da concorrência desleal dos subsídios, enfrentamos barreiras tarifárias e não tarifárias que impedem o acesso de nossos produtos. As ofertas até agora apresentadas indicam que as possibilidades de ganhos neste setor são bastante limitadas.

Por outro lado, ao considerarmos o possível resultado das negociações, não podemos nos esquecer que estamos lidando com um conjunto de países extremamente heterogêneo, em termos de tamanho, população, nível de desenvolvimento econômico e social.

Em uma palavra, o que queremos é uma ALCA equilibrada, que nos garanta real acesso aos mercados do Hemisfério, e que, ao mesmo tempo, nos deixe espaço para políticas de desenvolvimento.

Por todas essas razões, a proposta do Mercosul se caracteriza pela flexibilidade. Isto é, os países que queiram assumir compromissos mais profundos em qualquer área poderão fazê-lo, bilateral ou plurilateralmente, sem que esses compromissos se estendam, necessariamente, a todos os demais.

Como têm dito nossos colegas uruguaios, “queremos uma ALCA que não impeça nem imponha”. Não é razoável querer regras e obrigações idênticas para 34 países de características e situações tão desiguais. Estas são as linhas principais do governo para as negociações da ALCA.

Nossa estratégia tem sido definida a partir de amplas consultas aos diversos setores da sociedade brasileira, em reuniões com todos os ministros envolvidos e nas quais eu próprio estive presente. Trata-se, pois, de uma estratégia de governo, sob a coordenação do Ministério das Relações



Exteriores, com a participação dos ministros da Agricultura e Desenvolvimento, que têm a responsabilidade na condução do dia-a-dia dessas negociações.

Ao tratar da participação da sociedade no processo negociador, ressalto evidentemente, o papel do Congresso Nacional. Considero extremamente positivo o interesse que as duas Casas têm demonstrado pelas negociações da ALCA.

Este seminário não é a primeira iniciativa importante dessa natureza e, certamente, não será a última.

Sei do acompanhamento intenso que senadores e deputados fazem do processo. Sei de sua participação em reuniões do Comitê de Negociações Comerciais, assim como nas reuniões ministeriais da ALCA. Sei dos debates semanais nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, às quais nossos negociadores comparecem com frequência; sei do interesse pessoal do presidente José Sarney e do presidente João Paulo Cunha pela matéria.

O principal papel que caberá ao Parlamento, no entanto, ainda está por ser desempenhado. Como todos temos presente, a Constituição determina, com grande sabedoria, uma divisão de tarefas no que se refere aos tratados internacionais – seja o acordo da ALCA, seja qualquer outro. Por determinação constitucional, o Executivo negocia e assina o acordo, cabendo ao Legislativo ratificá-lo. Sem a ratificação, o acordo não vale.

E tenho certeza de que um Parlamento que se informa, que participa, que acompanha as negociações, com o interesse que tem demonstrado o Congresso Nacional brasileiro, terá as melhores condições de considerar o que vier a ser apresentado pelo governo, caso, como espero, as negociações sejam bem-sucedidas.

Sem prejuízo dessa faculdade soberana do Congresso, posso garantir aos senhores deputados e senadores que o acordo que receberão terá contemplado os anseios e preocupações da sociedade brasileira. Digo isso



porque sei que a participação do Brasil nas negociações está sendo conduzida “sem subserviência nem confrontação”, como disse o nosso ministro Celso Amorim. E está sendo conduzida de forma profissional, transparente e soberana, buscando preservar e promover o interesse nacional.

Meu caro presidente José Sarney,

Meu caro presidente da Câmara, João Paulo Cunha,

Deputados aqui presentes, brasileiros e de outros países,

O debate sobre a ALCA nos possibilita uma grande oportunidade de definirmos que tipo de nação nós queremos ser, que tipo de agricultura nós queremos, que tipo de indústria nós queremos.

De vez em quando eu leio, na imprensa, alguém dizendo que o Brasil está isolado, que o Brasil pode ficar isolado. Eu quero lembrar aos deputados e senadores que o que aconteceu em Cancun, com a criação do Grupo G-22, foi uma extraordinária novidade política, não pela conquista que se obteve lá, mas pelo fato de que, pela primeira vez, um grupo de países com identificações de povo, de economia e de problemas sociais descobriram que era preciso se unirem para tentar fazer com que as economias ricas pudessem abrir um pouco de espaço; que nos fosse dado o direito de continuar sonhando, em deixarmos de ser, um dia, países em vias de desenvolvimento e nos transformarmos em países verdadeiramente desenvolvidos.

O que nós temos a dizer – até porque reconhecemos a importância da economia americana e da européia para o Brasil, até porque conhecemos bem o que representam outras economias na relação com o Brasil –, o que precisa ficar muito claro é que nós não queremos uma política de confrontação pela confrontação, apenas para satisfazer esse ou aquele discurso ideológico, de quem quer que seja.

Nós queremos mais do que isso. Nós não queremos ficar apenas no discurso. Nós queremos uma posição pragmática, de país soberano, para fazer valer os interesses eminentemente nacionais, pensando não apenas no Brasil,



mas pensando que um Acordo de Livre Comércio precisa levar em conta a diferença das economias que estão sendo acordadas na mesa de negociação.

E se, na União Européia, os países ricos tiveram a sensibilidade de criar um fundo para ajudar as economias em desenvolvimento, como no caso da Espanha, Portugal e Grécia, nós precisamos saber que, na América do Sul, nós temos muito mais pobreza e países muito mais pobres do que Espanha, Grécia e Portugal.

E, em toda proposta, não existe uma política que diga que vai se alavancar a economia desses países para que eles possam competir, minimamente, em igualdade de condições.

Se existe uma lição que nós, brasileiros, temos que aprender com os Estados Unidos da América do Norte, essa lição é que nós não temos que ter vergonha de ser brasileiros, como eles não têm vergonha de ser americanos; não temos que ter vergonha de defender a nossa agricultura, como a União Européia defende a sua agricultura.

Nós temos que aproveitar essa negociação para fazer valer não a nossa vontade porque, também, não temos força para impor a nossa vontade, mas que, entre a vontade dos mais ricos e a vontade dos mais pobres permaneça o meio termo, o caminho do meio, onde ninguém leva tudo, e todos levem para casa um pouco da conquista.

É assim que iremos tentar negociar a ALCA. E é assim que eu espero que o Congresso Nacional possa ajudar o Brasil a fazer a mais profícua negociação já feita, num acordo importante como este que estamos fazendo.

Não vamos fugir da mesa de negociação. Vamos negociar, de cabeça erguida, discutindo de igual para igual cada um dos itens que interessa ao nosso país. Até porque não estamos pedindo favor a ninguém, estamos apenas reivindicando um direito nosso, que é a oportunidade da nossa economia dar um salto de qualidade, sem as imposições que o mundo desenvolvido tem tentado nos impor.



E, para isso, estamos procurando parceiros. Vamos fazer muitas reuniões com outros países que pensam como nós, porque nós temos consciência que o que não for resolvido na ALCA poderá ser resolvido na Organização Mundial do Comércio, onde o debate pode ser mais eficaz, mais democrático e com muito mais interesses em jogo.

O Brasil, como sempre, pode ficar certo, deputados e senadores, estará de coração aberto para fazer o melhor acordo do mundo mas, ao mesmo tempo, estaremos alertas para não aceitar que imposições de intrigas tentem fazer o Brasil negociar em condições desfavoráveis. Este país cresceu, amadureceu e agora chegou a nossa vez de dizer, claramente, o que somos, quem somos e o que queremos para o nosso povo.

João Paulo, presidente Sarney, meus parabéns pela iniciativa deste seminário. Eu não tenho dúvida nenhuma que isto aqui vai mostrar para a sociedade brasileira que o acordo que vier a ser feito não será um acordo de interesse do Presidente da República, do ministro da Indústria e do Comércio, do ministro da Agricultura, do ministro das Relações Exteriores, não será obra de uma pessoa; será, se Deus quiser, o resultado de um debate maduro que o Congresso Nacional começa a fazer e que, se Deus quiser, a sociedade brasileira acompanhará.

Boa sorte a todos que vieram participar deste seminário.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Bolsa Família, de transferência de renda

Palácio do Planalto, 20 de outubro de 2003

Quero começar cumprimentando o presidente do Banco Mundial, senhor Wolfensohn, pelo seu pronunciamento. E quero dizer a ele que estou muito otimista de que o Banco Mundial realmente participe deste Programa. Afinal de contas, acho que essas causas nobres não podem prescindir da ajuda do Banco Mundial. Muito obrigado, portanto, presidente Wolfensohn.

Quero cumprimentar a minha companheira Marisa,

Quero cumprimentar o companheiro José Dirceu, pelo trabalho arrojado de coordenar todos os Ministérios que tinham essas políticas de renda,

Quero cumprimentar o meu amigo Samuel Pinheiro, ministro interino das Relações Exteriores,

Antônio Palocci, ministro da Fazenda,

Cristovam Buarque, ministro da Educação,

Jaques Wagner, ministro do Trabalho,

Meu companheiro Ricardo Berzoini, ministro da Previdência,

Benedita da Silva, ministra da Assistência Social,

Humberto Costa, ministro da Saúde,

Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Guido Mantega, ministro do Planejamento,

Miro Teixeira, ministro das Comunicações,

Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Dulci, ministro secretário-geral da Presidência,

Luiz Gushiken, ministro de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica,



Companheiro Álvaro Ribeiro, da Advocacia-Geral da União,
Graziano, ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome,
Tarso Genro, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social,

Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da
Igualdade Racial,

Quero cumprimentar os meus amigos governadores e governadoras que
estão aqui,

Companheiro Jorge Viana, governador do estado do Acre,

Omar Aziz, governador interino do estado do Amazonas,

Marconi Perillo, governador do estado de Goiás,

Simão Jatene, governador do estado do Pará,

Wellington Dias, governador do estado do Piauí,

Vicente Alves de Oliveira, governador interino do estado de Tocantins,

O senhor David de Ferranti, vice-presidente para a América Latina do
Banco Mundial,

Quero cumprimentar os prefeitos aqui presentes,

Nossa companheira Marta e nossa companheira Kátia, de São Paulo e
Alagoas, além de outros companheiros aqui presentes,

Quero cumprimentar os senadores, os deputados,

A Mírian, o Ricardo Henrique e a Ana Fonseca, secretária-executiva do
programa Bolsa Família, pelo extraordinário trabalho que fizeram.

Eu quero aproveitar para fazer duas citações fora do meu discurso.
Primeiro, quero dizer ao companheiro Eduardo Suplicy, que desde 1991 vem
funcionando neste país como se fosse o verdadeiro paladino, o Dom Quixote,
percorrendo o país, tentando convencer a sociedade brasileira, a classe política
e os empresários sobre a questão da renda mínima. Este ainda não é o projeto
Renda Mínima, mas é um bom embrião de uma coisa que poderemos



aperfeiçoar muito no Brasil.

Isso demonstra, Eduardo, que a persistência é a alma de tudo que a gente faz. Ou seja, persistir e nunca desistir é um lema que precisa tomar conta das nossas ações diárias.

Quero também lembrar aqui o governador Marconi Perillo, que, faça-se justiça, além de ser o governador do estado que mais tem política de renda, foi o companheiro que, na primeira reunião de governadores que tivemos, sugeriu a idéia da unificação das políticas de assistência social neste país.

E também a nossa companheira Marta Suplicy, porque, de todas as cidades brasileiras, é a que tem a maior quantidade e o maior salário pago até agora no Renda Mínima.

Obviamente que tem outros prefeitos com outras políticas e eu queria agradecer a todos. Primeiro, fizemos uma reunião com todos os governadores de Estado. Nós sabemos que muitos estados ainda não têm política de renda, mas os estados que têm, todos se prontificaram a trabalhar no sentido de contribuir para a unificação.

Em alguns estados, como o Mato Grosso do Sul, é possível, com a unificação, atender todas as pessoas; eu não sei se em Goiás, no Acre e no Pará se atende a todas as pessoas. Mas o dado concreto é que houve uma disposição extraordinária dos governadores que têm esse tipo de política, de participar dessa unificação e, agora, a Secretaria Executiva vai trabalhar para consolidar isso.

Também os prefeitos. Eu não tive a oportunidade de participar de uma reunião com todos os prefeitos, mas a Casa Civil participou de uma reunião com quase todos e houve uma disposição imensa também dos prefeitos em participarem desse processo.

Eu acho que aos poucos nós vamos descobrindo que da nossa ação, do nosso desprendimento, da nossa vontade política, é que faremos as coisas impossíveis irem acontecendo no nosso país, em um tempo menor do que



precisamos.

Eu quero dizer ao Presidente do Banco Mundial que nós, até dezembro, chegaremos a 3 milhões e 600 mil famílias e se Deus quiser e todos ajudarem, inclusive os meus amigos do Banco Mundial, poderemos chegar aos 11 milhões no final de 2006.

Eu falo final de 2006, porque é o dia do fim do mandato, dia 31 de dezembro termina o mandato, então eu não posso fazer promessa para um tempo além do meu mandato, eu tenho que tentar fazê-lo até o dia 31 de dezembro de 2006.

De forma que eu quero agradecer a todos que trabalharam. Não foi um trabalho fácil. O trabalho de cadastramento neste país é um trabalho que leva tempo, é muito difícil, mas eu acho que tivemos a colaboração de todos, inclusive dos ministros que têm programas e das ministras que resolveram dedicar o pessoal que trabalha no Ministério para contribuir e fortalecer essa unificação.

Eu acho que, agora, nós entramos no eixo certo e não estamos tirando nenhum programa existente. Pelo contrário, quem estava recebendo o plano velho, vai continuar recebendo o plano velho, quem estava recebendo o Vale Gás, por exemplo, vai continuar recebendo, até que a gente possa atingir todas as pessoas. Cada um vai continuar recebendo o seu. Uma parte – que são essas 3 milhões e 600 mil famílias – vai receber já unificado, mas nós esperamos, com o tempo, unificar todo mundo e quanto mais rápido crescer a economia brasileira, quanto mais dinheiro a gente tiver, mais a gente vai aplicar, porque esta é uma prioridade não do meu governo, é uma prioridade da nação brasileira. Afinal de contas, ninguém pode se conformar com a desnutrição de milhões e milhões de crianças por este país afora.

Milhões de pessoas, muitos milhões de pessoas no nosso país sobrevivem em condições desumanas e até passam fome. Temos o compromisso, assumido desde o primeiro dia de governo, de acabar com essa



situação.

Nós, que estamos entre os que têm cidadania, sabemos que se o Brasil incluir socialmente essa grande parte da população secularmente excluída, o nosso país vai melhorar e, não tenho dúvida, melhorar muito. É preciso construir uma ponte entre esses dois mundos. E o nome dessa ponte chama-se oportunidade. Toda a nação vai se beneficiar com isso. Essas pessoas que sobrevivem abaixo da linha de pobreza – quase 50 milhões – têm direito a uma vida digna. Têm que receber algum apoio imediato que lhes permita resistir hoje, acreditando no dia de amanhã. Essas pessoas não estão isoladas no mundo. Em sua maioria, vivem em família, sob um mesmo teto. Convivem juntos pai, mãe e filhos; às vezes, alguns irmãos, uns de maior idade, outros de menor; em outros casos, avós e netos; em muitas situações, mães, sem a ajuda de ninguém, carregando o peso da chefia da família.

A configuração familiar é variada por esse Brasil afora, mas, em geral, conserva sempre um potencial de solidariedade. Talvez porque a manutenção da unidade do grupo seja uma questão de sobrevivência.

Quando assumimos o governo, encontramos alguns programas de transferência de renda em andamento. Procuramos aproveitá-los da melhor maneira possível, corrigindo e aperfeiçoando o que era necessário.

Consideramos fundamental mudar a qualidade do combate à fome e à miséria no nosso país e, por isso, criamos o Fome Zero.

A solidariedade e a mobilização da sociedade brasileira em torno deste objetivo têm sido extraordinárias. Estamos, juntos, dando o peixe e, ao mesmo tempo, ensinando a pescar.

O Fome Zero já está funcionando em 1 mil e 227 municípios, beneficiando 1 milhão e 70 mil famílias, cerca de 5 milhões de pessoas.

O Cartão Alimentação – benefício emergencial às famílias que passam fome – entra agora na unificação dos programas de transferência de renda.

O programa Fome Zero, prioridade do nosso governo, vai muito além do



Cartão Alimentação e prosseguirá com o seu conjunto de medidas emergenciais e estruturais de combate à fome e às causas da fome.

Porque, para nós, o grande desafio é, e sempre foi, fazer da própria inclusão social um fator de desenvolvimento do Brasil.

Meus amigos e minhas amigas,

Estamos dando hoje, aqui, um passo extraordinário em nossa caminhada.

O Bolsa Família é uma grande evolução dos programas sociais no Brasil.

Nós fizemos convergir vários programas de apoio individual – Bolsa Escola, Vale Gás, Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação – para um só programa que se dirige a todo o núcleo familiar. O próprio nome deixa claro o objetivo do Programa: dar proteção integral a toda a família e não apenas a alguns de seus membros.

Até dezembro, mais de 3 milhões e meio de famílias já estarão incluídas no Programa unificado. Decidimos integrar esforços para garantir que as famílias beneficiadas – e serão mais de 11 milhões, quase 50 milhões de pessoas, no final do meu governo – possam caminhar para uma vida digna e independente.

O governo vai mais do que dobrar o volume de recursos destinados, hoje, a todos os programas de transferência de renda existentes, devido ao aumento do número de famílias beneficiadas e do próprio valor que cada família passará a receber.

Até o ano passado, esse montante foi de 2 bilhões e 600 milhões de reais para todos os programas. Este ano, já são 4 bilhões e 300 milhões – um aumento de 65%. E, em 2004, serão 5 bilhões e 300 milhões de reais.

Estamos construindo uma política nacional de transferência de renda com a participação de estados e municípios. Eles também poderão aportar recursos e programas para que as famílias se emancipem, sem risco de



regredir à situação anterior.

O cartão Bolsa Família tem a cara dessa nova integração federativa. As marcas dos governos federal, estadual e municipal poderão estar estampadas lado a lado em nossas ações conjuntas.

As famílias beneficiadas vão poder utilizá-lo também como um cartão de débito, pagando compras, passando a fazer parte do mundo dos que têm acesso aos bancos.

Vocês devem imaginar o esforço que foi feito para compatibilizar tantos fatores, revendo e tornando mais confiáveis os cadastros, garantindo que todo mundo que já recebe algum benefício continue a recebê-lo direitinho – sem nenhuma interrupção.

O resultado é um Programa muito mais justo, racional e eficiente, tanto para os beneficiados, quanto para o Estado e o país.

Mas o mais importante de tudo é que o Bolsa Família transfere renda, mas estabelece obrigações coletivas para que a família – com seu próprio esforço – crie condições para sair da situação em que vive. O Bolsa Família aumenta os benefícios, mas aumenta também o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas com o seu próprio futuro.

Faço questão de sublinhar algumas obrigações das famílias que vão receber o Bolsa Família. Para continuar no Programa, cada família terá que manter em dia a vacinação dos seus filhos. Vou repetir: para continuar no Programa, cada família terá que manter em dia a vacinação dos seus filhos. Terá de comprovar a presença das crianças na escola; isso é fundamental, porque cada pai, cada mãe, por mais pobre que seja, tem que ter a responsabilidade de garantir que seu filho freqüente a escola. Terá de comparecer periodicamente aos postos de saúde; isto é uma obrigação, para que as pessoas possam efetivamente se cuidar. Terá de participar de atividades de orientação alimentar e nutricional. E terá ainda de tomar parte, quando for o caso, em cursos de alfabetização, profissionalizantes e outros.



E por que estamos fazendo isso? Estamos fazendo isso porque queremos que as pessoas aprendam a pescar, pesquem seus peixes e possam comer, sem precisar, a vida inteira, depender do governo. É por isso que queremos que as pessoas se cuidem, vão para a escola e que, ao mesmo tempo, os adultos possam fazer cursos profissionalizantes e se alfabetizarem.

Isso é fundamental. Todo mundo – embora tenha direito – quer retribuir de alguma forma os benefícios que recebe. E ninguém deve subestimar a capacidade de realização das pessoas mais humildes do Brasil.

Nunca me esqueço dos versos que Luiz Gonzaga já cantava – quando eu era ainda menino lá no Nordeste –, expressando um sentido forte de cidadania. Dizia a música de Luiz Gonzaga: “...*uma esmola, para um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão...*”

Todo mundo sente orgulho de fazer por merecer.

E nós sabemos que as obrigações estabelecidas pelo Bolsa Família, na verdade, são direitos de cidadania: alimentação sadia; educação básica; saúde preventiva.

A garantia desses direitos aumenta também a responsabilidade do Estado. As redes públicas vão ser muito mais solicitadas e terão que ser cada vez mais fortalecidas e ampliadas.

Com o tempo, o benefício recebido e o exercício desses compromissos vão fortalecer o grupo familiar, aumentando a sua autonomia e criando condições para que as famílias obtenham a própria renda ou se integrem ao mercado de trabalho.

À medida em que consigam isso, essas famílias contarão também com o conjunto de programas já adotado pelo governo para beneficiar os setores populares: microcrédito, apoio à agricultura familiar, conta bancária simplificada, facilidade para formação de cooperativas, dentre muitas outras iniciativas.

A ponte que estamos construindo hoje aproxima solidariamente os



extremos da nossa sociedade e dá uma nova oportunidade histórica ao nosso país.

Milhões de famílias brasileiras, até hoje excluídas dos direitos mínimos de cidadania, estão sendo protegidas para que possam olhar para si mesmas e descobrir suas próprias forças de emancipação; para que possam olhar para os seus filhos e enxergar um futuro melhor; para que possam pensar e sentir o Brasil como um país do qual fazem parte, um país de todos os brasileiros e brasileiras.

Eu quero terminar dizendo aos meus amigos que estão participando deste evento, quero repetir o que venho martelando nesses últimos 10 meses: a responsabilidade de vencer a miséria neste país, de garantir que as pessoas tomem café, almozem e jantem, de garantir que as pessoas possam fazer o ensino fundamental e depois prosseguir nos seus estudos, de garantir que todas as pessoas tenham acesso a um bom sistema de saúde não é apenas responsabilidade do governo. O governo tem que jogar a sua parte.

Mas, nesses 9 meses, estou aprendendo que, possivelmente, em poucos momentos da história do nosso Brasil, a sociedade brasileira esteve tão ávida a participar de programas sociais neste país.

Até agora, não houve um único pedido que tenhamos feito a qualquer segmento da sociedade em que não tenhamos sido atendidos. Até agora, não teve um único momento em que convidássemos setores da sociedade para participar, direta ou indiretamente, de vários programas, que a sociedade não tenha participado.

Muitas vezes, acho que a sociedade ainda está participando com apenas 10% do que pode participar, porque, muitas vezes, o poder público estadual, o municipal e o federal não têm, do ponto de vista cultural do país, o hábito de fazer com que as pessoas se sintam motivadas a participar.

Portanto, quero terminar dizendo a vocês que, se depender da minha vontade pessoal, da minha disposição, do meu esforço físico, se depender,



mais ainda, da vontade de conversar com as pessoas, a sociedade brasileira vai participar como nunca participou, para que possamos combater esse mal que é, na minha opinião, o mal maior de toda a sociedade brasileira, ou seja, crianças, mulheres e homens que não conseguem consumir as calorias e as proteínas necessárias para ter uma boa qualidade de vida.

E nós, aqui no Brasil, temos que ter a certeza de que, se fizermos isso aqui e conseguirmos o sucesso que imagino que possamos ter, não tenho dúvida nenhuma de que nós poderemos contribuir para que outros países do mundo também possam acabar com a fome.

E, mais ainda: para que outros países, aqueles que não passam fome, que são desenvolvidos e que são ricos possam dar a sua contribuição para que possamos ter um fundo, com muito recurso, na ONU – coordenado pelo próprio PNUD – para que possamos ajudar a combater esse mal em países mais pobres do que o Brasil, onde a situação é ainda mais grave do que no território nacional.

Não tenho dúvida nenhuma de que estamos caminhando para confirmar duas coisas que eu disse na ONU. Primeiro, o nome da paz chama-se justiça social. E sobre essa luta que vamos fazer pela justiça social, quero terminar dizendo: a luta contra a fome, a guerra contra a fome, esta, sim, é uma guerra que vale a pena todos nós participarmos, porque ela não prevê matar ninguém. Pelo contrário, prevê recuperar milhões e milhões de vidas que estão sucumbindo pela miséria.

Muito obrigado. E boa sorte a todos nós.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma

Palácio Itamaraty, 21 de outubro de 2003

Excelentíssimo senhor Leonid Kutchma, presidente da Ucrânia,
Senhora Liudmyla Kutchma,
Senhora Marisa Letícia da Silva, minha companheira,
Senhores e senhoras integrantes da comitiva da Ucrânia,
Embaixadores e embaixadoras que participam deste almoço com o Presidente da Ucrânia,

Meu caro embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ministro interino das Relações Exteriores,

Meu caro José Viegas Filho, ministro da Defesa,

Meu caro Roberto Amaral, ministro de Ciência e Tecnologia,

Minha querida ministra Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Minha querida deputada Zulaiê Cobra, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados,

Deputado André Zacharow,

Meu caro Carlos Wilson, presidente da Infraero,

Meu caro professor Luiz Bevilacqua, presidente da Agência Espacial brasileira,

Comandante-brigadeiro Bueno, nosso comandante da Aeronáutica,

Meus amigos e minhas amigas,

É com particular satisfação que recebo Vossa Excelência e a ilustre comitiva que o acompanha, em sua segunda visita oficial a meu país. Temos, hoje, a oportunidade de aprofundar um diálogo que, estou certo, abrirá novos horizontes para a colaboração entre os povos do Brasil e da Ucrânia.



Senhor Presidente,

Gostaria, de início, de prestar uma homenagem à sua contribuição pessoal para o excelente nível alcançado pelas relações entre nossos países. Foi a visita inaugural de Vossa Excelência, em 1995, que descortinou, com visão de futuro, as amplas possibilidades que desejamos hoje consolidar e aprofundar. É este o sentido dos acordos que estamos subscrevendo. São compromissos e metas que reafirmam a determinação de trabalharmos juntos para garantir aos nossos cidadãos os benefícios dos avanços do conhecimento.

Estamos determinados a cooperar no aproveitamento de nossa riqueza agrícola e de nossa pujança industrial. Sobretudo, desejamos explorar em parceria as potencialidades ilimitadas que o engenho científico e a capacitação técnica de nossos povos abrem no caminho do pleno desenvolvimento.

Nada expressa melhor essas possibilidades do que o programa de cooperação no campo espacial. Concluiremos, proximamente, os entendimentos em torno da utilização da Base de Alcântara para o lançamento de satélites em bases comerciais. Como demonstração do entusiasmo da sociedade brasileira com este projeto, o Congresso Nacional acaba de aprovar, na semana passada, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que reafirma a determinação do governo brasileiro em continuar e aprofundar a colaboração espacial entre nossos países.

Foi com essa mesma confiança que impulsionamos o trabalho do Comitê-Gestor Brasileiro-Ucraniano de Cooperação Científico-Tecnológica, durante recente visita a Kiev do ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil, o nosso companheiro Roberto Amaral. Este mecanismo orientará a formulação e seleção de projetos conjuntos de pesquisa, desenvolvimento e transferência tecnológica. No campo da energia, estamos trabalhando na criação de um consórcio para a fabricação de turbinas a gás com tecnologia ucraniana.



Persistem, no entanto, sérios desafios. Nosso comércio bilateral, em particular, não corresponde à escala de nossos mercados nem à projeção de nossas economias no cenário internacional. Estou seguro de que a Câmara de Comércio Brasil-Ucrânia, recém-inaugurada no Rio de Janeiro, incentivará os contatos empresariais indispensáveis à ampliação e à diversificação do nosso intercâmbio comercial.

Senhor Presidente,

Vivemos em um mundo marcado por turbulências políticas, pela ameaça do armamentismo e por uma globalização que acirra desigualdades sociais e econômicas. Compartilhamos, por isso, a defesa de uma ordem mundial regida pela observância do direito internacional e exercida por meio de um sistema multilateral equilibrado e justo.

Diálogo franco e cooperação solidária. São estes os valores que trouxeram Vossa Excelência a Brasília e que motivam os acordos que estamos assinando. São estes os pilares em que se fundam os laços de sangue e de história que unem nossos povos. Uma união já antiga, que remonta à presença, no Sul do Brasil, de uma expressiva e laboriosa colônia ucraniana – a terceira maior do mundo. Uma união que se expressa em gestos mútuos de colaboração e de solidariedade.

São exemplos os programas de assistência e tratamento em hospitais paranaenses de crianças afetadas pela radiação nuclear de Chernobyl, e o oferecimento da Ucrânia para auxiliar no esclarecimento das causas do terrível acidente na Base de Alcântara.

É com este espírito que peço a todos que me acompanhem em um brinde ao promissor futuro das relações entre os nossos países, bem como à saúde e à felicidade de Vossa Excelência e do povo ucraniano.

Muito obrigado.



**Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira**

Base Aérea de Brasília, 23 de outubro de 2003

Saúdo os agraciados com a Ordem do Mérito Aeronáutico, reafirmando a importância de sua atuação em prol da Força Aérea Brasileira e vislumbrando em cada personalidade hoje condecorada a centelha do ideal e do patriotismo, valores que nortearam e fortaleceram aquele que deu asas ao homem – Alberto Santos-Dumont.

Em 23 de outubro de 1906, Paris viu inaugurar-se no Campo de Bagatelle uma nova dimensão na trajetória da Humanidade.

Naquela hora, o frágil 14-Bis simbolizou a vitória da persistência na realização de séculos de sonhos, de expectativas e de frustrações, recompensando finalmente os idealistas que aspiravam a compartilhar a amplitude dos céus.

O vôo inaugural de Alberto Santos-Dumont foi uma extraordinária contribuição para o progresso tecnológico, resultado de um trabalho ao longo do qual o Pai da Aviação concebeu muitíssimos outros inventos de destaque, ampliando sobremaneira sua participação no elenco das conquistas científicas.

O 14-Bis alçou o nome do Brasil à inegável posição de destaque, sinalizando o começo de uma epopéia que, ao longo do tempo, faria de nossa aviação uma das mais respeitadas do Planeta, pelo número de profissionais, pela malha de ligações e pelo porte da frota brasileira, reforçando a nossa dimensão estratégica no cenário internacional.

Temos uma Força Aérea de pronunciada interação com múltiplos aspectos da vida nacional. Herdeira das tradições da Aviação Naval e da Aviação do Exército, ela conquistou o carinho e a admiração do povo brasileiro,



ao levar a esperança nas asas do Correio Aéreo Nacional, ao promover a defesa da liberdade e da democracia nos céus da Itália, ao implementar um moderno sistema de controle do espaço aéreo.

No campo social, a Aeronáutica oferece permanente e valiosa contribuição, integrando o país, facilitando a superação de bolsões esquecidos de miséria e atraso, participando do esforço do governo para arrancar da exclusão e da ignorância tantos brasileiros submersos na indiferença e na injustiça.

Vejo uma Força Aérea dinâmica e resoluta no cumprimento de suas altas responsabilidades, guarnecendo nossas fronteiras aéreas, transportando o progresso e a civilização, levando saúde aos distantes povoados indígenas e estendendo a mão a vítimas do infortúnio.

Ela mantém a vibração e o ânimo imunes às limitações materiais próprias de um país em desenvolvimento que, esperamos, em breve cedam lugar ao necessário equilíbrio entre missões e meios disponíveis.

Atuando em estreita ligação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro, ela também patrulha a amplidão de nossos mares, leva o apoio aos pelotões de fronteira e exerce intensa participação no campo da defesa civil.

Em conjunto com as Forças co-irmãs, faz-se presente, representando o Estado nos mais distantes rincões, veiculando a mensagem da responsabilidade cívica na construção de um Brasil mais justo.

É o continuar de uma longa caminhada, balizada pela vocação de personalidades que, como o Pai da Aviação, fizeram de suas vidas uma lição de brasilidade.

Santos-Dumont semeou os caminhos. Hoje, os aviadores brasileiros, civis e militares, continuam a esculpir a presença do gênio nos céus do Brasil e do mundo.

Dentro de tal espírito, decidi criar uma comissão para coordenar adequadamente os eventos relativos ao transcurso de um verdadeiro marco na



história da ciência: o centenário do primeiro vôo próprio do mais-pesado-que-o-ar, que ocorrerá em 2006.

Reitero minhas felicitações aos agraciados com a Ordem do Mérito Aeronáutico. Que esta homenagem sirva de estímulo para que os senhores continuem a prestar a importante contribuição que já têm oferecido à ordem e ao progresso da nossa Pátria.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de recebimento do prêmio Príncipe de Astúrias**

Oviedo, Espanha, 24 de outubro de 2003

Majestade,

Senhor presidente da Fundação de Astúrias, José Ramón Alvarez, em
cujo nome eu saúdo os demais presentes,

Integrantes da minha comitiva,

Meus senhores e minhas senhoras,

Orgulha-me compartilhar esta reunião de personalidades ilustres da
ciência, da filosofia, da literatura, das artes e da comunicação.

Recebo este prêmio com orgulho em nome do povo brasileiro. Manifesto
meus agradecimentos à Fundação Príncipe de Astúrias por meio de seu
presidente, príncipe Felipe. Agradeço também à Universidade de Oviedo e ao
Conselho das Universidades espanholas por este galardão de ressonância
universal.

Interpreto a escolha de meu nome, como uma manifestação da
importância atribuída pela Fundação Príncipe de Asturias à cooperação
internacional para a superação do principal desafio global do início do século
XXI: o combate à fome, à pobreza e à exclusão social.

Saúdo fraternalmente as grandes personalidades agraciadas nesta
cerimônia.

Guardo grata recordação de minha visita de Estado à Espanha, quando
tive a oportunidade de manter afetuoso e proveitoso diálogo com Sua
Majestade, o rei Juan Carlos I. Mais recentemente, tivemos a alegria de
receber em Brasília a rainha Sofia, cuja dedicação a causas sociais é
mundialmente reconhecida.



Vejo aqui a oportunidade para um diálogo entre nossas inquietações e projetos, que refletem a esperança e a alma do século que se inicia. Creio no instrumento do diálogo para pavimentar a trajetória comum da humanidade. Creio na superação de nossos limites e na construção de um ser humano livre com a força da paz e da justiça. O absolutismo econômico e o fanatismo cego ignoram os valores morais da civilização que nos une e nos impele para o futuro.

Vivemos um apogeu tecnológico e produtivo. Desenvolvimento técnico e democracia social, porém, nem sempre caminham juntos. O progresso não define a destinação da riqueza. Tampouco, dispensa o arbítrio humano acerca do seu sentido ético. Ao contrário, o abismo entre o avanço técnico e o desenvolvimento moral configura um dos passivos deixados pelo século XX.

Há, hoje, um perigoso acúmulo de tensão entre a opulência, que não reparte, e a miséria, que não regride. Esta é uma das expressões mais inquietantes do século que se inicia. Estamos, portanto, na fronteira de grandes escolhas.

Alteza, minhas senhoras e meus senhores,

Antes de oferecer respostas, a obrigação de um homem público é ouvir as perguntas do seu tempo. E a pergunta que ecoa na agenda dos povos, especialmente dos países periféricos, é suficientemente eloqüente para não ser mais ignorada. Trata-se de saber por que fracassaram as políticas dos anos 90, que prometiam crescimento integrado e redistribuição cooperativa da riqueza mundial.

As condições de vida de um bilhão de seres humanos que lutam hoje para sobreviver com menos de 1 dólar por dia são idênticas, ou piores, do que as que existiam há mais de 20 anos. Metade da população mundial tem menos de 2 dólares por dia para sobreviver, enquanto 14% da parcela mais rica da humanidade detém 75% de toda a riqueza material.

A diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres equivalia a



30 vezes nos anos 60: agora, na virada do milênio, saltou para 74 vezes. Estamos falando de um retrocesso, não de um mero descompasso. Em 54 países, a renda per capita atual é inferior a de 1990. Em 34 nações, a expectativa de vida diminuiu. Em 21, há mais gente passando fome; e em 14, mais crianças morrem antes dos cinco anos de idade.

Num planeta conflagrado pelo choque entre a desilusão e a indiferença, que futuro restará à paz?

É necessário que a comunidade internacional assuma sua responsabilidade coletiva, engajando-se na única guerra da qual sairemos todos vencedores: o bom combate contra a pobreza e a exclusão social. A arma fundamental para isso é conhecida: o aprofundamento da democracia econômica, social, cultural e política. O comércio internacional precisa livrar-se das práticas protecionistas que, todos sabemos, privilegiam poucos grupos, ineficientes, embora poderosos.

O Brasil tem-se engajado, com afinco e determinação, na luta por um sistema internacional de comércio que beneficie os exportadores competitivos e ofereça flexibilidade para a adoção de políticas de desenvolvimento. Mas, não podemos ser ingênuos. Urge subordinar o desenvolvimento, o comércio, e as relações internacionais às indagações fundamentais do humanismo: qual progresso? Para quê? Com que conseqüências? E para quem?

Alteza, ilustres premiados, senhoras e senhores,

O único antídoto verdadeiro à pobreza é uma sociedade que não produza mais exclusão. Miséria e fome não são uma falha técnica. Não serão superadas pela descoberta de um novo engenho, nem pelos mecanismos de mercado.

A utopia da conquista da dignidade humana pelas grandes promessas tecnológicas esgotou-se. Significa dizer que a democratização do progresso deve estar inscrita no tempo presente, e não ficar eternamente como uma promessa futura.



O desenvolvimento não é um destino traçado, mas uma composição delicada de escolhas e possibilidades. A vida humana é sagrada. Para que esses fundamentos possam ampliar os alicerces da paz e da justiça, urge promover a reforma e o fortalecimento das instituições multilaterais.

Falo da reconstrução de uma Organização das Nações verdadeiramente Unidas. Falo de um fórum capaz de resgatar a supremacia do diálogo e do consenso multilateral. Cooperação internacional significa, sobretudo, a promoção de equidade nas relações entre os Estados. Significa trabalhar por justiça no contexto internacional.

Se valorizamos a democracia em nossas sociedades, não podemos deixar de buscar, no plano internacional, o aperfeiçoamento da convivência democrática entre as nações. É nossa responsabilidade, ante as gerações futuras, atualizar procedimentos e composição desses organismos, compatibilizando-os com a realidade dos dias atuais.

Estou convencido de que a luta contra a fome, por sua urgência, caráter humanista e abrangente, é uma das alavancas dessa nova ordem solidária. Por isso, propus à assembléia da ONU, em setembro, a criação de um Comitê de chefes de Estado para coordenar iniciativas em torno dessa bandeira humanitária.

Exorto as personalidades aqui presentes a unirem seu talento e sua influência nesse mutirão de solidariedade pela vida, pela paz e pela justiça social. A fome não pode esperar.

Reitero aqui as palavras de João Paulo II: “É inaceitável adiar o tempo em que também o pobre Lázaro possa sentar-se ao lado do rico, para compartilhar da mesma comida, sem ter que continuar constrangido a prover-se das migalhas que caem da mesa”.

Estou convencido de que a mesa da humanidade tem espaço e fartura para reverter a exclusão, onde quer que ela se apresente. Não se trata apenas de um desígnio da economia, mas, sobretudo, da ética.



A riqueza é forjada por mãos humanas, razões humanas, emoções humanas, — por que, então, não pode estar igualmente a serviço da dignidade humana? Se nós, homens e mulheres, estamos condenados a inventar cotidianamente o nosso destino, chegou a hora de reinventá-lo pela solidariedade.

Alteza e ilustres presentes,

Aos olhos do mundo, o Brasil é um dos protagonistas desse novo enredo que pode definir o século. Seja pela desigualdade que acumulou ao longo de sua história, seja pela aposta democrática de sua gente pluralista, multiétnica e multireligiosa. Não decepcionaremos.

Na realidade da vida cotidiana, a agenda da solidariedade e da justiça ficou tolhida entre nós durante décadas, mas não ficou obsoleta. Vejo-a ressurgir numa série de iniciativas articuladas entre o governo e a sociedade civil. As ações estruturais e de longo prazo não eliminam a necessidade de uma ação de emergência para enfrentar o flagelo da fome, que não conhece fronteiras.

Por isso, lancei no Brasil o programa Fome Zero, um conjunto de políticas e ações voltadas para garantir a segurança alimentar da população brasileira. Estabeleci a segurança alimentar como o eixo das políticas sociais de meu governo, porque acredito que a eliminação da fome constitui um dever moral e a base de qualquer política social.

Em menos de 10 meses de governo, o programa Fome Zero já beneficia mais de um milhão e duzentas mil famílias, cerca de 5 milhões de brasileiros e brasileiras. Em 4 anos, pretendemos erradicar a fome em nosso país.

Numa segunda etapa, já iniciamos a unificação dos programas sociais do governo, de forma a torná-los mais ágeis e eficientes, evitando duplicações, e garantindo que cada real destinado a programas sociais chegue efetivamente a seu destinatário. Ao mesmo tempo, tenho claro que a superação final da pobreza depende, em última instância, da geração e distribuição de riqueza.



O Brasil não ignora as reformas estruturais cobradas pela sua história, entre elas, a reforma agrária, sem as quais o nosso desenvolvimento jamais será sinônimo de justiça social. Ao mesmo tempo, é necessária uma mudança de mentalidade coletiva, transição cultural indispensável à passagem de uma sociedade de contrastes para uma comunidade justa, fraterna e digna.

O Brasil descobriu-se portador de um mal que tem cura, cujo nome é desigualdade. Setores expressivos da sociedade já entenderam que não existe nada mais urgente do que transitar da indiferença para a mobilização solidária, como primeiro passo indispensável à mudança pacífica que a sociedade urge e cobra.

Creio que a mesma revolução cultural pode ganhar os ares do mundo para injetar humanidade na globalização mercantil. Precisamos recuperar a auto-estima que atirou a dignidade humana na vala comum dos supérfluos, que têm preço, mas não têm valor. A solidariedade é o derradeiro trunfo; ao mesmo tempo, a preciosa chance de um recomeço.

Majestade,

Senhoras e Senhores,

Com a emoção de um brasileiro que teve que enfrentar múltiplos obstáculos em sua trajetória pessoal e política, agradeço de coração este Prêmio. Ele servirá de estímulo para que se persevere na busca de um Brasil mais justo e de uma sociedade internacional mobilizada para a promoção do desenvolvimento, da justiça social e da paz.

Neste momento, quero compartilhar minha alegria com o povo asturiano e de toda a Espanha. Os 500 anos de história que nos irmanam constituem uma fonte de vitalidade para a realização de objetivos comuns.

Os brasileiros participam com orgulho da comunidade ibero-americana de nações. A América do Sul é o continente onde, mais do que em qualquer outro lugar, a simbiose entre as culturas de origem portuguesa e espanhola, ao lado das raízes indígenas e da vigorosa contribuição africana, contribuiu



para formar as identidades nacionais.

A origem ibérica é apenas um dos elementos que nos aproximam. Nos unem, acima de tudo, os valores irrenunciáveis da tolerância, da democracia, da justiça social, que esta Fundação, em seus 23 anos de existência, tem-se empenhado em promover. Ela reafirma a capacidade humana para ir além do seu tempo e das adversidades.

Precisamos dar a todos e a cada um dos seres humanos a oportunidade de viver a vida em seu esplendor, a vida e nada mais.

Muito obrigado.



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Parlamento Regional do Principado de Astúrias

Oviedo, Espanha, 24 de outubro de 2003

Vim participar da entrega do Prêmio Príncipe de Astúrias por algumas razões. A primeira é que eu estou certo e convencido de que a questão da pobreza e da fome só pode ser levantada, com muita força, pelas pessoas que comem.

Houve um tempo, no começo da minha militância, em que eu dizia que quando um povo não queria lutar, tinha que passar fome para aprender. Depois, descobri que a fome não leva nenhum povo à revolução, mas à submissão.

Os famintos são um grande problema social. E eu queria transformar a fome em um grande problema político. Apenas quando se transforma a fome em um problema político todos nós prestamos atenção.

Lutar contra a fome não é uma tarefa fácil. As pessoas têm vergonha de dizer que têm fome, estão desorganizadas e muito debilitadas.

Acredito que vai ser possível, nos próximos anos, sensibilizar a humanidade para que enfrente esse problema. É muito menos uma questão econômica, e muito mais ética.

Assumi que esse prêmio não era meu, mas pertencia a milhões de anônimos que me permitiram chegar à Presidência da República. Também pensei: O que fazer com um prêmio desses? Depositar na minha conta e, no dia seguinte, ninguém mais se lembra do premiado? Por isso, tomei a decisão de doá-lo e entreguei ao secretário-geral da ONU o cheque que recebi da Fundação, para tentar sensibilizar outros governantes para que contribuam com o Fundo das Nações Unidas, que não tem recursos. Porque Presidentes



vão aos encontros internacionais, assumem compromissos com as metas do milênio e, no dia seguinte, não se lembram de nada.

E na minha vida política resolvi fazer as coisas mais difíceis se tornarem realidade. Quando entrei no movimento sindical, era muito difícil fazer sindicalismo no Brasil, por causa do regime militar. Em três anos mudamos a história do sindicalismo brasileiro. Depois, resolvemos criar um partido político. Havia muita gente importante que dizia que não era possível criar um partido político nos moldes que estávamos criando. Vinte anos depois, nós temos o maior partido de esquerda da América Latina. E por força deste partido, eu cheguei à Presidência da República.

Eu estou convencido de que o combate à pobreza, à fome e à miséria precisa de muita persistência. E, na minha opinião, uma palavra-chave para este novo século é a palavra solidariedade, e a palavra ética, a palavra cidadania. O mundo produz alimentos suficientes, riqueza suficiente. Passamos o século passado discutindo os avanços tecnológicos. Neste século, temos que discutir como repartir, de forma mais correta, os resultados da riqueza produzida pela Humanidade. Esse desafio não é apenas político, mas um desafio ético, humanista, cristão.

Todos nós devemos assumir a responsabilidade de transformar essa causa em algo que nos dê orgulho. Que todas as noites, ao deitarmos em nossas camas, tenhamos um sono tranquilo porque fizemos bem a um semelhante, a um irmão, a uma irmã que não teve a mesma oportunidade que nós.

No Brasil, temos esse compromisso. O Brasil tem 176 milhões de habitantes, dos quais, 55 milhões não consomem as calorias e as proteínas necessárias para a sobrevivência humana. E nós assumimos o compromisso, ao lançar o programa Fome Zero, de fazer todo o possível para, no final do meu mandato, fazer as pessoas ao menos tomarem café da manhã, almoçar e jantar, que é um direito sagrado que está na Bíblia, na Declaração Universal



dos Direitos Humanos, na Constituição de todos os povos do mundo. Portanto, não temos que inventar, apenas cumprir as leis.

Quero agradecer a vocês pelo carinho que tenho recebido. Eu vi o carinho do povo nas ruas, o carinho de todos vocês, do príncipe, do rei, da rainha. A Espanha, que tem uma história antiga, vive anos de prosperidade. E vocês conseguiram, com muita luta, com muito sofrimento, chegar a um padrão de vida que dá dignidade ao ser humano. Não tenho dúvida de que vocês vão saber dar a mão para o nosso povo, que ainda não teve essa oportunidade.



Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente de Governo da Espanha, José María Aznar

Palácio Itamaraty, 29 de outubro de 2003

É com grande satisfação que recebo no Brasil o presidente de Governo da Espanha, José María Aznar, um antigo amigo do Brasil. Esta visita de trabalho teve um objetivo muito prático. Discutimos passos concretos para ampliar um relacionamento que já figura entre os mais importantes do Brasil. Um relacionamento que já conta com um importante patrimônio histórico e cultural comum e que ganhou novo impulso durante a visita de Estado que realizei, em julho, à Espanha, por convite de Sua Majestade, o rei Juan Carlos. Naquela ocasião, tratamos de vários temas de interesse comum, nos âmbitos bilateral, regional e internacional.

Hoje, nós aprofundamos esse diálogo, e saímos de nossa reunião de trabalho com a certeza de que os laços entre os dois países podem ser ampliados ainda mais.

Pudemos confirmar que as relações entre o Brasil e a Espanha passam, de fato, por fase de excepcional intensidade. Nos últimos quatro meses, tivemos vários contatos de alto nível. Além de minha visita à Espanha, tive a honra de receber em Brasília, Sua Majestade a rainha Sofia, que participou do III Fórum Internacional do Microcrédito, no início de outubro. Há poucos dias, estive na cidade de Oviedo, onde recebi o prêmio Príncipe de Asturias de Cooperação Internacional.

Passamos em revista todos os campos: político, cultural, econômico e tecnológico, em que vêm prosperando iniciativas importantes entre nossos dois países. Abordamos, por exemplo, formas de impulsionar ainda mais nosso já vigoroso relacionamento econômico. A Espanha é, hoje, o segundo maior



investidor estrangeiro no Brasil. Esperamos que essa presença possa ser ampliada na medida em que a economia brasileira retome o caminho do crescimento e mereça cada vez mais a confiança da comunidade financeira internacional.

Queremos que o mesmo dinamismo marque nossas trocas comerciais, que ainda estão longe do potencial das duas economias. Exploramos, por exemplo, formas para aumentar a participação de pequenas e médias empresas no comércio bilateral, com o apoio de bancos espanhóis e brasileiros.

Examinamos, igualmente, meios de diversificar nossas pautas de exportações. As exportações brasileiras, em particular, são dependentes de alguns poucos produtos tradicionais. Vamos explorar essas e outras idéias no Fórum Empresarial Mercosul-União Européia, em Brasília, que encerraremos hoje à noite. Contamos com o empenho de nossos empresários para encontrar formas inovadoras de alcançar esses objetivos.

Para assegurar a continuidade dessas iniciativas, tenho a satisfação de anunciar, conforme decidimos durante minha visita à Espanha, a instalação de dois grupos de trabalho: o primeiro, sobre investimentos e marco regulatório; o segundo, sobre questões comerciais. Os grupos se reunirão a cada seis meses, a começar pelo primeiro semestre do próximo ano.

Concordamos que a cooperação bilateral tem papel decisivo nesse contexto. Ela oferece oportunidades para formar verdadeiras parcerias, unindo criativamente os conhecimentos técnicos e a experiência de instituições públicas e privadas de nossos países. Identificamos potencial para um trabalho colaborativo nas áreas mais variadas, como no turismo, agricultura de irrigação e educação. Nos campos da pesca e aquicultura, já estamos desenvolvendo projetos conjuntos.

Nesse particular, tenho muito prazer em verificar que, na reunião de julho da Comissão Mista de Cooperação, as delegações dos dois países



estabeleceram que os programas bilaterais não poderão deixar de levar em conta as necessidades sociais básicas, o investimento no ser humano e o fomento da participação social.

A fim de impulsionar ainda mais nossos laços, o presidente Aznar apresentou uma abrangente proposta para balizar o futuro das relações entre Brasil e Espanha. O governo brasileiro saúda a iniciativa e decidiu criar uma Comissão Interministerial para analisar todos os aspectos da proposta, que nos ajudará a explorar o imenso potencial de nosso relacionamento. O resultado dessa avaliação será examinado, num breve prazo, entre as duas chancelarias.

Tivemos também oportunidade de dialogar sobre os grandes temas da atualidade regional e internacional e sobre os desafios do quadro de insegurança em que o mundo vive hoje. Discutimos, em especial, os processos de aproximação entre a América Latina e Caribe e a União Européia, e as negociações comerciais internacionais, em especial, entre o Mercosul e União Européia.

Abordamos, ainda, a próxima Cúpula Ibero-Americana, a que vamos comparecer em meados de novembro. A confirmação de sua realização, em Santa Cruz de La Sierra, demonstra a solidariedade de toda a comunidade ibérica com o povo boliviano. Será, sobretudo, uma oportunidade para o fortalecimento institucional da cooperação ibero-americana e para procurar respostas para o desafio de promover o crescimento econômico com justiça social.

Examinamos, por fim, o processo de integração sul-americana, em particular na área de infra-estrutura, e as oportunidades que se abrem à participação de capitais espanhóis. A presença privilegiada que empresas espanholas já têm em campos estratégicos da economia da América do Sul faz da Espanha e de seus empresários parceiros naturais nessa empreitada.

Por todas essas razões, os contatos que mantive hoje com o presidente Aznar reforçam a certeza de que Brasil e Espanha são, hoje, parceiros



estratégicos. Estamos convictos de que esse espírito de parceria prevalecerá nas iniciativas que nossos países perseguirão em benefícios de seus povos.

Eu quero dizer ao presidente José María Aznar que a alegria de recebê-lo no Brasil é muito grande. Primeiro, pela cordialidade e pela delicadeza com que a minha delegação foi recebida, quando da minha visita como chefe de Estado na Espanha, a convite do rei Juan Carlos.

Naquela ocasião, pude ter conhecimento da disposição política, dos compromissos e do caráter do homem público José María Aznar que, de pronto, de forma muito objetiva, disse-me que gostaria que a relação da Espanha com o Brasil se transformasse numa relação estratégica para os dois países.

Hoje, no Brasil, o presidente Aznar não só repete o discurso que fez naquela ocasião, da definição estratégica da relação Brasil-Espanha, como nos traz um texto, numa proposta de acordo, num protocolo que vamos discutir com os nossos ministros aqui, no Brasil; e esperamos, no dia 15 do próximo mês, em Santa Cruz de La Sierra, assinar um protocolo definindo melhor, aprimorando, aperfeiçoando e consolidando uma relação estratégica entre Espanha e Brasil.

De forma que quero dizer ao presidente Aznar que a minha alegria, certamente, é a alegria do povo brasileiro; a minha alegria, certamente, é a alegria de todos os meus ministros. O governo espanhol, os empresários espanhóis e, porque não dizer, pelo que eu presenciei nas Astúrias, o carinho do povo espanhol com o povo brasileiro é algo que eu não imaginava que pudesse acontecer tão rapidamente e num curto espaço de tempo.

E a nossa relação só tende a ser aprimorada, porque o governo brasileiro pretende fazer o que for necessário para que possamos atrair mais empresas espanholas para investir no Brasil e, quem sabe, num curto espaço de tempo, convencer as empresas brasileiras a não terem medo de se tornarem empresas multinacionais e comecem a investir na Espanha.



Portanto, meu caro presidente Aznar, muito obrigado pela sua presença,
mais uma vez.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato público comemorativo do programa Um Milhão de Cisternas Rurais

Lagoa Seca-PB, 30 de outubro de 2003

Meus queridos companheiros e companheiras de Lagoa Seca,
Meus queridos e queridas companheiras do estado da Paraíba,
Meu caro companheiro governador do estado, Cássio Cunha Lima,
Meus companheiros ministros de estado, Jacques Wagner, do Trabalho;
Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia; Ciro Gomes, da Integração Nacional;
Olívio Dutra, das Cidades; Waldir Pires, do Controle e da transparência; José
Graziano, ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome,
Deputado Marcondes Gadelha,
Deputado Benjamin Maranhão,
Senador José Maranhão,
Meu caro senador Ney Suassuna,
Companheiros parlamentares,
Nossa querida Cozete Barbosa, prefeita de Campina Grande,
Meu caro Francisco Coutinho, prefeito de Lagoa Seca e demais prefeitos
desta região,
Senhor Gabriel Jorge, presidente da Febraban,
Senhora, querida companheira, Valquíria Lima, presidente da Asa Brasil,
E meu caro companheiro Nelson Anacleto, presidente do Sindicato dos
Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca,

Antes de falar, eu quero homenagear algumas pessoas. Quero, primeiro, dizer que vocês não têm nenhuma obrigação de compreender o que está acontecendo neste ato, aqui, em Lagoa Seca. Não sei se vocês estão compreendendo o que está acontecendo, mas o que quero? Que a imprensa



nacional e a imprensa da Paraíba percebiam o que está acontecendo hoje.

Vocês ouviram, aqui, um homem chamado Gabriel Jorge. O Gabriel Jorge nada mais é do que presidente da Federação Nacional dos Bancos do nosso país, a Febraban. Eu duvido que haja, neste palanque aqui, algum político que já não tenha, em vários momentos, descarregado a sua ira em cima dos bancos brasileiros. Duvido. Deste que lhes fala a muitos que não falaram. E duvido, também, que tenha havido algum momento em que a maioria dos banqueiros não tenha ficado com medo do Lula ser Presidente da República.

Pois bem, tem um companheiro nosso, o Anacleto – não tinha nem a obrigação de saber pronunciar o nome dele direito, porque eu, que convivo com ele há 30 anos, não sei –, que eu quero chamar aqui.

O companheiro Oded Grajew, para quem não conhece, é um velho companheiro meu, há quase 30 anos. Era um companheiro empresário em São Paulo. Eu o conheci ainda no movimento sindical. Ele era Presidente do Sindicato das Indústrias de Brinquedos do estado de São Paulo; era Presidente da Fundação Abrinq no estado de São Paulo; e sócio de uma empresa de brinquedos chamada “Grow”.

O Oded nunca foi de fazer política. Mas quis o destino que, um dia, ele se aproximasse de mim. Ele já conhecia o nosso companheiro Jair Meneguelli. E o Oded começou, então, a nos ajudar nas campanhas políticas. Até que um dia ele falou para mim: “Lula, eu vou deixar de ser empresário. Vou vender a minha parte da fábrica e vou me dedicar um pouco a muitas coisas em que acredito neste país.” E o Oded, então, deixou de ser sócio das indústrias Grow e continuou seu trabalho tentando organizar vários segmentos empresariais, para que os empresários fossem mais solidários e pudessem começar a fazer política social.

Não vou contar toda a história do Oded... Não sei quem falou com ele da ASA – Associação do Semi-Árido. Não sei quem falou com o Oded das



cisternas. Um dia, o Oded entra na minha sala – eu, já Presidente da República – e fala para mim o seguinte: “Presidente, vou fazer um ato e queria a sua presença, porque a Febraban vai fazer um acordo com a ASA nacional e vai assumir o compromisso de fazer algumas cisternas neste país”. Eu participei do ato da assinatura do acordo. E aquilo que parecia impossível aconteceu: a Febraban não só fez o acordo assumindo o compromisso de construir 10 mil cisternas, como eu não tenho dúvida de que à Febraban parecia impossível esse acordo. Vieram ontem, de carro, de Recife para cá. E, Gabriel, eu quero dizer na sua frente: duvido, depois de você conhecer uma cisterna, ao vivo, e depois de você ver o povo de Lagoa Seca, que a Febraban não vá assumir o compromisso de construir mais 10 mil cisternas, depois destas que vocês estão concluindo agora. E, depois, mais outras 10 mil. Porque não vamos parar.

E eu quero dizer que isso se deve ao trabalho deste companheiro chamado Oded Grajew, que tem dedicado o seu tempo para ajudar a conscientizar os empresários de que eles podem participar, de forma mais solidária, de várias políticas públicas que o governo federal pode fazer.

Também quero agradecer o discurso do companheiro Anacleto, porque ele disse coisas sábias. A principal coisa que o Anacleto disse, e que bateu muito forte na minha consciência, foi pedir para que eu não esquecesse e não me deixasse de levar em conta as experiências bem-sucedidas no Nordeste brasileiro.

Esta sua afirmação, companheiro Anacleto, faz parte da minha vida política. Aliás, acho que, muitas vezes, os governos erram muito porque as decisões são tomadas de cima para baixo, por mais vontade política que se tenha, sem levar em conta as experiências.

E nós queremos adotar não apenas as experiências boas que foram colocadas em prática por milhões de brasileiros, em várias áreas da nossa atividade econômica, como quero levar em conta as experiências boas colocadas em prática por outro governo.



Afinal de contas, se alguma coisa está dando certo neste país, não temos por que não assumir a responsabilidade de continuar tratando com carinho as coisas que já estão dando certo, para não inventar uma outra coisa que, depois, não dá certo e o dinheiro público é jogado no ralo, sem que a gente preste contas ao povo deste país.

Quando começamos com o programa Fome Zero, algumas pessoas diziam que era dar esmola para o povo, que o povo quer trabalhar, não quer comida. Eu sonho com as mesmas coisas que, durante 30 anos, venho dizendo neste país. Eu sonho que cada mulher e cada homem deste país consiga sobreviver com a maior dignidade, sem precisar de dinheiro e sem precisar de comida do governo, mas por meio do seu trabalho, do seu emprego e do seu salário.

Mas, enquanto isso não vem, nós temos no Brasil quase 50 milhões de pessoas que vão dormir, toda noite, sem ter o que comer. Temos milhões de crianças neste país que se levantam, de manhã, e não têm um pedaço de pão, um copo de leite e um copo de café para tomar. Temos milhões de crianças neste país que não vão à escola porque estão fragilizadas pela desnutrição e, quando vão, não conseguem aprender corretamente porque não estão comendo as calorias e as proteínas necessárias à sobrevivência humana.

Nós queremos garantir para as pessoas o direito de trabalhar. É por isso que eu disse, antes, durante e depois da campanha: gerar empregos é uma obsessão, porque é o emprego que dá dignidade ao ser humano. Um cidadão ou uma cidadã trabalhar e viver com o seu salário é que lhe dá o direito de andar de cabeça erguida, de não vender o seu voto na época da eleição, de não ficar dependendo de favor desse ou daquele político numa cidade, num estado ou no governo federal. Mas enquanto isso não vem, nós vamos fazer o programa Fome Zero atender à plenitude das pessoas que estão com fome neste país.

O meu compromisso é que até o final do meu mandato nós iremos



atender todas as famílias que hoje ganham um salário abaixo da linha da pobreza. Eu sei que não é fácil, eu sei que é difícil, porque o Brasil é muito grande e estava desarrumado, e porque o cadastro das políticas sociais que eram feitas neste país não estava correto. Nós descobrimos que havia pessoas recebendo quatro planos e muitas outras sem receber nenhum. Nós descobrimos que havia vereadores que faziam dos programas sociais quase que um curral eleitoral para se elegerem em época de eleição. Moralizar isso não é uma tarefa fácil. Moralizar isso e fazer as coisas corretas é um trabalho que leva tempo. Mas eu, também, não tenho preocupação com o tempo. Eu tenho quatro anos de mandato, tenho toda a paciência do mundo para fazer as coisas corretas neste Brasil e fazer com que este povo recupere o orgulho de ser brasileiro, o orgulho de ser paraibano, o orgulho de ser nordestino. Essa é uma tarefa de que não abro mão – e vamos fazer.

Eu estou vendo, aqui, uma placa dizendo que Lagoa Seca precisa de saneamento básico. Lagoa Seca e mais outros cinco mil municípios do Brasil precisam de saneamento básico. Lamentavelmente, neste país, durante muitos anos o governo não investiu em saneamento básico, porque investir em saneamento básico é colocar dinheiro embaixo da terra, é colocar areia em cima da manilha e não dá para colocar nome de parente numa manilha. Por isso, saneamento não era tratado com decência e dignidade. E nós sabemos que investimento em saneamento básico é o que pode garantir a qualidade da água que se bebe, a qualidade do chão que se pisa e a qualidade da saúde das nossas crianças. É por isso que a Caixa Econômica Federal vai financiar para o estado da Paraíba 130 milhões de reais, para gastar em saneamento básico. E, aí, eu espero que Lagoa Seca seja premiada.

Vimos hoje inaugurar o aeroporto de Campina Grande, porque Campina Grande é uma cidade grande não apenas no nome, é uma cidade grande do ponto de vista da sua população. É uma cidade bem preparada porque tem uma grande universidade, porque tem um grande comércio. E



viemos inaugurar o aeroporto porque a Paraíba tem também na sua vocação o turismo. E se não houver o direito das pessoas de ir e vir o turismo não vai acontecer.

Mas premiamos o povo da Paraíba, hoje, com um anúncio importante. Lá na cidade de Campina Grande, anunciei ao governador Cássio Cunha Lima que o governo federal vai construir o Instituto do Semi-Árido na cidade de Campina Grande para discutir, com muito mais clareza, o problema da seca no nosso Nordeste e apresentar as soluções que eles entenderem que seja necessário colocarmos em prática.

E, por último, quero dizer aos meus companheiros e às minhas companheiras e, sobretudo, ao companheiro Anacleto, que aqui falou também:

Meus amigos e minhas amigas,

Nós completamos, no dia 1º, dez meses de governo. Ainda temos três anos e dois meses para fazer aquilo que são os nossos compromissos políticos, programáticos, éticos e morais. Por quê? Porque os compromissos que nós assumimos não são compromissos eleitorais, são coisas que correm no sangue de cada um de nós.

Antes de me candidatar a Presidente da República, eu fui conhecer este país, fui aprender o que é a fome, o que é a seca, o que é desemprego, e aprender como é a vida daqueles que moram na enchente, e daqueles que moram na seca. Portanto, eu conheço a vida do nosso povo e as suas reivindicações.

E estou cada vez mais convencido de que nós vamos poder resolver grande parte dos problemas que sabemos que existem, e vamos ajudar, como estamos ajudando a Asa. Não que a cisterna vá resolver o problema da agricultura no Brasil, mas vai resolver o problema da água de beber para as famílias.

Eu digo, sempre, que não tenho o pescoço grande porque quando eu tinha sete anos de idade já ia para um açude carregar lata d'água na cabeça,



para poder beber; uma água barrenta, que era água junto com caramujo, com fezes de cabra, de cabrito, de bode, de cavalo e de tudo. E, naquele tempo, a gente não tinha nem educação para coar a água. Era pegar um pote, deixar assentar, tirar com a canequinha, colocar em outro pote. É por isso que a gente era barrigudinho, cheio de vermes, porque a água não tinha nenhum tratamento.

A cisterna já é uma revolução, porque a água já está melhor tratada, as pessoas podem tratar a água e as crianças podem beber água boa. E, tomando água boa, os dentes das crianças vão nascer mais sadios, as crianças não vão ficar sem dentes e não vão ter cáries. E as pessoas não vão ter que andar léguas e léguas, atrás de um pote d'água para beber. E isso nós vamos fazer.

Eu não sei, companheira Valquíria, se a gente vai conseguir fazer 1 milhão, lhe confesso que não sei. Mas pode ficar certa: se, com todo o nosso esforço, conseguirmos chegar a 999 mil, eu acho que nós estaremos fazendo uma coisa milagrosa para este país.

E não é o Governo que vai fazer, viu, Valquíria? É importante ter claro: nós temos milhões de brasileiros, nós temos muita gente que, se for chamada a participar, participa. Pode ficar certa de que nós temos pelo menos 1 milhão de pessoas no Brasil que poderiam, cada uma, dar 1.200 reais para financiarmos 1 milhão de cisternas. Ficaria barato para todo mundo e a gente poderia fazê-las. Mas essas pessoas só irão participar na hora em que a gente criar mecanismos para envolvê-las, porque a sociedade quer participar e o nosso papel é criar formas para isso.

Portanto, meus amigos e minhas amigas, eu quero dizer para vocês que estou aqui com uma alegria extraordinária. A alegria de um homem que olha na cara de vocês e pede: pelo amor de Deus, não deixem de cobrar de mim aquilo que durante muito tempo eu prometi a vocês. Não deixem de cobrar porque eu, quando deixar o governo, se um dia eu encontrar com vocês, quero poder olhar



na cara de vocês, de frente, quero olhar no fundo dos olhos de vocês e dizer: é mais um brasileiro, ou mais uma brasileira que eu pude até não atender no que ela precisava mas, em nenhum momento, menti para ela; portanto, conquistei o respeito dessa pessoa e continuo com uma relação de confiança com ela.

Cobrem dos meus ministros, cobrem de mim, cobrem de cada um de nós, do governo federal. Aproveitem, de tabela, e cobrem do governo estadual e do prefeito também. Porque político é assim, por melhor que a gente seja, as tarefas são tantas que a gente vai fazendo outras relações de amizade. E a gente não pode esquecer, nunca, quem foi que levou a gente à Presidência da República.

E eu tenho consciência de que foi o povo pobre deste país que me elegeu. E é para o povo pobre deste país que nós temos que dedicar as prioridades para as nossas políticas.

Muito obrigado, companheiros e companheiras. Que Deus abençoe cada um de vocês.

E continuem confiando que vamos fazer aquilo que nós assumimos o compromisso de que íamos fazer. As cisternas são apenas um começo. A Bolsa Família é um segundo começo. A compra das sementes de vocês, a questão do leite, que vamos aumentar para 120 mil litros, comprados aqui no estado, são apenas coisas que estão acontecendo em nove meses. Podem ficar certos de que, em 18 meses, vai ter muito mais; em 36 meses, vai ter muito mais; e, em 48 meses, vai ter muito mais do que o que estamos podendo oferecer hoje.

Muito obrigado, gente. E até outro dia, se Deus quiser.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à
XIV Feira Nacional de Agricultura Irrigada - FENAGRI**

Juazeiro-BA, 30 de outubro de 2003

Meu caro governador do estado da Bahia, Paulo Souto,

Meu caro prefeito da cidade de Juazeiro, companheiro Joseph Bandeira,

Meu caro companheiro prefeito de Petrolina, Fernando Bezerra,

Meus companheiros ministros Jacques Wagner, do Trabalho; Ciro Gomes, da Integração Nacional; companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades; Waldir Pires, ministro do Controle e da Transparência; meu companheiro Graziano, ministro extraordinário de Segurança Alimentar e combate à Fome,

Queria dizer que está entre nós dois senadores da Paraíba, o senador Ney Suassuna e o senador José Maranhão,

Queria cumprimentar o deputado Federal Luiz Couto, que é da Paraíba; o nosso companheiro Zezel Ribeiro, aqui da Bahia; o deputado Colbert Martins; a deputada Federal Alice Portugal; o deputado Federal Edson Duarte; o deputado Federal Josias Gomes; o deputado Federal Walter Pinheiro; o deputado Federal Daniel Almeida; o deputado Federal Gonzaga Patriota,

Queria cumprimentar os companheiros deputados estaduais,

Vereadores aqui presentes,

Gostaria de cumprimentar os prefeitos de outras cidades, que estão aqui,

Gostaria de cumprimentar cada companheira e cada companheiro que veio a esta Feira da Agricultura Irrigada, para apresentar os seus produtos, para fazer negócios, e para mostrar ao país que o Brasil precisa apenas de uma oportunidade.



Eu, na verdade, imaginava que ao visitar uma feira não precisava fazer discurso. Mas, este ano, esta é a 14ª feira que eu visito e, em todas elas, tem que ter um discurso e a gente termina não visitando a feira, mas só fazendo o discurso. Mas, já que a regra é essa, vamos conversar um pouco com vocês.

É importante lembrar que há algum tempo era humanamente impossível pensar que essa região do Nordeste brasileiro pudesse ser o símbolo do plantio de uva do nosso país.

Havia quem defendesse que a uva era um produto que só daria certo nos estados do Sul do país ou em alguns estados do Sudeste. Mas, como a engenharia genética evolui muito, como a ciência evolui muito, e como a Embrapa é uma empresa de pesquisa das mais extraordinárias existentes no mundo, quiseram nossos pesquisadores que pudéssemos provar que a uva precisa de terra fértil e precisa de água e sol.

E o Nordeste, às margens do Rio São Francisco, tem a terra fértil, tem água e tem sol. Portanto, era necessária a vontade política e a disposição dos governantes, de provar que a agricultura irrigada pode significar a salvação de milhões e milhões de brasileiros em todos os 27 estados da nossa Federação.

E quando a gente vem a uma feira como esta, e quando a gente vê os produtos que vocês conseguem produzir aqui – eu brincava com o meu governador, ex-governador, hoje ministro das Cidades, Olívio Dutra. Eu dizia para ele que uma das grandes indústrias de vinho do Rio Grande do Sul, a Miolo, que produz talvez uma das melhores qualidades de vinho no Brasil, está vindo aqui, para o Nordeste, para fazer experiência e, quem sabe, montar uma fábrica.

E, como sou nordestino e sou otimista, não se assustem se daqui a pouco os franceses estiverem vindo aqui, buscar uva para produzirem o vinho francês. Não se assustem, porque este Nordeste, com a oportunidade que nós pretendemos ajudar que ele tenha, pode ser infinitamente melhor do que é hoje.



Eu queria que vocês compreendessem uma coisa importante, que já foi falada aqui: amanhã completaremos dez meses de governo. Dez meses de governo é muito pouco tempo para a gente colocar em prática tudo aquilo que vocês, que eu e que nós sonhamos um dia fazer neste país. Eu diria que tem tudo por fazer. Tem tudo por fazer, porque, lamentavelmente, o nosso país estava meio que abandonado. É só perguntar para cada prefeito, para cada governador como estavam as estradas nas suas cidades e nos seus estados. É só pesquisar no Tribunal de Contas quantas obras neste país estavam paralisadas por irregularidades, quem sabe, até nos contratos de concessão ou na concorrência que era feita. É só visitar qualquer lugar deste país, para a gente ver que há muito tempo o nosso país tinha caído um pouco no abandono ou no esquecimento.

Recuperar a capacidade produtiva deste país foi uma tarefa, eu diria, gigantesca, que não faríamos sem a compreensão de vocês. Foi preciso ser muito duro no controle do gasto público, porque pegamos o governo com previsão de 14 bilhões no Orçamento, que não tinha de verba. E, ao mesmo tempo, pegamos um Orçamento que tinha 10 bilhões de restos a pagar. Portanto, tivemos que arcar com 24 bilhões que estavam no Orçamento e, na verdade, não tinha dinheiro para a gente utilizar. Foi preciso paciência de chinês. De chinês não, paciência de quem está calejado na vida, já tinha perdido três eleições e ganhou, e sabia que não podia nem errar, nem ficar desesperado. Era preciso ter paciência, para que a gente pudesse começar a criar condições para o Brasil dar o salto de qualidade que este país precisa dar.

E começamos a trabalhar naquilo que nós entendíamos que era preciso. Primeiro, era preciso recuperar a relação do Brasil com os seus parceiros da América do Sul e era preciso, sobretudo, recuperar a credibilidade dos países do Mercosul.

Passados dez meses, eu posso olhar na cara de cada um de vocês e dizer que a relação do Brasil com a América do Sul e as possibilidades do



Mercosul nunca estiveram tão extraordinárias como estão agora.

Mas era preciso dar outros momentos, porque neste país se dizia que o Lula não ia conseguir governar porque não tinha relação estrangeira. E eu duvido – e pergunto a quem já viajou o mundo – se houve algum momento na história do país em que nós tivéssemos com a credibilidade internacional que temos hoje.

E estamos com credibilidade porque não baixamos a cabeça. Estamos com credibilidade porque temos a coragem de dizer aquilo que o Brasil tem direito, sem deixar, em nenhum momento, qualquer porta fechada para negociação com qualquer país. Mas eles têm que saber que este país é soberano, que este país tem indústria, que este país tem agricultura, que este país tem trabalhadores e trabalhadoras e, portanto, este país tem que defender os seus interesses.

Depois de amanhã estarei fazendo uma nova empreitada. Vou recuperar a relação histórica que este país tem, e até a dívida moral que nós temos com os nossos irmãos do continente africano, que é base da origem do nosso povo. E começo, sábado, uma viagem para a África, onde visitarei São Tomé e Príncipe, onde visitarei Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. E o Brasil pode ajudar esses países na questão da saúde, na questão do petróleo. A Embrapa pode ajudar esses países e o Brasil não pode ficar apenas olhando para a Europa e para os Estados Unidos e esquecer os seus irmãos e os nossos irmãos que ajudaram a construir essa Nação.

Em dezembro, farei outra viagem importante. Pela primeira vez, um Presidente da República deste país vai visitar o Líbano, os Emirados Árabes, a Síria, a Arábia Saudita, o Egito e a Líbia, porque nós queremos atrair os países árabes a fazerem negócios com o Brasil, ao invés de ficar depositando dinheiro em outros países ricos; acreditar na sua relação com o Brasil e com a América do Sul.

E no ano que vem, eu termino as minhas viagens internacionais indo à



Índia, no dia 26 de janeiro, indo à China, em maio, e indo à Rússia, para criar um bloco político-econômico e comercial que possa ter força para negociar na Organização Mundial do Comércio e fazer com que os países pobres e em desenvolvimento sejam respeitados nas suas relações comerciais, para que os países ricos não imponham tarifas a nós. E mais ainda que nos imponham os subsídios que eles dão para os seus agricultores, criando dificuldades para que os nossos produtos possam competir lá fora. E é essa política internacional que está garantindo a base das coisas que nós vamos fazer aqui dentro.

E eu quero dizer para vocês, nós vamos fazer uma reforma universitária neste país. Nós vamos fazer uma reforma agrária neste país. Nós vamos fazer uma reforma na estrutura sindical. Vamos fazer uma reforma na legislação trabalhista, como fizemos a previdenciária e a tributária. E vamos colocar este país em condições de gerar riquezas para que a gente possa distribuir para os milhões e milhões de brasileiros que são pobres, que querem trabalhar e querem viver com dignidade. Nós vamos vir aqui – o Ciro Gomes conversou comigo –, em janeiro, para inaugurar a primeira fase do Projeto Salitre. Vamos inaugurar esta primeira fase.

Eu me lembro que vim aqui, há uns quatro anos, com o então candidato Fernando Bezerra, no Projeto Senador Nilo Coelho, ali em Petrolina. Estavam os canais feitos, estava a água lá, estavam os canos, mas não tinha dinheiro para financiamento para o pequeno produtor comprar a semente. Este ano, nós anunciamos a maior liberação de verbas de toda a história deste país para a agricultura familiar, foram 5 bilhões e 400 milhões de reais.

Pois bem, e aqui, quando se falou da água do São Francisco, alguns companheiros vaiaram e outros companheiros aplaudiram. E eu queria chamar a atenção dos meus companheiros brasileiros. A primeira coisa que nós temos que ter em conta é a dimensão da miséria existente no semi-árido brasileiro. São mais de 20 milhões dos nossos que, muitas vezes, não têm água para beber. E eu não quero fazer de forma irresponsável, porque nunca aceitei



prometer isto em nenhuma campanha. Nunca fiz como candidatos que vinham à Bahia e eram contra. Iam à Paraíba, eram favoráveis; iam a Sergipe, eram contra; iam ao Rio Grande do Norte, eram favoráveis. Não. Eu nunca fiz isto, porque eu acho que nós precisamos levar água para os nossos irmãos.

Mas, antes de levar a água, nós vamos ter o compromisso de revitalizar o nosso Rio São Francisco. Nós vamos ter que recuperar a cabeceira desse rio, vamos ter que recuperar as matas ciliares. Vamos ter que fazer com que alguns afluentes voltem a ter água, para que a gente possa, numa integração de bacias, fazer com que ninguém sinta que tirar 60 mil metros cúbicos de água possa causar falta a alguém, mas possa trazer alegria para milhões de almas que hoje padecem, andando quilômetros e quilômetros para carregar uma lata d'água na cabeça.

E eu sei que o povo de Juazeiro, o povo de Petrolina, é povo lutador, mas é povo solidário, é povo de coração grande e não vai faltar com os seus irmãos que não foram beneficiados, com a graça de Deus. E recuperar esse rio significa a gente recuperar a possibilidade de sobrevivência de milhares de pescadores artesanais, que sobrevivem pescando um peixe aqui e que hoje não conseguem mais pescar um surubim, porque o peixe está acabando. Porque a terra está tomando conta do lugar onde deveria ter água, por irresponsabilidade do desmatamento de alguns poucos neste país.

E vamos fazer isso porque não é justo que, desde 1847, Dom Pedro já se preocupava com a miséria causada pela fome e ainda hoje a gente tenha os mesmos males de 200 anos atrás.

E eu quero dizer para vocês o que eu disse nesses últimos 30 anos: a seca é um fenômeno da Natureza. A gente nunca pode falar "vou acabar com ela", como o Canadá não acaba com a neve. Ele consegue estabelecer políticas públicas de convivência. Agora, a fome causada pela seca é falta de responsabilidade dos governantes deste país, ao longo de séculos e séculos, que não cuidaram corretamente.



É por isso que nós criamos o Programa Fome Zero. É por isso que nós estamos comprando o feijão e o milho produzido pelos produtores do semi-árido. É por isso que nós estamos comprando mais de 1 milhão de litros de leite, inclusive pagando mais caro o leite de cabra, para que a gente possa dar a essas pessoas vida minimamente digna.

Eu disse ao ministro Ciro Gomes: “Companheiro Ciro Gomes, nós vamos construir essa Transnordestina. Nós vamos construir”. Se um Presidente, retirante do Nordeste brasileiro não tiver a dignidade de dar ao Nordeste o que o Nordeste tem direito (...). A verdade é que já veio muito dinheiro para o Nordeste, também já veio. Agora, teve muita gente que “passou a mão” no dinheiro, não aplicou nas coisas corretas.

Agora, nós queremos, nós vamos gastar mais de 1 bilhão de reais para fazer a Transnordestina, mas não será apenas dinheiro do governo. Nós vamos estabelecer parcerias, vamos fazer financiamentos. Mas o dado concreto é que nós queremos dar ao Nordeste as mesmas condições de infra-estrutura que outras regiões do país têm, para que o Nordeste possa se tornar tão competitivo como qualquer outra região do país.

A BR-101, que liga praticamente toda a costa marítima do Nordeste, vai ter que ser feita, porque não tem lugar do mundo melhor para que os europeus venham passar férias do que no Nordeste. E vão gerar empregos e deixar divisas, para que a nossa gente possa ter como trabalhar e como sobreviver dignamente.

E não vamos prometer aqui, vamos fazer. Não vou prometer, mas eu sei que o governador Paulo Souto encomendou um estudo, talvez o mais profundo sobre essa questão da hidrovía, para uma empresa de São Paulo. O companheiro Ciro Gomes já pediu o estudo para o governador Paulo Souto, e eu não vou prometer que vou fazer amanhã, nem depois de amanhã. Mas eu quero dizer para vocês: se é por causa de 30, 40, 50 milhões de reais, a importância dessa hidrovía, que pode significar bilhões, nós vamos estudar



com o carinho que eu estudo o futuro dos meus filhos; para que a gente possa criar as condições de tornar esse rio São Francisco navegável, e que a gente possa fazer com que parte da riqueza produzida no Nordeste seja transportada por esse rio.

Da mesma forma, meus companheiros, aqui já tem um porto. Só que esse porto foi feito, mas o governo federal não fez a sua parte. Então, está um porto sem funcionar corretamente. E o Brasil não pode continuar assim. Um governo começa uma obra, o outro termina; um governo anuncia uma obra, depois não faz. É melhor, ao invés de anunciar dez, anunciar uma só e fazer, do que ficar anunciando dez e não fazer nenhuma.

Portanto, meus companheiros e companheiras, eu quero dizer para vocês que estou alegre de estar em Juazeiro outra vez. Estou alegre e, quem sabe, na próxima vinda, minha parada será em Petrolina e, aí, o Joseph vai para lá, para Petrolina, para a gente fazer uma coisa juntos.

Mas eu estou convencido que eu não estou Presidente por acaso. Eu sou o único Presidente que não pode reclamar: “Ah, alguém quis que eu fosse Presidente”. Não. Fui eu que briguei muito para ser Presidente da República. Briguei porque acredito em cada palavra que eu disse durante os meus 30 anos de política. Briguei porque acredito que é possível transformar este país. Briguei porque acredito que é possível fazer com que o dinheiro público possa ser muito mais útil à sociedade, se não permitirmos a corrupção e a safadeza. Briguei porque acredito que é possível construir um outro país.

E eu tenho dito aos meus companheiros: “Não percam a calma nunca”. Eu nunca tive o fácil na minha vida. Eu fui comer pão pela primeira vez com sete anos de idade. Portanto, eu soube esperar. E eu tenho toda a paciência do mundo para fazer cada coisa que eu acredito que deva fazer.

E quero, aqui, na cidade de Juazeiro, dizer ao prefeito e ao povo da Bahia e de Pernambuco que eu tenho consciência de que se um pernambucano que saiu daqui, com sete anos de idade, para não morrer de



fome, não fazer as coisas pelo Nordeste, não será um outro qualquer que vai fazer as coisas que o Nordeste precisa.

Portanto, companheiros, quero terminar dizendo a todos vocês, que estão participando desta Feira, que uma região que é capaz de ter uma agricultura como a que vocês têm aqui, vai ter muito mais. E, de preferência, de pequenas propriedades, pelo menos, com o financiamento de dinheiro público. Vocês, que são capazes de fazer uma Feira como esta, eu vi, aqui, o representante de Angola, mas podem trazer o representante da China, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Noruega, da Finlândia, para que eles possam saber que nós, povo brasileiro, temos tanta competência quanto qualquer povo do mundo, para trabalhar e produzir coisas de qualidade. A única coisa que nós queremos é uma oportunidade. E é sobre essa oportunidade que eu quero dizer para vocês: o povo do Nordeste vai ter, nesses meus quatro anos de governo.

Muito obrigado e até outro dia, se Deus quiser.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil da presidenta da Finlândia, Tarja Halonen

Palácio Itamaraty, 31 de outubro de 2003

É um especial prazer recebê-la, em sua segunda visita ao Brasil. Desta vez, como Presidente do seu país. Esta será, estou certo, a oportunidade para aprofundarmos ainda mais as relações fortalecidas em sua viagem anterior, como ministra das Relações Exteriores, em 1996. A expressiva delegação que a acompanha dá a perfeita dimensão do amplo potencial do nosso relacionamento.

Senhora Presidenta,

Tenho acompanhado, com particular interesse, sua valiosa contribuição ao trabalho da Comissão Mundial sobre Dimensão Social da Globalização. Sua participação bem reflete as qualidades que há muito aprendemos a admirar na sociedade finlandesa: espírito de solidariedade, sentido de justiça e compromisso com o diálogo.

Esse fórum desempenha a função indispensável de oferecer uma visão alternativa mais humana para esse fenômeno.

Se a globalização é inevitável, isso não significa que devemos nos reconciliar, de forma fatalista, com seus efeitos perversos. Não precisamos aceitar que o preço da modernização, do ganho em competitividade e eficiência seja a marginalização, o empobrecimento e a desesperança daqueles que ficaram para trás.

Tornar a globalização mais inclusiva e eqüitativa é um desafio que deve unir todos nós. Foi com essa convicção que propus, na abertura da 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas, a criação de um comitê mundial de combate à fome. É com esse objetivo que venho conclamando a comunidade



internacional e os países desenvolvidos, em particular, a se engajarem nessa campanha.

A generosidade e a dedicação da Finlândia a essa causa são os melhores aliados que podemos ter na luta para conscientizar os países ricos do papel decisivo que lhes cabe na tarefa de construir um mundo mais justo e eqüitativo.

O mundo que queremos será construído por meio de valores que sempre uniram Brasil e Finlândia: a defesa dos princípios democráticos e do multilateralismo, a preservação do meio ambiente, a justiça social e o respeito aos direitos humanos. Nosso relacionamento funda-se também numa parceria para nos trazer os benefícios do intercâmbio comercial e da cooperação científico-tecnológica.

Não há melhor exemplo do quanto podemos realizar juntos do que a fábrica da Nokia instalada na Zona Franca de Manaus. Ao visitá-la, amanhã, Vossa Excelência terá a oportunidade de conhecer um exemplo da parceria exitosa entre nossos dois países. Gera riqueza e bem-estar, mas não traz prejuízo ao meio ambiente. Faz uso das mais sofisticadas tecnologias de ponta mas desenvolve, ao mesmo tempo, a capacitação técnica e científica local. Enfim, um exemplo da globalização que desejamos, onde os avanços da tecnologia de comunicação aproximam as pessoas e promovem a compreensão do bem-estar dos povos.

Queremos que esse mesmo dinamismo marque também nossas trocas comerciais, que ainda estão longe de atingir o seu potencial. A importante delegação empresarial que acompanha esta visita ao Brasil saberá, estou seguro, realizar essas expectativas.

É dentro desse espírito de solidariedade e confiança que convido todos, aqui presentes, a unirem-se em um brinde ao diálogo cada vez mais perfeito entre finlandeses e brasileiros, e pela saúde e felicidade pessoal da presidenta Tarja Halonen.



Muito obrigado.